

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**TVR**  
**N.º 300, DE 2021**  
**(Do Poder Executivo)**  
**MSC 322/2021**  
**OF 564/2021**

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.767, de 17 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação Cultural de Torres para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Torres, Estado do Rio Grande do Sul.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

MENSAGEM Nº 322

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, portarias que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 96, de 20 de fevereiro de 2015 – Associação Progressista de Radiodifusão Comunitária Sonora de Igarapé do Meio, no município de Igarapé do Meio - MA;

2 - Portaria nº 109, de 5 de fevereiro de 2015 – Associação Rádio Comunitária Guarany FM, no município de Abaetetuba – PA;

3 - Portaria nº 746, de 5 de junho de 2015 – Associação Comunitária Vale do Uatumã, no município de Presidente Figueiredo – AM;

4 - Portaria nº 2.019, de 9 de junho de 2015 – Associação Comunitária, Cultural e Ecológica Rios dos Bois, no município de Anicuns – GO;

5 - Portaria nº 2.990, de 30 de julho de 2015 – Associação Comunitária Itarantiense Nova Esperança, no município de Itarantim – BA;

6 - Portaria nº 3.430, de 30 de julho de 2015 – Associação Comunitária Cultural de Bálsamo, no município de Bálsamo – SP;

7 - Portaria nº 3.594, de 19 de agosto de 2015 – Associação Lar Comunitário, no município de Poções – BA;

8 - Portaria nº 3.602, de 8 de setembro de 2015 – Associação Rádio Vida, no município de Cachoeira do Sul – RS;

9 - Portaria nº 3.615, de 19 de agosto de 2015 – Associação Comunitária e Ecológica de Ouro Preto, no município de Ouro Preto – MG;

10 - Portaria nº 6.310, de 1º de dezembro de 2015 – Associação Sete-Lagoana de Entidades Assistenciais e Rádio Comunitária, no município de Sete Lagoas – MG;

11 - Portaria nº 155, de 1º de fevereiro de 2016 – Associação Cultural e Comunitária Amigos de Jarinu, no município de Jarinu – SP;

12 - Portaria nº 233, de 1º de fevereiro de 2016 – Rádio Comunitária Cruz das Armas FM, no município de João Pessoa – PB;

13 - Portaria nº 4.767, de 17 de setembro de 2019 - Associação de Comunicação Cultural de Torres, no município de Torres - RS;

14 - Portaria nº 4.864, de 19 de setembro de 2019 - Associação e Movimento Comunitário Machado FM, no município de Machado - PE;

- 15 - Portaria nº 4.877, de 19 de setembro de 2019 - Associação Unidos Para Comunicação de Pinheiros, no município de Pinheiros - ES;
- 16 - Portaria nº 4.879, de 19 de setembro de 2019 - Associação Comunitária Cidade de Radiodifusão, no município de Campos Gerais - MG;
- 17 - Portaria nº 4.880, de 19 de setembro de 2019 - Associação Comunitária Nova Bassano, no município de Nova Bassano - RS;
- 18 - Portaria nº 5.137, de 30 de setembro de 2019 - Associação de Desenvolvimento Cultural e Comunitário dos Produtores Rurais de Piritiba, no município de Piritiba - BA;
- 19 - Portaria nº 5.138, de 30 de setembro de 2019 - Associação Barreirense de Cultura e Comunicação Social, no município de Novo Barreiro - RS;
- 20 - Portaria nº 5.179, de 4 de outubro de 2019 - Associação de Desenvolvimento Comunitário e Comunicação de Mucambo, no município de Guaraciaba do Norte - CE;
- 21 - Portaria nº 5.238, de 15 de outubro de 2019 - Associação Comunitária Pratense Radiodifusão, no município de Prata - MG;
- 22 - Portaria nº 5.239, de 14 de outubro de 2019 - Rádio Comunitária A Voz da Liberdade, no município de Jaboatão dos Guararapes - PE;
- 23 - Portaria nº 5.243, de 14 de outubro de 2019 - Associação Rádio Comunitária RCS, no município de São Jorge d'Oeste - PR;
- 24 - Portaria nº 5.306, de 15 de outubro de 2019 - Liga de Proteção à Maternidade e à Infância de Cariré, no município de Cariré - CE;
- 25 - Portaria nº 5.308, de 15 de outubro de 2019 - Associação Cultural Rádio Comunitária - ACRC, no município de São José do Belmonte - PE;
- 26 - Portaria nº 5.309, de 15 de outubro de 2019 - Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de São Gonçalo do Rio Abaixo, no município de São Gonçalo do Rio Abaixo - MG;
- 27 - Portaria nº 5.310, de 15 de outubro de 2019 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Central de Cajati, no município de Cajati - SP;
- 28 - Portaria nº 5.311, de 14 de outubro de 2019 - Associação Comunitária União, no município de União dos Palmares - AL;
- 29 - Portaria nº 5.316, de 15 de outubro de 2019 - Associação Cultural Comunitária de Santa Rita de Jacutinga, no município de Santa Rita de Jacutinga - MG; e
- 30 - Portaria nº 6.045, de 8 de novembro de 2019 - Associação Movimento Rádio Comunitária Associação Joni Braga Educação Arte & Cultura Rádio Nova Bofete - RNB - FM, no município de Bofete - SP.

Brasília, 2 de julho de 2021.



Brasília, 22 de Outubro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.050659/2016-03, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação de Comunicação Cultural de Torres, inscrita no CNPJ nº 04.649.437/0001-01, explore pelo prazo de dez anos a partir de 30, de agosto, de 2017, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Torres, estado do Rio Grande do Sul, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 5170/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 4.767-SEI, de 17 de Setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 20 de setembro de 2019.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes*





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
**GABINETE DO MINISTRO**

**PORTARIA Nº 4767/2019/SEI-MCTIC**  
**DE 16 DE SETEMBRO DE 2019**

**O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53790.001126/2001 e nº 53900.050659/2016-03, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 30 de agosto de 2017, a autorização outorgada à Associação de Comunicação Cultural de Torres, inscrita no CNPJ nº 04.649.437/0001-01, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Torres, estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCOS CESAR PONTES**



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 17/09/2019, às 10:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4626993** e o código CRC **AE72856E**.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 564/2021/SG/PR/SG/PR

Brasília, 2 de julho de 2021.

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Luciano Bivar  
Primeiro-Secretário  
Câmara dos Deputados – Edifício Principal  
70160-900 Brasília/DF

**Assunto: Radiodifusão.**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional os atos que renovam as autorizações outorgadas para executar, sem direito de exclusividade, serviços da radiodifusão comunitária, constantes das Portarias nºs 96, 109, 746, 2.019, 2.990, 3.430, 3.594, 3.602, 3.615 e 6.310, de 2015; 155 e 233, de 2016; 4.767, 4.864, 4.877, 4.879, 4.880, 5.137, 5.138, 5.179, 5.238, 5.239, 5.243, 5.306, 5.308, 5.309, 5.310, 5.311, 5.316 e 6.045, de 2019.

Atenciosamente,

ONYX LORENZONI  
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral  
da Presidência da República

---

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53000.071349/2013-15

SEI nº 2693854

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 -- Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 40549/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor  
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53900.050659/2016-03.**

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA  
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 22/10/2019, às 17:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4769384** e o código CRC **78B66178**.

## INFORME PROCESSUAL

DADOS DO INFORME	
<b>Nº Processo:</b>	53900.050659/2016-03
<b>Interessado:</b>	Associação de Comunicação Cultural de Torres
<b>Setor:</b>	Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
<b>CNPJ:</b>	04.649.437/0001-01
<b>Serviço:</b>	Radiodifusão Comunitária
<b>UF:</b>	RS
<b>Localidade:</b>	Torres
<b>Tipo:</b>	Renovação - Rádio Comunitária
<b>Número do Tipo:</b>	427

TABELA DE TIPOS DE TVR	
Número do Tipo	Tipo
417	Autorização - Rádio Comunitária
418	Concessão - Rádio Ondas Curtas
419	Concessão - Rádio Ondas Médias
420	Concessão Rádio Ondas Médias Educativa
421	Concessão Rádio Ondas Tropicais
422	Concessão Radiodifusão Sons e Imagens
423	Concessão TV Educativa
627	Perempção de Rádio/TV
424	Permissão Frequência Modulada Educativa
425	Permissão Rádio Frequência Modulada
426	Permissão Rádio Ondas Médias Local
427	Renovação Rádio Comunitária
428	Renovação Rádio Frequência Modulada
429	Renovação Rádio Frequência Modulada Educativa
430	Renovação Rádio Ondas Curtas
431	Renovação Rádio Ondas Médias
433	Renovação Rádio Ondas Médias Educativa
432	Renovação Rádio Ondas Médias Local
434	Renovação Rádio Ondas Tropicais
436	Renovação TV Educativa

435	Renovação TV Sons e Imagens
628	Revogação ou Anulação de Portaria de Rádio/TV
629	Transferência de Controle Societário



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Analista**, em 24/09/2019, às 08:28 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4656254** e o código CRC **8F71D388**.

**Referência:** Processo nº 53900.050659/2016-03

SEI nº 4656254

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação  
Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

**NOTA TÉCNICA Nº 22611/2016/SEI-MCTIC**

Processo de Renovação nº: **53900.050659/2016-03**

Processo de Outorga nº: 53790.001126/2001

Assunto: Renovação de Outorga.

---

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo de interesse da **ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO CULTURAL DE TORRES**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Torres/RS**.

---

**ANÁLISE**

2. Vale consignar que a vigência da referida outorga terá seu termo final em 30/08/2017. Dessa forma, caso a entidade tenha interesse em solicitar a renovação, deverá apresentar, impreterivelmente, até o dia 30/07/2017, os itens dispostos abaixo, na forma do art. 131 da Norma nº 1/2015:

I. Requerimento de renovação, assinado pelo representante legal, conforme modelo constante do anexo V da Norma nº 01/2015;

II. Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

III. Cópia atualizada do Estatuto, devidamente registrado, nos termos do art. 40 da Norma nº 01/2015;

IV. Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

V. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento). Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas art. 22, Parágrafo 4º; e

VI. Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do art. 116 da Norma nº 01/2015, versando sobre a programação veiculada pela emissora.

## CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para, caso tenha interesse em renovar sua outorga, **apresentar** a documentação elencada no item 2 desta Nota Técnica, no prazo fixado no item 2, sob pena de extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Economista**, em 01/09/2016, às 13:46, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 08/09/2016, às 09:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1332462** e o código CRC **EFC9595B**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar  
CEP: 70044-900 / Brasília-DF  
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 33719/2016/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

**REPRESENTANTE LEGAL**

**ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO CULTURAL DE TORRES**

Avenida do Riacho, nº 35 - Bairro: Centro

95560000 / Torres - RS

CNPJ nº 04.649.437/0001-01

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.050659/2016-03.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimendo-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 22611/2015/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata da renovação da outorga da entidade.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo fixado no item 2 da referida Nota Técnica, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto, sob pena da **extinção da outorga**. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 08/09/2016, às 09:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1332490** e o código CRC **C1FEFD1A**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 33719/2016/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.050659/2016-03 - Nº SEI: 1332490



**Data de Envio:**

09/09/2016 14:24:24

**De:**

MCTIC/SEARC (SEI-MC) <searc.sei@comunicacoes.gov.br>

**Para:**

smfernand@terra.com.br  
gui.raviza@gmail.com  
jonil7@yahoo.com.br  
juridicoseils@lorini.adv.br  
tecnicoseile@lorini.eng.br

**Assunto:**

Envio de Correspondência Oficial Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

**Mensagem:**

Prezado(a),

Ref: 53900.050659/2016-03

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Serviços Comunicação Eletrônica  
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.  
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente  
via Petição Eletrônica.  
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

**Anexos:**

Oficio\_1332490.html  
Nota\_Tecnica\_1332462.html

**REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO  
COMUNITÁRIA**

Qualificação da entidade	
Razão Social: <b>Associação de Comunicação Cultural de Torres</b>	
Nome Fantasia: <b>Rádio Cultural FM</b>	
CNPJ: <b>04.649.437/0001-01</b>	
Endereço de Sede: <b>Av. do Riacho</b>	Nº: <b>35</b>
Bairro: <b>Centro</b>	CEP: <b>95560-000</b>
Cidade: <b>Torres</b>	UF: <b>RS</b>
Nome do representante legal: <b>Guilherme Raviza Peres</b>	
Endereço eletrônico (e-mail): <b><a href="mailto:studion@terra.com.br">studion@terra.com.br</a></b>	

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, vem perante Vossa Excelência, por intermédio do seu representante legal, com fundamento no art. 6º, parágrafo único da Lei nº. 9.612/1998 – Lei da Radiodifusão Comunitária, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**, o que o faz com a apresentação dos documentos listados abaixo, todos no original ou em cópia autenticada.

Além disso, declaro que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Torres/RS, 18 de maio de 2017.

  
Assinatura do representante legal da entidade

Endereço de correspondência: <b>Av. do Riacho, nº. 35</b>	
Bairro: <b>Centro</b>	CEP: <b>95560-000</b>
Cidade: <b>Torres</b>	UF: <b>RS</b>

**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À RENOVAÇÃO DE OUTORGA –  
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

1 – Estatuto social atualizado.
2 – Ata de eleição da diretoria em exercício, registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.
3 – Prova de maioridade e nacionalidade de todos os dirigentes.
4 – Último relatório do Conselho Comunitário.
5 – Declaração, assinada pelo representante legal da entidade interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.
6 – Comprovante de inscrição ao Cadastro de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ.
7 – Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela ANATEL.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

1 de 8

COMARCA DE Torres  
Torres - CEP 95560000

Av. Benjamim Constant, 51 - Sala 04, FONE: (051) 3664-1191  
Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas  
Rene Pacheco De Rose - Registrador

**CERTIDÃO**

CERTIFICO, a pedido da parte interessada, que revendo nesta Serventia o livro A-4 de Pessoa Jurídica desta cidade de Torres/RS, à folha 91, sob nº 291, em data de 05 de setembro de 2001, encontra-se registrado o(a) ESTATUTO, cujo teor é o seguinte:

Fls. 04

**ESTATUTO SOCIAL**

**CAPÍTULO I**

**DENOMINAÇÃO, FINS, SEDE E DURAÇÃO**

Art. 1º - Sob o nome de ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO CULTURAL DE TORRES fica constituída uma sociedade civil, nos termos do inciso I do Artigo 16 do Código Civil Brasileiro e do artigo 121, da Lei Federal nº 6.015/73 e Lei 9.612/98, a qual se regerá por este Estatuto Social.

Art. 2º - A Associação tem por finalidade a Publicação de Revista de Divulgação Literária e execução de serviço de Radiodifusão Comunitária com vistas a:

I - dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais sem discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias;

II - oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura, a informação;

III - prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;

IV - contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;

V - permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão com respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida da forma mais acessível possível.

**Parágrafo Único** - Os fins serão desenvolvidos sem objetivo de lucro para a Associação e para seus associados.

Art. 3º - A Associação tem sede na cidade de Torres, Estado de Rio Grande do Sul, na Av. Barão do Rio Branco, 342.

Art. 4º - A Associação durará por tempo indeterminado, iniciando suas atividades após autorização de execução do serviço de Radiodifusão Comunitária emitida pelo Ministério das Comunicações.

**CAPÍTULO II**

**ASSOCIADOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS**

Art. 5º - São considerados sócios da entidade toda e qualquer pessoa natural ou jurídica, mediante preenchimento de formulário próprio, residente e domiciliada na área da comunidade a ser atendida pela estação da Rádio Comunitária pretendida, devendo comprovar essa condição no ato da associação.

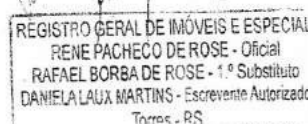
Art. 6º - São as seguintes as categorias dos Associados:

I - fundador, aquelas pessoas mencionadas no artigo anterior que ingressaram na entidade na data da constituição;

II - não fundadores as que ingressarem após a data de constituição



Continua na próxima na página



REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS E ESPECIAL  
RENE PACHECO DE ROSE - Oficial  
RAFAEL BORBA DE ROSE - 1.º Substituto  
DANIELA LAUX MARTINS - Escrevente Autorizado



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
COMARCA DE Torres  
Torres - CEP 95560000

2 de 8

Av. Benjamim Constant, 51 - Sala 04, FONE: (051) 3664-1191  
Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas  
Rene Pacheco De Rose - Registrador

Continuação da página anterior

Fls. 05

Art. 7º - São direitos dos Associados:

- I - comparecer e votar nas assembleias gerais;
- II - beneficiar-se, sem distinção como os demais associados, das atividades da Associação elencadas no artigo 2º deste Estatuto;
- III - desligar-se do quadro de Associados, a qualquer tempo.

Art. 8º - São deveres dos Associados:

- I - cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social;
- II - contribuir para o fortalecimento da Associação e para a consecução de seus fins;
- III - desenvolver as tarefas que lhe foram cometidas pela assembleia geral para a consecução dos fins da Associação;
- IV - prestar as contribuições pecuniárias que forem instituídas aos Associados por deliberação da assembleia geral.

**Parágrafo Único** - Serão ressarcidas as despesas que comprovadamente o Associado realizar no desempenho de atividades em benefício da entidade.

CAPÍTULO III  
ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 9º - A assembleia geral é a reunião dos Associados e funcionará como órgão deliberativo, tendo poderes para decidir todos os assuntos relativos aos fins da Associação e tomar as resoluções que julgarem convenientes a sua defesa e fortalecimento.

Art. 10 - A assembleia geral será convocada mediante edital a ser remetido ao endereço de cada Associado, com a antecedência mínima de 05 (cinco) dias, o qual conterá, além da hora, data, local e espécie da reunião, a ordem do dia, vedada a utilização de generalidades.

Art. 11 - Compete ao Diretor-Presidente ou a quem o substituir a convocação da assembleia geral.

**Parágrafo Único** - A assembleia geral também poderá ser convocada por qualquer Associado se a diretoria retardar por mais de 03 (três) meses a convocação da assembleia geral ordinária, e, no mínimo, por 5% (cinco por cento) dos Associados nos demais casos.

Art. 12 - A assembleia geral se instalará com a presença de qualquer número de Associados, e suas deliberações serão tomadas pela maioria dos votos presentes, cabendo um voto a cada Associado, independentemente de sua forma de representação legal.

Art. 13 - Até um mês após o término do prazo de gestão a diretoria convocará a assembleia geral ordinária para:

- I - prestar contas de sua administração e relatar os atos administrativos por ela praticados, submetendo-os à deliberação dos presentes;
- II - eleger os membros da diretoria para o prazo de gestão seguinte;
- III - fixar o valor da contribuição pecuniária a ser prestada pelos Associados.

Continua na próxima na página

REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS E ESPECIAL  
RENE PACHECO DE ROSE - Oficial  
RAFAEL BORBA DE ROSE - 1º Substituto  
DANIELA LAUX MARTINS - Escrevente Autorizado  
Torres - RS



REGISTRO GERAL DE IMOVEIS E ESPECIAL  
RENE PACHECO DE ROSE - Oficial  
RAFAEL BORBA DE ROSE - 1.º Substituto  
DANIELA LUX MARTINS - Escrevente Autorizado  
Torres, RS



Av. Benjamim Constant, 51 - Sala 04, FONE: (051) 3664-1191  
Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas  
*Rene Pacheco De Rose - Registrador*

Continuação da página anterior

Art. 14 - A qualquer tempo será convocada assembleia geral extraordinária para deliberar sobre assunto que consulte os interesses da Associação

## CAPÍTULO IV

### DIRETORIA

**Art. 15.** - A Associação terá uma diretoria composta de um diretor presidente, um diretor vice-presidente e um diretor tesoureiro, os quais serão eleitos pela assembleia geral e por ela destituível a qualquer tempo, podendo ser os representantes legais das associadas pessoas jurídicas, pelo período de gestão de 03 (três) anos, com direito à reeleição.

**Parágrafo Único** - A eleição dos diretores deve ser precedida da comprovação de que os candidatos:

a) residem na área da comunidade a ser atingida pela estação da Rádio Comunitária pretendida;

b) são brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10(dez) anos e maiores de 21 (vinte e um) anos ou emancipados

**Art. 16** - Cabe à diretoria, através de seus membros, isoladamente, a administração e representação ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente.

Art. 17 - Os membros da diretoria não respondem solidariamente pelas obrigações da Associação

Art. 18 - Compete ao diretor presidente:

I - presidir a entidade e laborar para a consecução de seus fins.

II - convocar e presidir as assembleias gerais;

III - promover a movimentação financeira da Associação em conjunto com o diretor tesoureiro

Art. 19 – Compete ao diretor vice-presidente:

I - substituir o diretor presidente em seus afastamentos ou impedimentos temporários;

II -- Cumprir e fazer cumprir os estatutos e as deliberações sociais.

**Art. 20 - Compete ao diretor tesoureiro:**

I - organizar e manter em funcionamento a secretaria da entidade;

II - registrar e controlar as finanças e promover a movimentação financeira em conjunto com diretor presidente;

III - substituir o diretor presidente ou o vice-presidente em seus afastamentos ou impedimentos temporários;

Art. 21 - Os membros da diretoria não serão remunerados

## CAPITULO V DO CONSELHO FISCAL

Art. 22 - O Conselho Fiscal é constituído por 3 (três) membros efetivos, associados ou não, com prazo de mandato de 3 (três) anos eleitos anualmente em assembleia geral da associação, os quais desempenharão as suas funções e atribuições sem remuneração.

Continua na próxima na página

REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS E ESPECIAL  
RENE PACHECO DE ROSE - Oficial  
RAFAEL BORBA DE ROSE - 1º Substituto  
DANIELA LAUX MARTINS - Escrevente Autorizado  
Torres - RS



REGISTRO GERAL DE MÓVEIS E ESPECIAL  
RENE PACHECO DE ROSE - Oficial  
RAFAEL BORBA DE ROSE - 1.º Substituto  
DANIELA LAUX MARTINS - Escrevente Autorizado  
Torres - RS





Continuação da página anterior

11.07

Art. 23 - Os membros do Conselho Fiscal exercerão os seus cargos até a primeira assembleia geral ordinária que se realizar após a sua eleição, e poderão ser reeleitos.

Art. 24 - O Conselho Fiscal tem as atribuições e os poderes que são conferidos por lei.

#### CAPÍTULO VI DO CONSELHO COMUNITÁRIO

Art. 25 - O conselho comunitário será composto por cinco pessoas no mínimo, representantes indicados pelas entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas de moradores, etc. desde que legalmente instituídas, associado ou não da Associação.

**Parágrafo Único** - Não podem fazer parte do conselho comunitário os parentes dos membros da diretoria e do conselho fiscal até o 2º grau, afins e cônjuge.

Art. 26 - Os membros do conselho comunitário, exercerão seus cargos até a primeira assembleia geral, que houver eleição dos membros da diretoria e poderão ser reconduzidos nos seus cargos.

Art. 27 - O conselho comunitário tem as seguintes atribuições:

a) acompanhar a programação da emissora que a associação explore, objetivando atender exclusivamente os interesses da comunidade, as quais deverão em sua programação dar preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;

b) promoção das atividades artísticas, educativas, culturais, informativas e jornalísticas na comunidade e da integração das culturas nacional e regional;

c) fazer respeitar os valores éticos e sociais da pessoa e da família como: não discriminação religiosa, político-partidária e racial nas relações comunitárias, favorecendo a integração dos membros da comunidade.

Art. 28 - O conselho comunitário elegera, dentre os seus membros, um Presidente, para presidir suas reuniões ordinárias e extraordinárias.

Art. 29 - O associado não pode exercer cumulativamente cargos na diretoria, conselho fiscal e comunitário.

#### CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES GERAIS

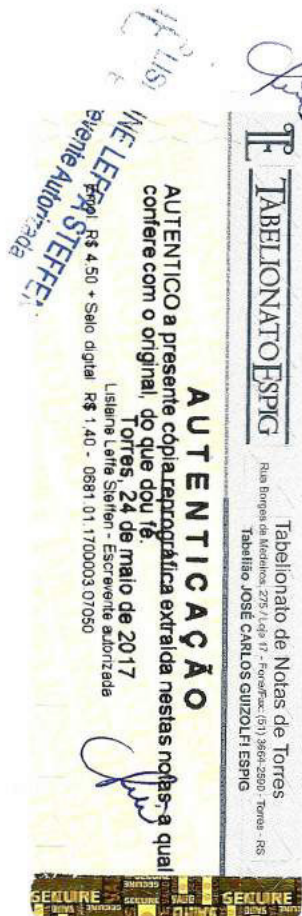
Art. 30 - O patrimônio da Associação será composto:

- I - pelas contribuições pecuniárias dos Associados;
- II - pela aquisição de bens;
- III - por doações recebidas.

Art. 31 - Os Associados não são solidariamente responsáveis pelas obrigações da Associação.

Continua na próxima na página

REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS E ESPECIAL  
RENE PACHECO DE ROSE - Oficial  
RAFAEL BORBA DE ROSE - 1.º Substituto  
DANIELA LAUX MARTINS - Escrevente Autorizado  
Torres - RS



REGISTRO GERAL DE IMOVEIS E ESPECIAL  
RENE PACHECO DE ROSE - Oficial  
RAFAEL BORGES DE ROSE - 1º Substituto  
DANIELA LAUX MARTINS - Escrevente Autorizado  
Torres, RS





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
COMARCA DE Torres  
Torres - CEP 95560000

5 de 8

Av. Benjamim Constant, 51 - Sala 04, FONE: (051) 3664-1191  
Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas  
Rene Pacheco De Rose - Registrador

Continuação da página anterior

Art. 32 - A Associação se extinguirá por deliberação da metade mais um do numero de Associados.

Art. 33 - Em caso de extinção, o patrimônio remanescente da Associação, após serem saldados as obrigações, será doado à instituição de caridade a ser escolhida em assembleia geral.

Art. 34 - Este Estatuto Social poderá, a qualquer tempo, ser parcial ou totalmente reformado por deliberação da assembleia geral, na forma nele contida.

Art. 35 - Os casos omissos serão resolvidos pela assembleia geral.

Torres, 25 de agosto de 2001

SINATURAS

Marlene Terezinha Raviza Peres

Maria Marcia Munari Teixeira

Eduardo Marcos Munari

Claudio Leal Domingos

Maria Lucia Schettler Teixeira

Jussara Maria de Oliveira Rosa

TABELIONATO

Recebo em 25/08/2001 de  
MARLENE TEREZINHA RAVIZA PERES  
MARIA MARCIA MUNARI TEIXEIRA  
EDUARDO MARCOS MUNARI  
CLAUDIO LEAL DOMINGOS  
MARIA LUCIA SCHETTLER TEIXEIRA  
JUSSARA MARIA DE OLIVEIRA ROSA  
R\$ 250,00

TABELIONATO

Recebo em 25/08/2001 de  
MARLENE TEREZINHA RAVIZA PERES  
MARIA MARCIA MUNARI TEIXEIRA  
EDUARDO MARCOS MUNARI  
CLAUDIO LEAL DOMINGOS  
MARIA LUCIA SCHETTLER TEIXEIRA  
JUSSARA MARIA DE OLIVEIRA ROSA  
R\$ 250,00

TABELIONATO

Recebo em 25/08/2001 de  
MARLENE TEREZINHA RAVIZA PERES  
MARIA MARCIA MUNARI TEIXEIRA  
EDUARDO MARCOS MUNARI  
CLAUDIO LEAL DOMINGOS  
MARIA LUCIA SCHETTLER TEIXEIRA  
JUSSARA MARIA DE OLIVEIRA ROSA  
R\$ 250,00

Continua na próxima na página

REGISTRO GERAL DE IMOVEIS E ESPECIAL  
RENE PACHECO DE ROSE - Oficial  
RAFAEL BORBA DE ROSE - 1º Substituto  
DANIELA LAUX MARTINS - Escrevente Autorizada  
Torres, RS




REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS E ESPECIAL  
RENE PACHECO DE ROSE - Oficial  
RAFAEL BORG DE ROSE - 1.º Substituto  
DANIELA LAUX MARTINS - Escrevente Autorizada  
Torres - RS





## CÓPIA AUTÊNTICA

### ASSOCIAÇÃO COMUNICAÇÃO CULTURAL DE TORRES

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL de Eleição da Diretoria, Conselho Fiscal e Comunitário. Aos 29 dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, na cidade de Torres, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida do Riacho, n.º35, foi realizada assembleia geral da Associação de Comunicação Cultural de Torres para eleger a nova Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho Comunitário. Compareceram Guilherme Raviza Peres, Maria Cristina Obino Martins Rosito, Maria Lúcia Scheffer Teixeira, Marlene Terezinha Raviza Peres, Fernando Pereira Daitx, Maria Márcia Munari Teixeira e Carlos Alberto Matos de Souza, que representam mais de dois terços de todos os associados em dia com suas obrigações estatutárias e, os representantes comunitários: Luis Cláudio Matos Daitx, Juarez Natalino Matos, Roniel Santos Lummertz, Juarez da Rosa Espíndola, Nasser Mahmud Samham e Jodimar Viena. Por consenso, foi eleito para presidir esta Assembleia o senhor Guilherme Raviza Peres, que escolheu para secretariar a senhora Maria Márcia Munari Teixeira. O Presidente manifestou-se dizendo que, conforme previsto em pauta comunicada a todos os associados, esta Assembleia tem por objetivo a eleição da Diretoria, do Conselho Fiscal e Conselho Comunitário: portanto, a Senhor Presidente deu início aos atos de eleição e foi reeleito por aclamação, para o triênio 2016-2019, conforme disciplina o Estatuto Social, ficando assim a disposição: para o cargo de **Diretor Presidente: Guilherme Raviza Peres**, brasileiro, solteiro, estudante, residente e domiciliado em Torres/RS, na Avenida do Riacho, n.º35, CI-SSP-RS n.º 1080169202, CPF n.º 022.114.230-43; para o cargo de **Vice-Presidente: Maria Márcia Munari Teixeira**, brasileira, casada, do lar, residente e domiciliada em Torres/RS, na Rua Desembargador Vieira Pires, 314-703, CI-SSP-SC n.º 15/R1.530.407, CPF n.º 354.584.020-49; para o cargo de **Diretor Tesoureiro: Fernando Pereira Daitx**, brasileiro, casado, aposentado, residente e domiciliado em Torres/RS, na Rua Pedro Cincinato Borges, 180/301, CI-SSP-RS n.º 8016459391, CPF n.º 089.380.830-04. Para os cargos de Conselheiros Fiscais foram eleitos: Maria Lucia Scheffer Teixeira, Maria Cristina Obino Martins Rosito e Carlos Alberto Matos de Souza e, para os Cargos de **Conselheiros Comunitários: Juarez Natalino Matos**, Presidente da Câmara dos Dirigentes Logistas (CDL) CNPJ:87.877.817/0001-20; Nasser Mahmud Samham Presidente do Sindilojas CNPJ: 04.457.128/0001-30; Luis Cláudio Matos Daitx Presidente da Associação de Pais, Amigos e Excepcionais de Torres, CNPJ: 89.227.243/0001-70; Roniel Santos Lummertz, Presidente do Rotary Club de Torres, CNPJ: 04.700.078/0001-70; Jodimar Viena Presidente do Lions Clube de Torres, CNPJ: 91.102.954/0001-60; e Juarez da Rosa Espíndola, Presidente da Associação dos Corretores de Imóveis de Torres, CNPJ: 92.326.297/0001-06. Para o cargo de **Presidente do Conselho Comunitário**, foi eleito o Senhor Juarez dos Santos Martins. Então, o senhor Presidente declarou livre a palavra para os presentes e, como não houve nenhuma manifestação e nada mais havendo a tratar, foi declarada encerrada esta Assembleia Geral, do que eu Maria Márcia Munari Teixeira, Secretária, lavrei esta Ata que foi lida e aprovada.

  
Guilherme Raviza Peres  
Presidente da Assembleia

  
Maria Márcia Munari Teixeira  
Secretária da Assembleia

  
MARCO ANTONIO RAMOS GRAZIOTIN  
OAB RS 73.115







CERTIFICO que na data de hoje foi feito a Averbação do(a)  
ATA DE ELEIÇÕES, no livro A-12, fls 212 verso, sob nº 6/291,  
em 25/07/2016. Protocolado em 19/07/2016, no livro A-8, fls  
49, sob nº 18166. O referido é verdade. Dou fé. Torres, 25 de  
julho de 2016.

Rafael Borba De Rose - 1º Oficial Substituto

Emolumentos: Total: R\$ 98,40 + R\$ 3,98 = R\$ 102,38  
Exame documentos: R\$ 35,10 (0675.04.1500018.00548 = R\$ 1,05)  
Averbação PJ: R\$ 52,30 (0675.04.1500018.00549 = R\$ 1,05)  
Digitalização: R\$ 2,80 (0675.01.1500018.03793 a 3794 = R\$ 0,90)  
Processamento eletrônico: R\$ 8,20 (0675.01.1500018.03796 a 3797 = R\$ 0,90)

**TABELIONATO ESPIG** Tabelionato de Notas de Torres  
Rua Borges de Medeiros, 275 / Loja 17 - Fone/Fax: (51) 3664-2590 - Torres - RS  
Tabelião JOSÉ CARLOS GUIZOLFI ESPIG

**AUTENTICAÇÃO**  
AUTENTICO o verso e anverso da presente cópia reprográfica  
conforme o original a mim apresentado, do que dou fé.  
Torres, 19 de julho de 2016  
Lislaine Leffa Steffen - Escrevente autorizada  
Emol: R\$ 8,20 + Selo digital: R\$ 0,90 - 0681.01.1600005 05189 a 05189

**LISLAINE LEFFA STEFFEN**  
Escrevente Autorizada

**AUTENTICAÇÃO**  
AUTENTICO o verso e anverso da presente cópia reprográfica, por  
ser uma reprodução fiel da cópia autenticada que me foi apresentada,  
da qual contenho, do que dou fé.  
Torres, 24 de maio de 2017  
Lislaine Leffa Steffen - Escrevente autorizada  
Emol: R\$ 9,00 + Selo digital: R\$ 2,80 - 0681.01.1700003 07033 a 07034

**TABELIONATO ESPIG** Tabelionato de Notas de Torres  
Rua Borges de Medeiros, 275 / Loja 17 - Fone/Fax: (51) 3664-2590 - Torres - RS  
Tabelião JOSÉ CARLOS GUIZOLFI ESPIG

**TABELIONATO ESPIG** Tabelionato de Notas de Torres  
Rua Borges de Medeiros, 275 / Loja 17 - Fone/Fax: (51) 3664-2590 - Torres - RS  
Tabelião JOSÉ CARLOS GUIZOLFI ESPIG

Reconheço AUTÊNTICA a firma de Guilherme Raviza Peres Dou  
fé.  
EM TESTEMUNHO DA VERDADE  
Torres, 19 de julho de 2016  
Lislaine Leffa Steffen - Escrevente autorizada  
Emol: R\$ 4,10 + Selo digital: R\$ 0,45 - 0681.01.1600005 05156

**TABELIONATO ESPIG** Tabelionato de Notas de Torres  
Rua Borges de Medeiros, 275 / Loja 17 - Fone/Fax: (51) 3664-2590 - Torres - RS  
Tabelião JOSÉ CARLOS GUIZOLFI ESPIG

Reconheço a firma de Maria Margia Munari Teixeira por  
SEMELHANÇA com a existente no arquivo deste Tabelionato. Dou  
fé.  
Em testemunho da verdade  
Torres, 19 de julho de 2016  
Lislaine Leffa Steffen - Escrevente autorizada  
Emol: R\$ 4,10 + Selo digital: R\$ 0,45 - 0681.01.1600005 05156

**LISLAINE LEFFA STEFFEN**  
Escrevente Autorizada



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
COMARCA DE Torres  
Torres - CEP 95560000

1 de 1

Av. Benjamim Constant, 51 - Sala 04, FONE: (051) 3664-1191  
Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas  
Rene Pacheco De Rose - Registrador

## CERTIDÃO

Rene Pacheco De Rose - Registrador do  
Ofício dos Registros Públicos desta cidade  
de Torres/RS.

CERTIFICO, em razão de meu cargo e a  
pedido da parte interessada, que na data de 22 de junho de 2017 foi Averbado  
neste ofício, no livro de REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS, sob nº Av.  
7/291, folhas 65v, do Livro A-13, um(a) ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO  
COMUNITÁRIO em nome de ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO CULTURAL DE  
TORRES, com sede na Av. Barão do Rio Branco, 342, nesta cidade de Torres-RS.- .

ATÉ A PRESENTE DATA.

ERA O QUE ME FOI SOLICITADO.  
O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.  
Torres, 22 de junho de 2017.

Gilvana Teixeira Rodrigues - Escrevente Autorizada

Emolumentos: Total: R\$ 25,20 + R\$ 5,60 = R\$ 30,80; Certidão PJ (1 pgs): R\$ 8,30 (0675.01.1500018.06515 = R\$ 1,40);  
Busca: R\$ 7,90 (0675.01.1500018.06518 = R\$ 1,40); Processamento eletrônico: R\$ 9,00 (0675.01.1500018.06516 a 6517 =  
R\$ 2,80)

REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS E ESPECIAL  
RENÉ PACHECO DE ROSE - Oficial  
RAFAEL BORBA DE ROSE - 1.º Substituto  
DANIELA LAUX MARTINS - Escrevente Autorizado  
Torres - RS



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

**RIO GRANDE DO SUL**  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO GERAL DE PERÍCIAS  
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

 Polegar Direito



*Guilherme Raviza Peres*  
ASSINATURA DO TITULAR

**CARTEIRA DE IDENTIDADE**

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1080169202 DATA DE EXPEDIÇÃO 01/12/2014

NOME **GUILHERME RAVIZA PERES**

FILIAÇÃO **NELSON SARAIVA PERES**  
**MARLENE TEREZINHA RAVIZA PERES**

NATURALIDADE **PORTO ALEGRE RS**

DATA DE NASCIMENTO **27/03/1991**

DIG. ORIGEM **C NASC 131902 PORTO ALEGRE RS**  
**4ª ZONA LV A330 FL 179V**

CPF **022.114.230-43**

*Paul Eduardo Falcão Pereira*  
ASSINATURA DO DIRETOR

**152582 / 152582**

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

*Jose*  
**TABELIONATO ESPIG**

Tabelionato de Notas de Torres  
Rua Borges de Medeiros, 275 / Loja 17 - Fone/Fax: (51) 3664-2590 - Torres - RS  
Tabelião JOSÉ CARLOS GUIZOLFI ESPIG

*Jose*  
**LISLAINE LEFFA STEFFEN**  
Escritor Autorizada

**AUTENTICAÇÃO**  
AUTENTICO a presente cópia reprográfica extraída destas notas, a qual confere com o original, do que dou fé.  
Torres, 25 de maio de 2017  
Lislaine Leffa Steffen - Escritor autorizada  
Emol. R\$ 4,50 + Selo digital R\$ 1,40 - 0681 01 1700003 07462

*Jose*

17798703

*Jose*  
**TABELIONATO ESPIG**

Tabelionato de Notas de Torres  
Rua Borges de Medeiros, 275 / Loja 17 - Fone/Fax: (51) 3664-2590 - Torres - RS  
Tabelião JOSÉ CARLOS GUIZOLFI ESPIG

**AUTENTICAÇÃO**  
AUTENTICO a presente cópia reprográfica extraída destas notas, a qual confere com o original, do que dou fé.  
Torres, 25 de maio de 2017  
Lislaine Leffa Steffen - Escritor autorizada  
Emol. R\$ 4,50 + Selo digital R\$ 1,40 - 0681 01 1700003 07461

*Jose*  
**LISLAINE LEFFA STEFFEN**  
Escritor Autorizada

*Jose*  
**LISLAINE LEFFA STEFFEN**  
Escritor Autorizada

**AUTENTICAÇÃO**  
AUTENTICO a presente cópia reprográfica extraída destas notas, a qual confere com o original, do que dou fé.  
Torres, 25 de maio de 2017  
Lislaine Leffa Steffen - Escritor autorizada  
Emol. R\$ 4,50 + Selo digital R\$ 1,40 - 0681 01 1700003 07460

*Jose*  
**TABELIONATO ESPIG**  
Tabelionato de Notas de Torres  
Rua Borges de Medeiros, 275 / Loja 17 - Fone/Fax: (51) 3664-2590 - Torres - RS  
Tabelião JOSÉ CARLOS GUIZOLFI ESPIG





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO GERAL DE PERÍCIAS  
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

*Maria Lucia Scheffer Teixeira*  
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1012935671 DATA DE EXPIRAÇÃO 08/05/2008

NOME **MARIA LUCIA SCHEFFER TEIXEIRA**

FILIAÇÃO **JORDARIO CLARISMUNDO SCHEFFER**  
**BASILIA BALTHAZAR SCHEFFER**

NATURALIDADE **TORRES RS**

DATA DE NASCIMENTO **15/10/1958**

DIG. ORDEM **C CAS 112 MORRINHOS DO SUL RS**  
**LV 82 FL 54**

CPF **601.464.000-20**

CARTÃO ALEGRE - RS

2 VIA

ASSINATURA DO DIRETOR *[Assinatura]*

152582 / 152582

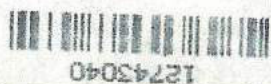
LEI Nº 7.116 DE 29/03/83

*[Assinatura]* **TABELIONATO ESPIG**  
Tabelionato de Notas de Torres  
Rua Borges de Medeiros, 275 / Loja 17 - Fone/Fax: (51) 3654-2590 - Torres - RS  
Tabelião JOSÉ CARLOS GUIZOLFI ESPIG

**AUTENTICAÇÃO**  
AUTENTICO a presente cópia reprográfica conforme o original a mim apresentado, do que dou fé.  
Torres, 24 de maio de 2017  
Lislaine Leffa Steffen - Escrevente autorizada  
Emol R\$ 4.50 + Selo digital R\$ 1.40 - 0681 01 1700003.07190

*[Assinatura]*

**LISLAINE LEFFA STEFFEN**  
Escrevente Autorizada



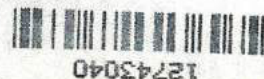
12743040

*[Assinatura]* **TABELIONATO ESPIG**  
Tabelionato de Notas de Torres  
Rua Borges de Medeiros, 275 / Loja 17 - Fone/Fax: (51) 3654-2590 - Torres - RS  
Tabelião JOSÉ CARLOS GUIZOLFI ESPIG

**AUTENTICAÇÃO**  
AUTENTICO a presente cópia reprográfica conforme o original a mim apresentado, do que dou fé.  
Torres, 24 de maio de 2017  
Lislaine Leffa Steffen - Escrevente autorizada  
Emol R\$ 4.50 + Selo digital R\$ 1.40 - 0681 01 1700003.07189

*[Assinatura]*

**LISLAINE LEFFA STEFFEN**  
Escrevente Autorizada



12743040



15975905

15975905

TABELIONATO ESPIG

Tabelionato de Notas de Torres  
Rua Borges de Medeiros, 275 / Loja 17 - Fone/Fax: (51) 3664-2590 - Torres - RS  
Tabelião JOSÉ CARLOS GUIZOLFI ESPIG

## AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO a presente cópia reprográfica conforme o original a mim  
apresentado, do que dou fé.

Torres, 24 de maio de 2017

Lislaine Leffa Steffen - Escrevente autorizada

Emol: R\$ 4,50 + Selo digital: R\$ 1,40 - 0681.01.1700003.07103

LISLAINE LEFFA STEFFEN  
Escrevente Autorizada



LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

ASSINATURA DO DIRETOR

089.380.830-04

LV 012 PL 19V

C CAS 2866 TORRES RS

TORRES RS

IZABEL PEREIRA

MAXIMO DATIX

FERNANDO PEREIRA DATIX

8016459391

12/09/2012

21/05/1946

152592 / 152592

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

CARTEIRA DE IDENTIDADE

ASSINATURA DO TITULAR

MAIOR DE 65 ANOS

Polgar Direto

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO GERAL DE PERÍCIAS

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

RIO GRANDE DO SUL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TABELIONATO ESPIG

Tabelionato de Notas de Torres  
Rua Borges de Medeiros, 275 / Loja 17 - Fone/Fax: (51) 3664-2590 - Torres - RS  
Tabelião JOSÉ CARLOS GUIZOLFI ESPIG

## AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO a presente cópia reprográfica conforme o original a mim  
apresentado, do que dou fé.

Torres, 24 de maio de 2017

Lislaine Leffa Steffen - Escrevente autorizada

Emol: R\$ 4,50 + Selo digital: R\$ 1,40 - 0681.01.1700003.07104

LISLAINE LEFFA STEFFEN  
Escrevente Autorizada





- CÓPIA AUTÊNTICA -

ATA 20/05/2017

ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO CULTURAL DE TORRES  
REUNIÃO do Conselho Comunitário.

Aos 20 dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete, na cidade de Torres, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. Do Riacho, 35 foi realizada reunião do Conselho Comunitário da Associação de Comunicação Cultural de Torres para analisar a programação e projetos fundamentais para o bom andamento da emissora, contando com a presença dos Conselheiros Comunitários: Juarez Natalino Matos, Presidente da Câmara dos Dirigentes Logistas (CDL) CNPJ:87.877.817/0001-20; Nasser Mahmud Samham Presidente do Sindilojas CNPJ: 04.457.128/0001-30; Luis Cláudio Matos Daitx Presidente da Associação de Pais, Amigos e Excepcionais de Torres, CNPJ: 89.227.243/0001-70; Roniel Santos Lummertz, Presidente do Rotary Club de Torres, CNPJ: 04.700.078/0001-70; Jodimar Viena Presidente do Lions Clube de Torres, CNPJ: 91.102.954/0001-60; e Juarez da Rosa Espíndola, Presidente da Associação dos Corretores de Imóveis de Torres, CNPJ: 92.326.297/0001-06. Por consenso, foi eleito para presidir esta Reunião, o Sr Juarez Natalino dos Santos, que escolheu para secretariar o Senhor Luis Cláudio Matos Daitx. Usando a palavra o Senhor Juarez sugeriu encaminhar aos coordenadores de programação da emissora a ampliação os espaços na programação para divulgação das ações dos Clubes de Serviços, entre eles o Lions Clube de Torres, Rotary Clube de Torres, Associação de Pais, Amigos e Excepcionais de Torres, desta forma divulgando mais as iniciativas dos referidos clubes de serviços com a efetiva participação da emissora. Foi sugerido pelo representante do Lions Clube, senhor Jodimar, a parceria da emissora, na Campanha do Agasalho 2017 que iniciará no próximo mês. Com o consenso de todos foi aprovada a manutenção dos programas de cunho comunitário, educacional e cultural. Então, o senhor Presidente declarou livre a palavra para os presentes e, como não houve nenhuma manifestação e nada mais havendo a tratar, foi declarada encerrada esta Reunião, do que eu Luis Cláudio Matos Daitx, Secretário, lavrei esta Ata que foi lida e aprovada.

Juarez Natalino Matos  
Presidente da Reunião

Luis Cláudio Matos Daitx  
Secretário da Reunião

LISLAINE LEFFA STEFFEN

Escritora Autorizada

Tabelionato de Notas de Torres  
Rua dos Irmãos de Medeiros, 275 / Loja 17 - Fone/Fax: (51) 3664-2590 - Torres - RS  
Tabelião JOSÉ CARLOS GUIZOLFI EPIG

Reconheço as firmas de Juarez Natalino de Matos e Luis Claudio Matos Daitx por SEMELHANÇA com as existentes no arquivo deste Tabelionato. Dou fé.

Em testemunho da verdade

Torres, 05 de junho de 2017

Lislaine Leffa Steffen - Escritora autorizada

Emol: R\$ 9,00 + Selo digital R\$ 2,80 - 0681.01 1700003 09239 e 09240



CERTIFICO que na data de hoje foi feito a Averbação do(a)  
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO COMUNITÁRIO, no livro  
A-13, fls 65 V, sob nº 7, registro origem nº 291 do livro A-4,  
folha 91F, em 22/06/2017. Protocolado em 05/06/2017, no livro  
A-8, fls 93, sob nº 18710. O referido é verdade. Dou fé. Torres,  
22 de junho de 2017.

Gilvana Teixeira Rodrigues - Escrevente Autorizada

Emolumentos: Total: R\$ 106,10 + R\$ 10,90 = R\$ 116,90  
Exame documentos: R\$ 38,40 (0675.04.1500018.00967 = R\$ 3,30)  
Averbação PJ: R\$ 57,20 (0675.04.1500018.00968 = R\$ 3,30)  
Digitalização: R\$ 1,50 (0675.01.1500018.06519 = R\$ 1,40)  
Processamento eletrônico: R\$ 9,00 (0675.01.1500018.06516 a 6517 = R\$ 2,80)

RECEBUEMOS DO MUNICÍPIO DE TORRES, RS, EM 22/06/2017, O VALOR DE R\$ 116,90 (CENTO E DOZE REAIS E NOVENTO CENTAVOS) PARA PAGAMENTO DE EMOLUMENTOS.

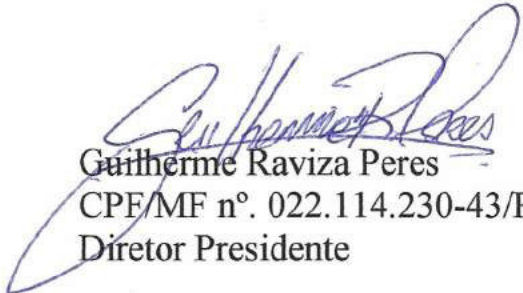


## DECLARAÇÃO

Declaramos para fins de prova, junto ao Ministério das Comunicações, sob as penas de lei, que a **Associação de Comunicação Cultural de Torres**, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária – RadCom, utilizando a **Frequência 87,5 MHz**, na localidade de **Torres**, Estado do Rio Grande do Sul, encontra-se com as suas instalações e equipamentos **em conformidade com a última autorização do Poder Concedente**, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

Outrossim, declaramos que a referida entidade está apta a ter a sua outorga renovada por **novo decênio**, de acordo com o disposto no Decreto nº. 2.615 de 03 de junho de 1998.


Torres/RS, 18 de maio de 2017.



Guilherme Raviza Peres  
CPF/MF nº. 022.114.230-43/RS  
Diretor Presidente

Assinaturas:

Cláudio Lorini  
Registro no CREA nº. 51.369-D/RS  
CPF/MF nº. 294.367.700-06/RS



Guilherme Raviza Peres  
Diretor Presidente  
CPF nº. 022.114.230-43/RS



## LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO

FLS: 001/001

NOME/RAZÃO SOCIAL		Nº DA ENTIDADE	
ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO CULTURAL DE TORRES - CNPJ: 04.649.437/0001-01		50403414075	
Nº DA ESTAÇÃO	SERVIÇO	NAT. SERV.	LATITUDE
688766790	Rádiodifusão Comunitária	*****	29S203100
		LONGITUDE	
		49W440300	

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO	DISTRITO
AVENIDA DO RIACHO 35	*****

BAIRRO	MUNICÍPIO	UF
CENTRO	TORRES	RS

CIDADE DA OUTORGA :	Torres/RS	Número Processo :	537900011262001
NOME FANTASIA :	RÁDIO CULTURAL FM	CANAL :	198
FREQÜÊNCIA :	87,5 MHz	RATO DA AREA DE SERVICO :	1.00 KM
HORÁRIO FUNCIONAMENTO :	07:00 a 24:00 - Dom. a Sáb.	PERP MAXIMA :	***** W
INDICATIVO DA ESTAÇÃO :	ZYM498	LOCALIDADE :	*****
ESTÚDIO		UF :	RS
ENDEREÇO :	AVENIDA DO RIACHO 35 CENTRO	MODELO :	SP5025
MUNICÍPIO :	Torres	POTÊNCIA :	25,000 W
TRANSMISSOR PRINCIPAL	Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda	MODELO :	*****
CÓDIGO :	0680030528	POTÊNCIA :	***** W
TRANSMISSOR AUXILIAR	*****	MODELO :	DPOdB
CÓDIGO :	*****	POLARIZAÇÃO :	Vertical
ANTENA		ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO :	15.5 m
FABRICANTE :	AUAD - CORREA EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA		
GANHO :	0.00 dBd		
DESCRIÇÃO :	DIPOLO DE 1/2 DE ONDA		
COTA BASE DA TORRE :	***** m		

A EMISSORA DO RADCOM OPERARÁ SEM DIREITO A PROTEÇÃO CONTRA EVENTUAIS INTERFERENCIAS CAUSADAS POR ESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E DE RÁDIOFUSÃO REGULARMENTE INSTALADAS.

IMPRESSA EM 26/02/2014

OBSERVAÇÕES	Licenciada Em	VÁLIDA ATÉ
04.649.437/0001-01	26/10/2007	30/08/2017

PATRICIA BRITO DE AVILA  
SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA



**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>04.649.437/0001-01</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>05/09/2001</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO DE COMUNICACAO CULTURAL DE TORRES</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - Associação Privada</b>			
LOGRADOURO <b>AV DO RIACHO</b>	NÚMERO <b>35</b>	COMPLEMENTO	
CEP <b>95.560-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>TORRES</b>	UF <b>RS</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>smfernan@terra.com.br</b>		TELEFONE <b>(51) 3664-3131 / (51) 3664-4345</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>05/09/2001</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **19/05/2017** às **13:33:50** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

© Copyright Receita Federal do Brasil - 19/05/2017



BOM DIA  
CLÁUDIO LORINISistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

BOLETO » » Nada Consta | menu ajuda

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS  
ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO CULTURAL DE TORRES  
**CNPJ:** 04.649.437/0001-01

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:06:52 do dia 27/06/2017 (hora e data de Brasília).

Válida até 27/07/2017.

Certidão expedida gratuitamente.

## LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA – RENOVAÇÃO DE OUTORGA

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Rádio Comunitária

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

DENOMINAÇÃO SOCIAL

**ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO CULTURAL DE TORRES**

DENOMINAÇÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)

CNPJ

**04.649.437/0001-01**

DENOMINAÇÃO DE FANTASIA

**RÁDIO CULTURAL FM**

Portaria de Autorização nº. 460 de 14 de agosto de 2000 Publicada no D.O.U de 25 subsequente

Decreto Legislativo nº. 17 de 22 de março de 2002 Publicado no D.O.U de 25 subsequente

### 1. LOCALIZAÇÃO DA SEDE DA ENTIDADE

LOGRADOURO

**AV. DO RIACHO, Nº. 35**

BAIRRO

**CENTRO**

CIDADE

**TORRES**

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

**RS**

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

**29° 20' 31,00" S**

**49° 44' 03,00 " W**

- A sede da entidade encontra-se a menos de 1km do sistema irradiante?

NÃO

☐

SIM

☒

### 2. LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR E SISTEMA IRRADIANTE

LOGRADOURO

**AV. DO RIACHO, Nº. 35**

BAIRRO

**CENTRO**

CIDADE

**TORRES**

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

**RS**

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

**29° 20' 31,00" S**

**49° 44' 03,00 " W**

- São as mesmas coordenadas que constam na última licença expedida?

NÃO

☐

SIM

☒

- É o mesmo endereço que consta na última licença expedida?

NÃO

☐

SIM

☒

3. LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO (Caso o estúdio não se encontre no local do sistema irradiante especifique como será feita a ligação entre o estúdio e o sistema irradiante no campo 8. "Outras informações de interesse")

LOGRADOURO

**AV. DO RIACHO, Nº. 35**

BAIRRO

**CENTRO**

CIDADE

**TORRES**

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

**RS**

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

**29° 20' 31,00" S**

**49° 44' 03,00 " W**



4. TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE

**AUAD CORREA EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA**

MODELO

**SP5025**

POTÊNCIA DE FÁBRICA

**25,0**

Watts

Nº. HOMOLOGAÇÃO

**0680-03-0528**

POTÊNCIA DE OPERAÇÃO

Watts

POTÊNCIA MEDIDA

Watts

FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO

MHz

FREQUÊNCIA MEDIDA

MHz

5. TRANSMISSOR AUXILIAR (se houver)

FABRICANTE

MODELO

POTÊNCIA DE FÁBRICA

Watts

Nº. HOMOLOGAÇÃO

POTÊNCIA DE OPERAÇÃO

Watts

POTÊNCIA MEDIDA

Watts

FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO

MHz

FREQUÊNCIA MEDIDA

MHz

- Os dados dos transmissores são os mesmos que constam na última licença expedida?

NÃO

☐

SIM

☒

6. SISTEMA IRRADIANTE – ANTENA/TORRE

FABRICANTE DA ANTENA

**AUAD CORREA EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA**

MODELO

**DP 0dB**

GANHO Max (Gt)

**0(zero)**

dBd

ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO

**15,5**

m

ALTURA DA TORRE

**16,5**

m

ALTITUDE DO LOCAL

**5**

m

- Os dados do sistema irradiante são os mesmos que constam na última licença expedida?

NÃO

☐

SIM

☒

7- LINHA DE TRANSMISSÃO

FABRICANTE

**RFS – RÁDIO FREQUENCY SYSTEMS – KMP**

MODELO

**RGC213-50J**

COMPRIMENTO(L)

**25**

m

ATENUAÇÃO EM 100 m (AL)

**3,848**

dB

PERDAS NA LINHA (PL)

**0,962**

dB

EFICIÊNCIA DA LINHA (η)

**0,8013**

Perdas na linha (PL) =  $\frac{L \cdot AL}{100}$

Eficiência da linha(η) =  $10^{-\frac{PL}{10}}$

 2



## 8 – OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE

\* A ligação dos equipamentos de áudio do estúdio até o transmissor é feita com linha física (cabo de áudio), tipo AF2X18AWGT, fabricante RFS).

\*\* O Sistema irradiante apesar de estar instalado a mais de 5 metros do estúdio principal a ligação do transmissor de RF e antena de FM é feita por cabo coaxial modelo RGC213-50J com 25 metros de comprimento.

\*\* A localização da planta transmissora da rádio comunitária esta neste local nominado há mais de 5(cinco) anos.

\*\*\* A gravação da programação é feita por software em HD, 24 horas áudio, 20 dias programas políticos e 60 dias para os textos dos programas.

## 9- INSTRUMENTOS EMPREGADOS NA VITORIA

Item	Descrição	Fabricante	Modelo	Nº. Série
1	GPS	Garmim	GPS map 76S	93685613
2	Altímetro	Oregon	Model EB	EB – 833
3	Valtímetro de RF	Bird	Model 43	299984
4	Frequencímetro	Linear	FL 0600	Az 363
5	Monitor de modulação	Solidyne	VA-16/CAL/P	1231
6	Medidor de Campo	Kathrein	DC 110 MHz	6715E1
7	Analizador de Espectro	Bird	SH – 36S	SH - 3600
8	Câmara Fotográfica	Sony	DSC – W200	6535266
9	Frequencímetro	Protek	B3110	110050 073750

## 10 – DADOS DO ENGENHEIRO PROJETISTA

NOME COMPLETO

CLÁUDIO LORINI

ENDEREÇO

RUA TOBIAS DA SILVA, Nº. 267 – CONJ. 501

ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)

BAIRRO

MOINHOS DE VENTO

CIDADE

PORTO ALEGRE

UF

RS

REG. CREA

51.369-D/RS

FORMAÇÃO

ENGENHARIA ELETRICA

CEP

90570-020

TELEFONE

(51) 3312.1777

FAX

(51) 3312.1777

E-MAIL

eglorini@lorini.eng.br

LOCAL

TORRES

DATA


18/05/2017

ASSINATURA

Dados da ART Agência/Código do Cedente 065-48/015117596 Nosso Número: 09025513.44

Tipo: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Participação Técnica: INDIVIDUAL/PRINCIPAL  
Convênio: NÃO É CONVÊNIO Motivo: NORMAL**Contratado**Carteira: RS051369 Profissional: CLAUDIO LORINI E-mail: eglorini@lorini.eng.br  
RNP: 2201508100 Título: Engenheiro Eletricista  
Empresa: NENHUMA EMPRESA Nr.Reg.:**Contratante**Nome: ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO CULTURAL DE TORRES E-mail: studion@terra.com.br  
Endereço: AVENIDA DO RIACHO, 35 Telefone: (51) 9.8413.2092 CPF/CNPJ: 04.649.437/0001-01  
Cidade: TORRES Bairro.: CENTRO CEP: 95560000 UF: RS**Identificação da Obra/Serviço**Proprietário: ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO CULTURAL DE TORRES  
Endereço da Obra/Serviço: AVENIDA DO RIACHO, 35 CPF/CNPJ: 04.649.437/0001-01  
Cidade: TORRES Bairro: CENTRO CEP: 95560000 UF: RS  
Finalidade: OUTRAS FINALIDADES Vlr Contrato(R\$): 1.000,00 Honorários(R\$): 1.000,00  
Data Início: 13/03/2017 Prev.Fim: 13/06/2017 Ent.Clas: SENGE/RS

Atividade Técnica	Descrição da Obra/Serviço	Quantidade	Unid.
Laudo Técnico	LAUDO DE VISTORIA DA ESTAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA PARA FINS	1,00	Un
Laudo Técnico	DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA DA RÁDIO COMUNITÁRIA - RADCOM.	1,00	Un

Local e Data	Declaro serem verdadeiras as informações acima CLAUDIO LORINI Profissional	De acordo  ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO CULTURAL DE TORRES Contratante
--------------	----------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

A AUTENTICIDADE DESTA ART PODERÁ SER CONFIRMADA NO SITE DO CREA-RS, LINK CIDADÃO - ART CONSULTA



041-8 04192.10067 50151.175093 025513.40587 7 71740000008153

Local de Pagamento					Vencimento		29/05/2017
PAGÁVEL EM QUALQUER AGÊNCIA BANCÁRIA					Agência/Cód.Cedente		065-48/015117596
Cedente					Nosso Número		09025513.44
CREA-RS Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do RS					(-) Valor do Documento		81,53
Data do documento		Nr.Docto	Espécie DOC	Aceite	Data Processamento		
19/05/2017		9025513	DM	NÃO	19/05/2017		
Uso Banco	Carteira	Espécie	Quantidade	Valor			
	01	R\$					
<b>Instruções:</b> NÃO RECEBER APÓS O VENCIMENTO. Este documento só terá validade após seu pagamento. Agendamento só terá validade após sua compensação bancária.							
Sacado: CLAUDIO LORINI					CPF: 29436770006		



Autenticação mecânica/Ficha de compensação



\*\*\*\*\*  
BANRISUL ELETRONICO PAGAMENTO  
\*\*\*\*\* CASH DL110 \*\*\*\*\*

CLIENTE: NELSON SARAIVA PERES  
AGENCIA: 0955 CONTA: 35.012099.0-9  
DATA: 29/05/2017 HORA: 19:11  
AG/CASH: 0955/2098 NSU: 013444  
NSU BOX: 00606500039

\*\*\* AS INFORMACOES FORNECIDAS SAO DE \*\*\*  
\*\*\* INTEIRA RESPONSABILIDADE DO CLIENTE! \*\*\*

VALOR INFORMADO: R\$ 81.53  
DATA DE VENCIMENTO: 29/05/2017

--- CODIGO DE BARRAS ---  
04197717400 00008153210 06501511750 90255134058  
--- LINHA DIGITAVEL ---  
04192100675015117509302551340587771740000008153

\*\*\* BANRISUL DEBITO \*\*\*  
\*\*\* 639664005670272500-0371-F0FCA5C8450702A2 \*\*\*

POR TRATAR-SE DE OPERACAO ELETRONICA, SOMENTE  
ESTARA CONCLUIDA COM A EFETIVACAO DO DEBITO  
NA CONTA CORRENTE DO CLIENTE

IDENTIFICACAO:  
03604754AAC6D54FD1092395A68BCB550151

SERVICO DE ATENDIMENTO AO CLIENTE: 0800-646.1515  
OUVIDORIA: 0800-644.2200





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar  
CEP: 70044-900 / Brasília-DF  
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 38781/2017/SEI-MCTIC

Ao Senhor

**RAPHAEL GARCIA DE SOUZA**

Gerência de Fiscalização da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel  
SAUS Quadra 06 Blocos. C, E, F e H - Setor de Autarquias Sul  
70070-940 - Brasília/DF

Assunto: **Instauração de Processo de Renovação. Funcionamento em caráter precário até decisão definitiva do Ministério das Comunicações.**

Senhor Gerente,

1. Cumprimentando-o cordialmente, informamos a instauração do Processo nº 53900.050659/2016-03, de interesse da **ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO CULTURAL DE TORRES**, sediada em **Torres/ RS**, para renovação da outorga referente ao período de 30 de Agosto de 2007 a 30 de Agosto de 2017.
2. Ressaltamos que, segundo a legislação vigente, mesmo diante de outorga vencida, a Entidade poderá executar o serviço de radiodifusão comunitária, em caráter precário, até decisão final deste Ministério. Sendo assim, é desnecessário que a Entidade apresente, neste momento, qualquer documento que comprove a regularidade da execução do serviço às autoridades de fiscalização.
3. Colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**,  
**Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 12/09/2017, às  
18:11, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº  
34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador



**2192868** e o código CRC **FE568823**.

---

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício  
nº 38781/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.050659/2016-03 - Nº SEI: 2192868





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar  
CEP: 70044-900 / Brasília-DF  
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 38783/2017/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

**REPRESENTANTE LEGAL**

**ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO CULTURAL DE TORRES**

Avenida do Riacho, nº 35 - Bairro: Centro

95560000 / Torres - RS

CNPJ nº 04.649.437/0001-01

Assunto: **Requerimento de Renovação. Funcionamento em caráter precário até decisão definitiva do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Processo nº 53900.050659/2016-03.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Recebemos o pedido de renovação de outorga, referente ao período de 30 de Agosto de 2007 a 30 de Agosto de 2017, protocolizado sob o nº 53900.050659/2016-03, o qual se encontra em análise nesta Coordenação-Geral.
2. Importa esclarecer que, mesmo diante de outorga vencida, a Entidade poderá executar o serviço de radiodifusão comunitária, em caráter precário, até decisão final deste Ministério.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 12/09/2017, às 18:11, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2192874** e o código CRC **9ECB9D82**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 38783/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.050659/2016-03 - Nº SEI: 2192874

**Data de Envio:**

18/09/2017 09:33:09

**De:**

MCTIC/SEARC RENOV (SEI-MC) <searc.sei@mctic.gov.br>

**Para:**

smfernand@terra.com.br  
gui.raviza@gmail.com  
jonil7@yahoo.com.br  
juridicoseils@lorini.adv.br  
tecnicoseile@lorini.eng.br

**Assunto:**

Correspondência Oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

**Mensagem:**

Prezado(a),

Ref: @processo@

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Radiodifusão  
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor confirmar recebimento.  
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.  
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

**Anexos:**

Oficio\_2192874.html



## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO CULTURAL DE TORRES  
**CNPJ:** 04.649.437/0001-01

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 13:59:24 do dia 19/02/2018 (hora e data de Brasília).

Válida até 21/03/2018.

Certidão expedida gratuitamente.

## Identificação do Processo

Númer	53900.050659/2016	Localidade /	TORRES/RS
Entid	ASSOCIACAO DE COMUNICACAO CULTURAL DE TORRES		
Aviso	12	Publicaç	16/08/2001
		Prazo:	30
		Can	285

## Processo

1. A Entidade é uma:	Associaç
----------------------	----------

## 2. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Processo nº: 53900.050659/2016-03

Localidade: Torres / RS

Entidade: Associação de Comunicação Cultural de Torres

Documentos exigidos para a renovação:

1) Requerimento de renovação: fl. 01 (2007150)

1.1) Data de postagem / Protocolo no SEI: 04/07/2017 CADSEI

1.2) Tempestividade: (X) Sim () Não.

2) Estatuto Social: fls. 03 a 11 (2007150) ? registrado

2.1) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 2

2.2) Garantia de ingresso gratuito, como associado: AUSENTE

2.3) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: AUSENTE

2.4) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: AUSENTE

2.5) Órgão administrativo e cargos: art. 15

2.6) Atribuições do Órgão administrativo: art. 18 ao 20

2.7) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: art. 15 (3 anos) ? não limitou a recondução da diretoria por, no máximo, uma vez.

2.8) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: art. 25

3) Ata de Eleição da Diretoria: fls. 13 a 15 (2007150) ? registrada

Mandato de 29/04/2016 a 29/04/2019

Presidente: Guilherme Raviza Peres ? CPF: 022.114.230-43; DN: 27/03/1991

Vice-Presidente: Maria Márcia Munari Teixeira - AUSENTE

Tesoureiro(a): Fernando Pereira Daitx ? CPF: 089.380.830-04; DN: 21/05/1946

4) Comprovantes de maioria e nacionalidade: fls. 16 a 19 (2007150)



5) CNPJ: fl. 23 (2007150)

6) Certidão Negativa da Anatel: (2679904)

7) Declaração de conformidade: fl. 21 (2007150)

8) Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação da emissora: fl. 19 (2007150) ? não está assinado por todos os conselheiros e não possui a descrição da grade de programação.

**\*\*\*PENDÊNCIAS:**

Estatuto Social: Não está previsto o ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica; Não está previsto o direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas; Não está previsto o direito de votar e ser votado para os cargos de direção; Não limita a recondução da diretoria por, no máximo, uma vez;

- Ausência dos comprovantes de nacionalidade/maioridade da Sra. Maria Márcia Munari Teixeira.

- O relatório do conselho comunitário apresentado não está assinado por todos os conselheiros e não possui a descrição da grade de programação, em desacordo com o art. 116 da Portaria.

**\*\*\*CONCLUSÕES:**

Será elaborada Nota Técnica para solução das pendências indicadas.

---

Luciana Pimentel Chaves

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Processos de Renovação de Outorga da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

**NOTA TÉCNICA Nº 3986/2018/SEI-MCTIC**

Processo nº: **53900.050659/2016-03.**

Assunto: **Constatação de pendências. Exigência 1 (um).**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. A **ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO CULTURAL DE TORRES**, executante do serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Torres**, estado do **Rio Grande do Sul**, apresentou requerimento de renovação da autorização (2007150), em 04/07/2017, e o prazo final para o encaminhamento dos documentos expirava em 30/07/2017. Portanto, o pedido é tempestivo.

**ANÁLISE**

2. Após análise do Processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de <b>indeferimento</b> .			
	Dispositivo	Descrição	Análise
			<p>Da análise do estatuto social, constatou-se a inobservância ao art. 40 da Portaria, conforme segue especificado:</p> <p>a. Não está previsto expressamente o ingresso <b>gratuito</b>, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, em desacordo com o art. 40, II da Portaria.</p> <p>b. Não está expressamente previsto o direito de voz e de voto dos associados nas instâncias deliberativas, em desacordo com o art. 40, III da Portaria.</p> <p>c. Não está expressamente previsto o direito de os associados votarem e serem votados para os cargos diretivos, em desacordo com o art. 40, IV da Portaria.</p>

<p>Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015.</p>	<p>Art. 131, inciso II, c/c art. 40</p>	<p>Estatuto social adequado à Portaria nº 4334, de 2015.</p>	<p>d. Não está expressamente previsto que a diretoria será reconduzida por, no máximo, uma vez, conforme art. 40, V, "b" da Portaria.</p> <p><u>Em razão disso, é necessário que o estatuto social seja alterado para se adequar ao que determina a Portaria, e apresentado consolidado, com todas as alterações.</u></p> <p><b>Observação 1:</b> a Entidade poderá requerer do interessado o preenchimento de formulário próprio, para fins de registro cadastral, desde que isso não constitua restrição ao ingresso do associado.</p> <p><b>Observação 2:</b> o estatuto social deverá estar registrado no <b>Livro A</b> do Cartório de Pessoas Jurídicas, onde se registram os atos constitutivos das pessoas jurídicas, conforme art. 116 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.</p>
			<p>O relatório encaminhado não contém a descrição e a avaliação acerca da grade de programação, conforme previsão do art. 116 da Portaria.</p> <p>Assim, para prosseguimento do Processo, a Entidade deve encaminhar novo relatório sobre a grade de programação.</p> <p><b>Observação 1:</b> poderão indicar representantes para compor o Conselho Comunitário, dentre outras, as entidades de classe, beneméritas, religiosas, de</p>

	Art. 131, inciso V	Último relatório do Conselho Comunitário.	<p>moradores, associações rurais, sindicatos etc.</p> <p><b>Observação 2:</b> os dirigentes da entidade interessada bem como representantes da Administração Pública ou de Conselhos Profissionais (OAB, CRM, CRA, etc.) não podem ser membros do Conselho Comunitário e, portanto, não podem assinar o relatório.</p> <p><b>Observação 3:</b> <u>o relatório do Conselho Comunitário deverá contar com a assinatura de todos os seus conselheiros, em número mínimo de 5 (cinco), com a indicação das respectivas entidades representadas pelos membros.</u></p>
	Art. 42	CPF de todos os dirigentes.	A Entidade deverá encaminhar cópia do CPF da Sra. Maria Márcia Munari Teixeira.
Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998	Art. 6º, parágrafo único c/c art. 9º, § 2º, incisos III e IV	Comprovante de maioria/nacionalidade.	<p>A Entidade deverá enviar documento que demonstre a maioria e a nacionalidade do(s) seguinte(s) Diretor(es):</p> <p>1 - Maria Márcia Munari Teixeira.</p> <p><b>Observação:</b> serão aceitos como comprovantes de maioria e nacionalidade documentos como cópia do RG e certidão de casamento.</p> <p><b>Não</b> serão aceitos como comprovantes de maioria/nacionalidade a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e cópia da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).</p>
Portaria nº 4334, de 2015	Art. 131, inciso IV		



3. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.
4. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.
5. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: [duvidasradcom@mctic.gov.br](mailto:duvidasradcom@mctic.gov.br).
6. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Pimentel Chaves, Analista**, em 16/03/2018, às 15:05, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 20/03/2018, às 14:02, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2679986** e o código CRC **44F0E302**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar  
CEP: 70044-900 / Brasília-DF  
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 10359/2018/SEI-MCTIC

Ao Senhor  
GUILHERME RAVIZA PERES  
Representante Legal da ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO CULTURAL DE TORRES  
(CNPJ nº 04.649.437/0001-01)  
Avenida do Riacho, nº 35 - Bairro Centro  
95.560-000 / Torres - RS

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.050659/2016-03.**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 3986/2018/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**. Solicito que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.
3. Informo ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: [http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/processo\\_eletronico.html](http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/processo_eletronico.html).

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 20/03/2018, às 14:02, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2758081** e o código CRC **306D25D1**.

---

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 10359/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.050659/2016-03 - Nº SEI: 2758081

**Data de Envio:**

22/03/2018 10:14:12

**De:**

MCTIC/SEARC RENOV (SEI-MC) <searc.sei@mctic.gov.br>

**Para:**

smfernand@terra.com.br  
gui.raviza@gmail.com  
jonil7@yahoo.com.br  
juridicoseils@lorini.adv.br  
tecnicoseile@lorini.eng.br

**Assunto:**

Correspondência Oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

**Mensagem:**

Prezado(a),

Ref: 53900.050659/2016-03

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Radiodifusão  
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Petição Eletrônica.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

**Anexos:**

Nota\_Tecnica\_2679986.html  
Oficio\_2758081.html



Ilma. Sra.

Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Secretaria de Radiodifusão

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Brasília/DF

Resposta ao Ofício nº 10359/2018/SEI-MCTIC

Processo nº 53900.050659/2016-03

**ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO CULTURAL DE TORRES**, com sede em Torres/RS, neste ato representada por seu Diretor Presidente, tendo recebido Ofício acima mencionado, que encaminhou a **Nota Técnica nº 3986/2018/SEI-MCTIC**, vem a presença de Vossa Senhoria, dizer e requerer o que segue.

O item 2 da N. Técnica consta um quadro descritivo apontando as pendências encontradas na análise da documentação de renovação da outorga da requerente, conforme processo epigrafado.

Dentre essas pendências, está o último relatório do Conselho Comunitário o qual foi constatado que o *“relatório encaminhado não contém a descrição e a avaliação acerca da grade de programação, conforme previsão do Art. 116 da Portaria nº 4334/2015.”*

Sendo assim, segue em arquivo anexo o Relatório (Doc. 1) sobre a grade de programação da emissora (Doc. 2), assinado por todos os conselheiros comunitários, bem como a Ata do Conselho Comunitário que aprovou o Relatório (Doc. 3).

Também é solicitado no item 2 da Nota Técnica o comprovante de maioria/nacionalidade da nossa Vice-Presidente Maria Marcia Munari Teixeira que segue anexa a cópia da carteira de identidade (Doc. 4).

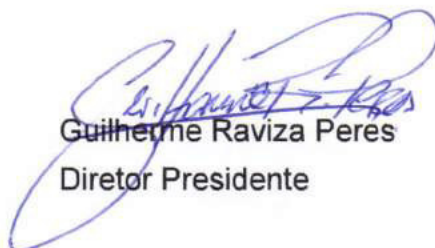


No que se refere a exigência de alteração do Estatuto Social para a introdução dos dispositivos solicitados, esclarecemos que a entidade convocou assembleia dos associados, realizou a mesma que foi aprovada por unanimidade dos associados, protocolizou (Doc. 5) para o registro da Ata e Estatuto Social Consolidado junto ao Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas de Torres, mas até esse momento de cumprimento do prazo estabelecido no Ofício nº 10359/2018, não obteve o registro da Ata.

Sendo assim, requer a esse Departamento o recebimento dos documentos anexos e a dilação do prazo de mais 30 (trinta) para o cartório registrar a Ata e possamos encaminhar a esse Departamento o Estatuto Social modificado e Consolidado, conforme solicitado.

Nestes Termos  
Pede Deferimento.

Torres/RS, 19 de abril de 2018.



Guilherme Raviza Peres  
Diretor Presidente



**GRADE DE PROGRAMAÇÃO DA RADCOM CULTURAL FM DE TORRES - segunda à sábado**

**07:00H**

**Prefixo e Abertura**

**MIX BRASIL - Programa Musical variado**

música

música

música

música

música

música

**07:30H**

**break Apoio Cultural**

música

música

música

música

música

música

**08:00H**

**break Apoio Cultural**

**ESTUDIO ABERTO - Programa com notícias e entrevistas locais**

Abertura com notícias da região

música

notícia

música

noticia

música

hora e temperatura - previsão do tempo

música

noticia

música

noticia

**08:30H**

**break Apoio Cultural**

**entrevista**

música

noticia

música

noticia

música

noticia

música

noticia

**09:00H**

**break Apoio Cultural**

**notícia - entrevista**

música

notícia - comentário

música

hora e temperatura

música

**09:30H**

**break Apoio Cultural**

noticia

música

música

noticia

	música
	música
	notícia
10:00H	break Apoio Cultural
	PRIMEIRA CLASSE - Programa com informações turísticas
	música
	música
	música
	hora certa
	música
	música
10:30H	break Apoio Cultural
	música
	música
	música
	hora certa
	música
	música
	hora certa
11:00H	break Apoio Cultural
	promoções e interatividade
	música
	música
	música
	hora certa
	música
	música
	hora certa
11:30H	break Apoio Cultural
	música
	música
	música
	hora certa
	música
	música
	hora certa
12:00H	break Apoio Cultural
	CULTURAL MIX - Programa de notícias locais
	notícia
	música
	notícia
	hora certa
	música
	notícia
	hora certa
12:30H	break Apoio Cultural
	música
	notícia
	música
	hora certa
	notícia



	música
13:00H	break Apoio Cultural
	CULTURA VIVA - Programa de informações culturais
	música
	informações
	música
	hora certa
	música
	interatividade e entretenimento
13:30H	break Apoio Cultural
	música
	arte e cultura - notícias editadas
	música
	hora certa
	música
	interatividade e entretenimento
14:00H	break Apoio Cultural
	musica
	informações e dicas
	música
	arte e cultura - notícias editadas
	hora certa
	interatividade e entretenimento
	música
14:30H	break Apoio Cultural
	música
	informações e dicas
	música
	hora certa
	interatividade e entretenimento
	música
	GIRO PELO MUNDO - NOTÍCIAS EDITADAS
15:00H	break Apoio Cultural
	CLÁSSICOS DO ROCK - Programa musical e de informações
	música
	interatividade e entretenimento
	música
	hora certa
	música
	música
	informações musicais - notícias editadas
15:30H	break Apoio Cultural
	música
	interatividade e entretenimento
	música
	hora certa
	música
	música
	informações musicais - notícias editadas
16:00H	break Apoio Cultural
	música

	interatividade e entretenimento
	música
	hora certa
	música
	música
	informações musicais - notícias editadas
16:30H	break Apoio Cultural
	música
	interatividade e entretenimento
	música
	hora certa
	música
	música
	GIRO PELO MUNDO - NOTÍCIAS EDITADAS
17:00H	break Apoio Cultural
	FMPB - Programa musical e de informações
	música
	música
	música
	hora certa
	música
	música
	ARTE E CULTURA - NOTÍCIAS EDITADAS
17:30H	break Apoio Cultural
	música
	música
	música
	hora certa
	música
	música
18:00H	break Apoio Cultural
	música
	música
	interatividade e entretenimento
	música
	hora certa
	música
	música
	informação
18:30H	break Apoio Cultural
	música
	música
	música
	hora certa
	música
	música
18:59H	break Apoio Cultural
	A VOZ DO BRASIL
20:00H	break Apoio Cultural
	FUNDO DO BAÚ - Programa musical diversos
	música

	música
	música
	hora certa
	música
	música
20:30H	break Apoio Cultural
	música
	música
	música
	hora certa
	música
	música
21:00H	break Apoio Cultural
	música
	música
	música
	hora certa
	música
	música
21:30H	break Apoio Cultural
	música
	música
	música
	hora certa
	música
	música
22:00H	break Apoio Cultural
	LOVE NIGHT - Programa musical diversos
	música
	música
	hora certa
	música
	música
22:30H	break Apoio Cultural
	música
	música
	música
	hora certa
	música
	música
23:00H	break Apoio Cultural
	música
	música
	música
	hora certa
	música
	música
23:30H	break Apoio Cultural
	música
	música

música  
hora certa  
música  
música  
Final

23:59H Prefixo e encerramento





	GRADE DE PROGRAMAÇÃO DA RADCOM CULTURAL FM DE TORRES - DOMINGO	
07:00H	Prefixo e Abertura	
	músicas	
07:30H	break Apoio Cultural	
	músicas	
08:00H	break Apoio Cultural	
	GIRO PELO MUNDO - NOTÍCIAS EDITADAS	
	músicas	
	hora e temperatura - previsão do tempo	
	músicas	
08:30H	break Apoio Cultural	
	músicas	
	hora e temperatura	
	música	
09:00H	break Apoio Cultural	
	GIRO PELO MUNDO - NOTÍCIAS EDITADAS	
	músicas	
	hora e temperatura	
	músicas	
09:30H	break Apoio Cultural	
	músicas	
	hora e temperatura	
	músicas	
10:00H	break Apoio Cultural	
	GIRO PELO MUNDO - NOTÍCIAS EDITADAS	
	música	
	hora e temperatura	
	música	
10:30H	break Apoio Cultural	
	música	
	hora e temperatura	
	música	
11:00H	break Apoio Cultural	
	GIRO PELO MUNDO - NOTÍCIAS EDITADAS	

	música	
	hora e temperatura	
	música	
11:30H	break Apoio Cultural	
	música	
	hora e temperatura	
	música	
12:00H	break Apoio Cultural	
	GIRO PELO MUNDO - NOTÍCIAS EDITADAS	
	música	
	hora e temperatura	
	música	
12:30H	break Apoio Cultural	
	música	
	hora e temperatura	
	música	
13:00H	break Apoio Cultural	
	GIRO PELO MUNDO - NOTÍCIAS EDITADAS	
	música	
	hora e temperatura	
	música	
13:30H	break Apoio Cultural	
	música	
	arte e cultura - notícias editadas	
	música	
	hora e temperatura	
	música	
14:00H	break Apoio Cultural	
	GIRO PELO MUNDO - NOTÍCIAS EDITADAS	
	música	
	arte e cultura - notícias editadas	
	hora e temperatura	
	música	
14:30H	break Apoio Cultural	



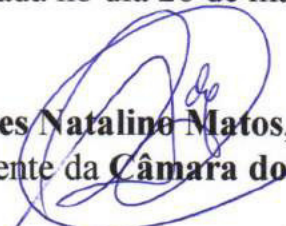
	informações e dicas
	música
	hora e temperatura
	música
15:00H	break Apoio Cultural
	GIRO PELO MUNDO - NOTÍCIAS EDITADAS
	música
	hora e temperatura
	música
15:30H	break Apoio Cultural
	música
	interatividade e entretenimento
	música
	hora e temperatura
	música
	música
	informações musicais - notícias editadas
16:00H	break Apoio Cultural
	GIRO PELO MUNDO - NOTÍCIAS EDITADAS
	música
	hora e temperatura
	música
16:30H	break Apoio Cultural
	música
	hora e temperatura
	música
17:00H	break Apoio Cultural
	GIRO PELO MUNDO - NOTÍCIAS EDITADAS
	música
	hora e temperatura
	música
17:30H	break Apoio Cultural
	música
	hora e temperatura

	música
18:00H	break Apoio Cultural
	GIRO PELO MUNDO - NOTÍCIAS EDITADAS
	música
	hora e temperatura
	música
18:30H	break Apoio Cultural
	música
	hora e temperatura
	música
20:00H	break Apoio Cultural
	GIRO PELO MUNDO - NOTÍCIAS EDITADAS
	música
	hora e temperatura
	música
20:30H	break Apoio Cultural
	música
	hora e temperatura
	música
21:00H	break Apoio Cultural
	GIRO PELO MUNDO - NOTÍCIAS EDITADAS
	música
	hora e temperatura
	música
21:30H	break Apoio Cultural
	música
	hora e temperatura
	música
22:00H	break Apoio Cultural
	música
	hora e temperatura
	música
22:30H	break Apoio Cultural
	música

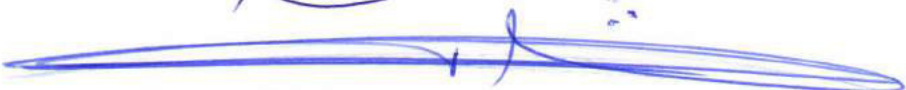


	hora e temperatura
	música
23:00H	break Apoio Cultural
	música
	hora e temperatura
	música
23:30H	break Apoio Cultural
	música
	hora certa
	música
	Final
23:59H	Prefixo e encerramento

Declaramos que foi aprovada por unanimidade, a GRADE DE PROGRAMAÇÃO, em anexo, da RadCom Cultural FM de Torres em Reunião Realizada no dia 26 de março de 2018.




- **Juarez Natalino Matos,**  
Presidente da **Câmara dos Dirigentes Lojistas**



- **Nasser Mahmud Samham,**  
Presidente do **Sindilojas Torres**



- **Luis Cláudio Matos Daitx,**  
Presidente da **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Torres,**



- **Sinyal José Plucênio,**  
Presidente do **Rotary Club de Torres,**



- **Francisco de Paula Pereira,**  
Presidente do **Lions Clube de Torres,**



ATA 26/03/2018

ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO CULTURAL DE TORRES  
REUNIÃO do Conselho Comunitário.

Aos vinte e seis dias do mês de março de dois mil e dezoito, na cidade de Torres, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. Do Riacho, 35 foi realizada reunião do Conselho Comunitário da Associação de Comunicação Cultural de Torres, em atendimento aos preceitos da Lei, para analisar a grade de programação e projetos que a emissora realiza, contando com a presença dos Conselheiros Comunitários: Juares Natalino Matos, Presidente da Câmara dos Dirigentes Logistas (CDL) CNPJ:87.877.817/0001-20; Nasser Mahmud Samham Presidente do Sindilojas CNPJ: 04.457.128/0001-30; Luis Cláudio Matos Daitx Presidente da Associação de Pais, Amigos e Excepcionais de Torres, CNPJ: 89.227.243/0001-70; Sinval José Plucênio, Presidente do Rotary Club de Torres, CNPJ: 04.700.078/0001-70 e Francisco de Paula Pereira, Presidente do Lions Clube de Torres, CNPJ: 91.102.954/0001-60. Por consenso, foi eleito para presidir esta Reunião, o Sr Juares Natalino dos Santos, que escolheu para secretariar o Senhor Luis Cláudio Matos Daitx. Em cumprimento a pauta foi apresentada a grade de programação, encaminhada pela diretoria da Associação, a qual foi minuciosamente analisada e aprovada por unanimidade. Com o consenso de todos foi aprovada a manutenção dos programas de cunho comunitário, educacional e cultural e, elogiados os programas “Estúdio Aberto”, o qual disponibiliza espaço para a comunidade através de entrevistas, “Cultural Mix”, que apresenta as principais notícias locais, “Cultura Viva” que é um programa de cunho cultural, e o “Música, Saúde e Cia” que traz informações pertinentes à área de saúde pública. Então, o senhor Presidente declarou livre a palavra para os presentes e, como não houve nenhuma manifestação e nada mais havendo a tratar, foi declarada encerrada esta Reunião, do que eu Luis Cláudio Matos Daitx, Secretário, lavrei esta Ata que foi lida e aprovada.

  
Juares Natalino Matos

  
Nasser Mahmud Samham

  
Luis Cláudio Matos Daitx

  
Sinval José Plucênio

  
Francisco de Paula Pereira



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 15/R.1.530.407 DATA DE EXPEDIÇÃO 26.07.1.988

NOME MARIA MARCIA MUNARI TEIXEIRA

RAULINO MUNARI

FILIAÇÃO MARIA LENI MATOS MUNARI

NATURALIDADE TORRES-RS. DATA DE NASCIMENTO 07.07.1.964

DOC ORIGEM Cert.Cas.Nº1.093.L.B-03.Fs.160

Cart.Ruy L.F. Filho TORRES-RS.

CPF 354.584.020-49

ASSINATURA [assinatura] Antunes

ASSINANTE Delegado de Polícia

LEI Nº 7.166 DE 29/08/83

Tabelionato de Notas de Torres

Rua Borges de Medeiros, 275 / Lote 17 - Fone/Fax: (51) 3664-2590 - Torres - RS

Tabelião JOSE CARLOS GUIZOLFI ESPIG

**AUTENTICAÇÃO**

AUTENTICO o verso e anverso da presente cópia reprográfica extraída nestas notas, a qual confere com o original, do que dou fé.

Torres, 23 de março de 2018

Lislaine Leite Steffen - Escrevente autorizada

Emol: R\$ 9,20 + Selo digital R\$ 2,80 - 0681 01 1800001.14303 a 14304

TE LISLAINE LEITE STEFFEN

Escrevente Autorizada

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

DIRETORIA DE POLÍCIA TÉCNICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

[Imagem de impressão digital]

[Imagem de rosto]

[assinatura]

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE





## NOTA DE ENTREGA TD-PJ

Número da nota  
Nº 002341T

Via  
cliente

Data de emissão  
16/04/2018 10:30:56



Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas  
Rene Pacheco De Rose - Registrador  
Av. Benjamim Constant, 51 -- Fone: (51) 3664 - 1191  
Torres - RS - CEP: 95560000  
CPF: 074.273.440-49  
E-mail: atendimento@ritorres.com.br

Nome da parte: ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO CULTURAL DE TORRES

Nome do Apresentante: ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO CULTURAL DE TORRES

Telefone: 51 - 995433131 /

Usuário: ROCHELE

Entrada em: 16/04/2018

**Protocolo: 19460**

Prazo: 30 dias

ESTATUTO SOCIAL

Depósito: R\$ 200,00

Serviço: PJ

O RECIBO DEFINITIVO e a entrega do documento serão efetuados SOMENTE mediante apresentação desta nota de entrega.

Observações / Documentos entregues

Voltar: 29/05/2018

Vencimento: 29/05/2018

RECIBO

Na data abaixo recebi os documentos em devolução

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura da Parte

## NOTA DE ENTREGA TD-PJ

Número da nota  
Nº 002342T

Via  
cliente

Data de emissão  
16/04/2018 10:32:18



Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas  
Rene Pacheco De Rose - Registrador  
Av. Benjamim Constant, 51 -- Fone: (51) 3664 - 1191  
Torres - RS - CEP: 95560000  
CPF: 074.273.440-49  
E-mail: atendimento@ritorres.com.br

Nome da parte: ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO CULTURAL DE TORRES

Nome do Apresentante: ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO CULTURAL DE TORRES

Telefone: 51 - 995433131 /

Usuário: ROCHELE

Entrada em: 16/04/2018

**Protocolo: 19461**

Prazo: 30 dias

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL

Depósito: R\$ 150,00

Serviço: PJ

O RECIBO DEFINITIVO e a entrega do documento serão efetuados SOMENTE mediante apresentação desta nota de entrega.

Observações / Documentos entregues

Voltar: 29/05/2018

Vencimento: 29/05/2018

RECIBO

Na data abaixo recebi os documentos em devolução

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura da Parte

**Ilma. Sra.**

**Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**

**Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**

**Secretaria de Radiodifusão**

**Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**

**Brasília/DF**

**COMPLEMENTAÇÃO - Resposta ao Ofício nº 10359/2018/SEI-MCTIC**

**Processo nº 53900.050659/2016-03**

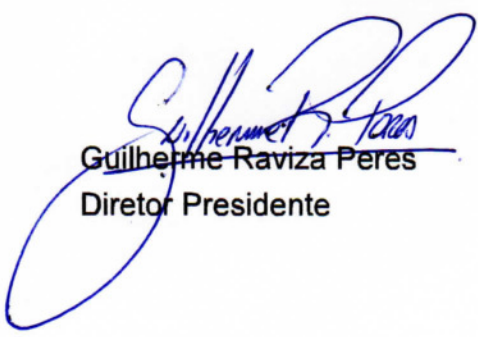
**ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO CULTURAL DE TORRES**, com sede em Torres/RS, neste ato representada por seu Diretor Presidente, tendo recebido Ofício acima mencionado, que encaminhou a **Nota Técnica nº 3986/2018/SEI-MCTIC**, e enviado os documentos solicitados sob protocolo nº **01250.022300/2018-06**, vem pelo presente, conforme requerido na resposta anterior, **COMPLEMENTAR** a documentação solicitada, anexando a **Ata de Assembleia dos Associados registrada no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas de Torres/RS em 18.05.2018**.

Sendo assim, requer a Vossa Senhoria, o prosseguimento do pedido de renovação de outorga.

Nestes Termos

Pede Deferimento.

Torres/RS, 19 de maio de 2018.



Guilherme Raviza Peres  
Diretor Presidente





COMARCA DE Torres  
Torres - CEP 95560000

Av. Benjamim Constant, 51 - Sala 04, FONE: (051) 3664-1191  
Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas  
Rene Pacheco De Rose - Registrador

## CERTIDÃO

Rene Pacheco De Rose - Registrador do  
Ofício dos Registros Públicos desta cidade  
de Torres/RS.

**CERTIFICO**, por me ser verbalmente pedido, e que revendo o Livro de Registro Civil das Pessoas Jurídicas A-4, nele às folhas 91-F, sob o número duzentos e noventa e um (291), em data de 28.04.2004, encontrei registrado o Estatuto Social da **ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO CULTURAL DE TORRES**, portador do CNPJ nº 04.649.437/0001-01, com sede na Praça Avenida do Riacho, nº 35, Sala 603, Centro, nesta cidade de Torres-RS.-. **Certifico** mais que, na data de 18 de maio de 2018 foi Averbada neste ofício a **ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO**, sob nº 09, no livro A-14, folhas 73 V. O referido é verdade e dou fé.-.

Torres, sexta-feira, 18 de maio de 2018.

Gilvana Teixeira Rodrigues - Escrevente Autorizada

Emolumentos: Total: R\$ 21,00 + R\$ 4,20 = R\$ 25,20; Certidão PJ (1 pgs): R\$ 8,40 (0675.01.1800008.00131 = R\$ 1,40); Busca: R\$ 8,00 (0675.01.1800008.00133 = R\$ 1,40); Processamento eletrônico: R\$ 4,60 (0675.01.1800008.00132 = R\$ 1,40)

REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS E ESPECIAL  
RENÊ PACHECO DE ROSE - Oficial  
RAFAEL BORBA DE ROSE - 1.º Substituto  
DANIELA LAUX MARTINS - Escrevente Autorizado  
Torres - RS



**1 - HORA, DATA E LOCAL:**

Às 10 horas do dia 29 de março de 2018, na Av. do Riacho, nº 35 em Torres/RS.

**2 – PRESENCAS:**

Estiveram presentes mais de 2/3 (dois terços) dos associados, todos em dia com suas obrigações estatutárias.

**3 - ORDEM DO DIA:**

Pelo senhor secretário foi informado aos associados presentes, devidamente convocados na forma do Estatuto, que a assembleia teve por escopo, deliberar sobre a nova redação dos Artigos 5º, 7º e 15 do Estatuto Social para o fim de atender exigência inserida na Nota Técnica nº 3986/2018/SEI-MCTIC, recebida através do Ofício nº 10359/2018 do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

**4 – MESA:**

Por unanimidade foram escolhidos os senhores Guilherme Raviza Peres, e a senhora Maria Márcia Munari Teixeira, respectivamente, para os cargos de presidente e de secretária desta assembleia.

**5 – DELIBERAÇÕES:**

**5.1.** Conforme ordem do dia, foi deliberado sobre a nova redação dos Artigos 5º, 7º e 15 do Estatuto Social para o fim de atender a Nota Técnica nº 3986/2018/SEI-MCTIC, recebida pela entidade através do Ofício nº 10359/2018 do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a qual exige alteração estatutárias que, aos olhos dos associados dessa entidade já contemplam expressamente o que o item 2 da referida Nota Técnica está exigindo. Contudo, com o intuito de não polemizar, os associados presentes aprovam por unanimidade a nova redação dos Artigos citados conforme transcrição abaixo:

***“Art. 5º – É assegurado o ingresso gratuito como Associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, sem fins lucrativos, com domicílio ou sede na área de execução do serviço de Torres/RS.***

***Art. 7º - São direitos dos Associados:***

***I - Votar e ser votado para todos os cargos que compõe os órgãos diretivos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade nas instâncias deliberativas existentes. No caso de associada pessoa jurídica, por intermédio de seus representantes legais.***

***II – Beneficiar-se, sem distinção com as atividades da Associação elencados no Art. 2º deste Estatuto.***

***III – Desligar-se do quadro de Associados, a qualquer tempo.***

***Art. 15 - A Associação terá uma diretoria composta de um Diretor Presidente, um Diretor Vice-Presidente e um Diretor Tesoureiro, os quais serão eleitos pela assembleia geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, pelo período de gestão de 04 (quatro) anos, podendo ser reconduzida, no máximo uma vez.***

***Parágrafo Único - A eleição dos diretores deve ser precedida da comprovação de que os candidatos:***

***I - residem e declarem por escrito que permanecerão residindo durante o mandato, na área de execução do serviço da estação da rádio comunitária autorizada;***



- II - são brasileiros natos ou naturalizados a mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 (dezoito) anos ou emancipados;*  
*III - que não estão no exercício de mandato eletivo que lhes assegurem imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial;*  
*IV - que não participam na condição de dirigente ou sócio de outra entidade detentora de outorga para a execução de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura.*



5.2. Também para atender análise do item 2 da Nota Técnica nº 3986/2018 que exige a apresentação da Consolidação do Estatuto Social da entidade, segue abaixo transcrito com as alterações constante no item 5.1. dessa Assembleia:

## ESTATUTO SOCIAL

### CAPÍTULO I

#### DENOMINAÇÃO, FINS, SEDE E DURAÇÃO

**Art. 1º** – Sob o nome de **Associação de Comunicação Cultural de Torres**, fica constituída uma sociedade civil, nos termos do inciso I do Artigo 16 do Código Civil Brasileiro, dos artigos 121, da Lei Federal nº 6.015/73 e Lei 9.612/98, a qual se regerá por este Estatuto Social.

**Art. 2º** – A Associação tem por finalidade a Publicação de Revista de Divulgação Literária e execução de serviço de Radiodifusão Comunitária com vistas a:

**I** – dar oportunidade à difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais sem discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias;

**II** – oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura, a informação;

**III** – prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;

**IV** – contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;

**V** – permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão com respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida da forma mais acessível possível;

**Parágrafo Único** – Os fins serão desenvolvidos sem objetivo de lucro para a Associação e para seus associados.

**Art. 3º** – A Associação tem sede na cidade de Torres, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. Do Riacho nº 35.

**Art. 4º** – A Associação durará por tempo indeterminado, iniciando suas atividades após autorização de execução do serviço de Radiodifusão Comunitária emitida pelo Ministério das Comunicações.

### CAPÍTULO II

#### ASSOCIADOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS:

**Art. 5º** - É assegurado o ingresso gratuito como Associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, sem fins lucrativos, com domicílio ou sede na área de execução do serviço de Torres/RS.

**Art. 6º** - São as seguintes as categorias dos Associados:

**I** – fundador, aquelas pessoas mencionadas no artigo anterior que ingressaram na entidade na data da constituição;

**II** – não fundadores as que ingressarem após a data da constituição.



**Art. 7º - São direitos dos Associados:**

**I -** Votar e ser votado para todos os cargos que compõe os órgãos diretivos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade nas instâncias deliberativas existentes. No caso de associada pessoa jurídica, por intermédio de seus representantes legais.

**II -** Beneficiar-se, sem distinção com as atividades da Associação elencados no Art. 2º deste Estatuto.

**III -** Desligar-se do quadro de Associados, a qualquer tempo.

**Art. 8º - São deveres dos Associados:**

**I -** cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social;

**II -** contribuir para o fortalecimento da Associação e para a consecução de seus fins;

**III -** desenvolver as tarefas que lhes foram cometidas pela assembleia geral para a consecução dos fins da Associação;

**IV -** prestar as contribuições pecuniárias que forem instituídas aos Associados por deliberação da assembleia geral.

**CAPÍTULO III  
ASSEMBLEIA GERAL**

**Art. 9º -** A assembleia geral é a reunião dos Associados e funcionará como órgão deliberativo, tendo poderes para decidir todos os assuntos relativos aos fins da Associação e tomar as resoluções que julgarem convenientes a sua defesa e fortalecimento e, especialmente, eleger e destituir os administradores e o Conselho Comunitário, demitir e excluir qualquer associado, aprovar as contas e alterar o presente estatuto social.

**Art. 10 -** A assembleia geral será convocada mediante edital a ser remetido ao endereço de cada Associado, com a antecedência mínima de 05 (cinco) dias, o qual conterá, além da hora, data, local e espécie da reunião, a ordem do dia, vedada a utilização de generalidades.

**Art. 11 -** Compete ao Diretor Presidente ou a quem o substituir a convocação da assembleia geral.

**Parágrafo Único -** A assembleia geral também poderá ser convocada por qualquer associado se a diretoria retardar por mais de 03 (três) meses à convocação da assembleia geral ordinária, e, no mínimo, por 1/5 (um quinto) dos Associados nos demais casos.

**Art. 12 -** A assembleia geral se instalará com a presença de qualquer número de Associados e suas deliberações serão tomadas pela maioria dos votos presentes, cabendo um voto a cada Associado, independentemente de sua forma de representação.

**Parágrafo Único -** Para a destituição dos membros da Diretoria e alteração do estatuto social é exigido o voto concorde de 2/3 (dois terços) dos Associados presentes à assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos Associados, ou com menos de 1/3 (um terço) nas convocações seguintes.

**Art. 13 -** Até um mês após o término do prazo de gestão, a diretoria convocará a assembleia geral ordinária para:

**I -** prestar contas de sua administração e relatar os atos administrativos por ela praticados, submetendo-os à deliberação dos presentes;

**II -** eleger os membros da diretoria para o prazo de gestão seguinte;

**III -** fixar o valor da contribuição pecuniária a ser prestada pelos Associados.

**Art. 14 -** A qualquer tempo será convocada assembleia geral extraordinária para deliberar sobre assunto que consulte os interesses da Associação.

**CAPÍTULO IV  
DIRETORIA**





**Art. 15** - A Associação terá uma diretoria composta de um Diretor Presidente, um Diretor Vice-Presidente e um Diretor Tesoureiro, os quais serão eleitos pela assembleia geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, pelo período de gestão de 03 (três) anos, podendo ser reconduzida, no máximo uma vez.

**Parágrafo Único** - A eleição dos diretores deve ser precedida da comprovação de que os candidatos:

**I** - residem e declaram por escrito que permanecerão residindo durante o mandato, na área de execução do serviço da estação da rádio comunitária autorizada;

**II** - são brasileiros natos ou naturalizados a mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 (dezoito) anos ou emancipados;

**III** - que não estão no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial;

**IV** - que não participam na condição de dirigente ou sócio de outra entidade detentora de outorga para a execução de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura.

**Art. 16** - Cabe ao Diretor Presidente, isoladamente, a administração e representação ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente da Associação.

**Art. 17** - Os membros da diretoria não respondem solidariamente pelas obrigações da Associação.

**Art. 18** - Compete ao Diretor Presidente:

**I** - presidir a entidade e laborar para a consecução de seus fins;

**II** - convocar e presidir as assembleias gerais;

**III** - promover a movimentação financeira da Associação em conjunto com o diretor tesoureiro.

**Art. 19** - Compete ao Diretor Vice-Presidente:

**I** - substituir o diretor presidente em seus afastamentos ou impedimentos temporários;

**II** - cumprir e fazer cumprir os estatutos e as deliberações sociais.

**Art. 20** - Compete ao Diretor Tesoureiro:

**I** - organizar e manter em funcionamento a secretaria e tesouraria da entidade;

**II** - registrar e controlar as finanças e promover a movimentação financeira em conjunto com Diretor Presidente;

**III** - substituir o Diretor Presidente ou o Diretor Vice-presidente em seus afastamentos ou impedimentos temporários;

**Art. 21** - Os membros da diretoria não serão remunerados.

## **CAPÍTULO V DO CONSELHO FISCAL**

**Art. 22** - O Conselho Fiscal é constituído por 3 (três) membros efetivos, associados ou não, com prazo de mandato de 3 (três) anos, eleitos em assembleia geral da associação, os quais desempenharão as suas funções e atribuições sem remuneração.

**Art. 23** - Os membros do Conselho Fiscal exercerão os seus cargos até a primeira assembleia geral que houver eleição dos membros da diretoria e poderão ser reconduzidos nos seus cargos

**Art. 24** - O Conselho Fiscal tem as atribuições e os poderes que são conferidos por lei.

## **CAPÍTULO VI DO CONSELHO COMUNITÁRIO**





**Art. 25** - O Conselho Comunitário será composto por cinco pessoas no mínimo, representantes indicados pelas entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas de moradores, etc. desde que legalmente constituídas, associada ou não da Associação.

**Parágrafo Único** - Não podem fazer parte do Conselho Comunitário os parentes dos membros da diretoria e do conselho fiscal até o 2º grau, afins e cônjuge.

**Art. 26** - Os membros do conselho comunitário exercerão seus cargos até a primeira assembleia geral que houver eleição dos membros da diretoria e poderão ser reconduzidos nos seus cargos.

**Art. 27** - O Conselho Comunitário tem as seguintes atribuições:

**I** - acompanhar a programação da emissora que a Associação explore, objetivando atender exclusivamente os interesses da comunidade, as quais deverão em sua programação dar preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;

**II** - promoção das atividades artísticas, educativas, culturais, informativas e jornalísticas na comunidade e da integração das culturas nacional e regional;

**IV** - fazer respeitar os valores éticos e sociais da pessoa e da família como: não discriminação religiosa, político-partidária e racial nas relações comunitárias, favorecendo a integração dos membros da comunidade.

**Art. 28** - O Conselho Comunitário elegerá, dentre os seus membros, um Presidente, para presidir suas reuniões ordinárias e extraordinárias.

**Art. 29** - O associado não pode exercer cumulativamente cargos na diretoria, conselho fiscal e comunitário.

## **CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 30** - O patrimônio da Associação e as fontes de recursos para a manutenção da entidade será composto:

**I** - pelas contribuições pecuniárias dos Associados;

**II** - pela aquisição de bens;

**III** - por doações recebidas;

**IV** - pelos patrocínios, sob a forma de apoios culturais, para os programas a serem transmitidos.

**Art. 31** - Os Associados não são solidariamente responsáveis pelas obrigações da Associação.

**Art. 32** - A Associação se extinguirá por deliberação da metade mais um do número de Associados.

**Art. 33** - Em caso de extinção, o patrimônio remanescente da Associação, após serem saldas as obrigações, será doado a entidade congênere.

**Art. 34** - Este Estatuto Social poderá, a qualquer tempo, ser parcial ou totalmente reformado por deliberação da assembleia geral, na forma nele contida.

- O -

## **6 - ENCERRAMENTO:**

Nada mais foi tratado. Esta ata foi lida e achada conforme, a qual é elaborada eletronicamente, impressa em folhas soltas e assinada pelo presidente pelo secretário e os demais associados presentes.

Guilherme Raviza Peres  
Presidente da Assembleia

Maria Márcia Munari Teixeira  
Secretária da Assembleia



Maria Cristina Obino Martins Rosito

Maria Lúcia Scheffer Teixeira

Marlene Terezinha Raviza Peres

Fernando Pereira Daitx

TABELIONATO EPIG

Tabelionato de Notas de Torres  
Av. Barão do Rio Branco, esquina Rua 21 de Maio, 1022, Loja 02 - Centro  
CEP: 95560-000 - Fone/Fax: (51) 3664-2500 - Torres - RS  
Tabelião JOSÉ CARLOS GUIZOLFI EPIG

Reconheço as firmas de Maria Cristina Obino Martins Rosito e Marlene Terezinha Raviza Peres, por SEMELHANÇA com as existentes no arquivo deste Tabelionato. Dou fé.

Em testemunho da verdade  
Torres, 14 de maio de 2018

Lislaine Leffa Steffen - Escrevente autorizada

Emol. R\$ 9,20 + Selo digital. R\$ 2,80 - 0681.01.1800001.22731 e 22732

LISLAINE LEFFA STEFFEN  
Escrevente Autorizada

RAMON BIASI KRÁS

CRC-RS 76768

CPF 001.945.110-57

OAG/RS 85.568

TABELIONATO EPIG

Tabelionato de Notas de Torres  
Av. Barão do Rio Branco, esquina Rua 21 de Maio, 1022, Loja 02 - Centro  
CEP: 95560-000 - Fone/Fax: (51) 3664-2500 - Torres - RS  
Tabelião JOSÉ CARLOS GUIZOLFI EPIG

Reconheço as firmas de Maria Lúcia Scheffer Teixeira e Fernando Pereira Daitx, por SEMELHANÇA com as existentes no arquivo deste Tabelionato. Dou fé.

Em testemunho da verdade  
Torres, 14 de maio de 2018

Lislaine Leffa Steffen - Escrevente autorizada

Emol. R\$ 9,20 + Selo digital. R\$ 2,80 - 0681.01.1800001.22733 e 22734

LISLAINE LEFFA STEFFEN  
Escrevente Autorizada



REGISTRO DE IMÓVEIS E ESPECIAL DE TORRES  
Av. Benjamin Constant, 51 / Sala 4 - fone: (51) 3664.1191 - CEP 95560-000 - Torres - RS  
RENE PACHECO DE ROSE - Registrador

CERTIFICO que na data de hoje foi feito a Averbação do(a) ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO, no livro A-14, fls 73 V, sob nº 9, registro origem nº 291 do livro A-4, folha 91F, em 18/05/2018. Protocolado em 15/05/2018, no livro A-8, fls 149, sob nº 19526. O referido é verdade. Dou fé.  
Torres, sexta-feira, 18 de maio de 2018.

Gilvana Teixeira Rodrigues - Escrevente Autorizada

Emolumentos: Total: R\$ 113,60 + R\$ 19,20 = R\$ 132,80  
Exame documentos: R\$ 39,00 (0675.04.1500018.01722 = R\$ 3,30)  
Averbação PJ: R\$ 58,00 (0675.04.1500018.01723 = R\$ 3,30)  
Digitalização: R\$ 12,00 (0675.01.1800008.00122 a 129 = R\$ 11,20)  
Processamento eletrônico: R\$ 4,60 (0675.01.1800008.00130 = R\$ 1,40)

		
<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>		
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>04.649.437/0001-01</b> <b>MATRIZ</b>	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	DATA DE ABERTURA <b>05/09/2001</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO DE COMUNICACAO CULTURAL DE TORRES</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE <b>DEMAIS</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - Associação Privada</b>		
LOGRADOURO <b>AV DO RIACHO</b>	NÚMERO <b>35</b>	COMPLEMENTO
CEP <b>95.560-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>TORRES</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>smfernand@terra.com.br</b>		UF <b>RS</b>
TELEFONE <b>(51) 3664-3131 / (51) 3664-4345</b>		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>05/09/2001</b>
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **18/09/2018** às **16:46:17** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





## **CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:**           **ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO CULTURAL DE TORRES**

**CNPJ:**           **04.649.437/0001-01**

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:06:51 do dia 19/09/2018 (hora e data de Brasília).

Válida até 19/10/2018.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar

IMPRIMIR

VOLTAR



## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 04649437/0001-01  
**Razão Social:** ASSOCIACAO DE COMUNICACAO CULTURAL DE TORRES  
**Endereço:** AV BARAO DO RIO BRANCO 342 / CENTRO / TORRES / RS / 95560-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 15/09/2018 a 14/10/2018

**Certificação Número:** 2018091507022641628331

Informação obtida em 18/09/2018, às 17:02:44.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: ASSOCIACAO DE COMUNICACAO CULTURAL DE TORRES (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 04.649.437/0001-01

Certidão nº: 158561000/2018

Expedição: 18/09/2018, às 17:03:46

Validade: 16/03/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO DE COMUNICACAO CULTURAL DE TORRES (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **04.649.437/0001-01**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Processo nº: 53900.050659/2016-03

Localidade: Torres / RS

Entidade: Associação de Comunicação Cultural de Torres

Documentos exigidos para a renovação:

1) Requerimento de renovação: fl. 01 (2007150)

1.1) Data de postagem / Protocolo no SEI: 04/07/2017 CADSEI

1.2) Tempestividade: (X) Sim () Não.

1.3) Novo requerimento assinado por todos os dirigentes: **solicitar**.

2) Declaração de conformidade: fl. 21 (2007150);

3) Estatuto Social: fls. 02 a 08 (Petição 2998784 – Processo 01250.029230/2018-17) – registrado.

3.1) Adequação à Portaria:

a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 2;

b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: art. 5;

c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: art. 7, I;

d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: art. 7, I;

e) Órgão administrativo e cargos: art. 15;

f) Atribuições do Órgão administrativo: art. 18 a 20;

g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: art. 15 (4 anos);

h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: art. 25 a 29.

3.2) Adequação ao Código Civil:

a) Denominação: art. 1;

b) Fins: art. 2;

c) Sede: art. 3;

d) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: art. 5; 7, III; 9;

e) Direitos dos associados: art. 7;

f) Deveres dos associados: art. 8;

g) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa: **ausente**.

h) Fontes de recursos para sua manutenção: art. 30;

i) Modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos: art. 9 a 14;

j) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: art. 32; 34;

k) Forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: art. 9;

l) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral e quórum para as deliberações relativas a esses assuntos: **ausente**.

m) Critérios de eleição dos administradores: **ausente**;

n) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: art. 11, § único;

o) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: art. 32; 33.

4) Ata de Eleição da Diretoria: fls. 13 a 15 (2007150) – registrada.

Mandato de 29/04/2016 a 29/04/2020.

Presidente: Guilherme Raviza Peres.

Vice-Presidente: Maria Márcia Munari Teixeira.

Tesoureiro(a): Fernando Pereira Daitx.

5) Comproverantes de maioria e nacionalidade: fls. 16 a 18 (2007150); Petição 2897145 – Processo 01250.022300/2018-06.

6) CNPJ: Evento 3377296 – Ativa.

7) Certidão Negativa da Anatel:

8) Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação da emissora: fls. 03 a 15 (Petição 2897145 – Processo 01250.022300/2018-06).

9) Certidão que comprove a regularidade da entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS): Certidão FGTS 3377303 – Regular.

10) Certidão expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal: Certidão RFB – **Positiva**.

11) Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho: Certidão JT 3377306 – Negativa.

12) Certidões Justiça Federal e Estadual: Após consulta ao sítio do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e da respectiva Seção/Subseção Judiciária do domicílio dos dirigentes, não foram encontradas irregularidades.

### \*\*\*PENDÊNCIAS:

**18/09/2018** – Após análise dos autos observou-se a existência de pendências, conforme comunicado à entidade por meio da Nota Técnica nº 3986/2018/SEI-MCTIC. Em resposta, a Radiodifusora protocolizou os documentos solicitados, os quais foram anexados aos autos por meio dos processos 01250.022300/2018-06 e 01250.029230/2018-17.

Assim, após análise da documentação encaminhada e tendo em vista a alteração da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, introduzida pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no Diário Oficial da União em 09/04/2018, que concede à interessada o máximo de três oportunidades para o cumprimento de exigências, conforme o disposto no art. 130, §3º e §4º, será concedida a segunda oportunidade para o cumprimento das pendências elencadas a seguir:

- Estatuto Social:** Adequação ao Código Civil – Não consta Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa; Não estão previstas as competências privativas da Assembleia Geral e quórum para as deliberações relativas a esses assuntos; Ausência dos Critérios de eleição dos administradores. Apresentar Estatuto Social consolidado, devidamente registrado no Livro A de PJ;
- Encaminhar novo Requerimento de acordo com o anexo 5 da Portaria;
- Encaminhar Certidão conjunta negativa de débitos da entidade relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal.

### \*\*\*CONCLUSÃO:

Será elaborada Nota Técnica, pela segunda vez, para solução das pendências indicadas.

### DADOS DOS DIRIGENTES:

CARGO	NOME	D. NASC.	CPF	RG	FILIAÇÃO	TÍTULO	PARTIDO	OBS
Presidente	Guilherme Raviza Peres	27/3/1991	022.114.230-43	1080169202	Nelson Saraiva Peres e Marlene Terezinha Raviza Peres	1026.7897.0493	Não	
Vice-Presidente	Maria Márcia Munari Teixeira	07/7/1964	354.584.020-49	1530407	Raulino Munari e Maria Leni Matos Munari	0473.4422.0493	Não	



Tesoureiro	Fernando Pereira Daitx	21/5/1946	089.380.830-04	8016459391	Máximo Daitx e Izabel Pereira	0187.2102.0485	Não	
------------	---------------------------	-----------	----------------	------------	----------------------------------	----------------	-----	--

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Processos de Renovação de Outorga da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

**NOTA TÉCNICA Nº 21120/2018/SEI-MCTIC**

Processo nº: **53900.050659/2016-03.**

Assunto: **CONSTATAÇÃO DE PENDÊNCIAS. EXIGÊNCIA 2 (DOIS).**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. A **ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO CULTURAL DE TORRES**, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Torres**, estado do **Rio Grande do Sul**, apresentou resposta à exigência, em atendimento à Nota Técnica nº 3986/2018/SEI-MCTIC (2679986).

**ANÁLISE**

2. Tendo em vista a alteração da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, introduzida pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no Diário Oficial da União em 09/04/2018, será concedido à interessada o máximo de três oportunidades para o cumprimento de exigências, conforme o disposto no art. 130, §3º e §4º.

3. Diante do exposto, considerando que a radiodifusora já foi notificada uma vez, será concedida a segunda oportunidade para o cumprimento das pendências dispostas a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de **indeferimento**.

	Dispositivo	Descrição	Análise
	Art. 130, § 1º, inciso I	Requerimento de renovação.	O Requerimento de renovação deve conter todas as declarações constantes do modelo (Anexo 5 da Portaria) e deve ser assinado por <b>todos</b> os dirigentes.
			O estatuto social deverá estar consolidado com todas as alterações.  <b>Observação 1:</b> o estatuto social deve estar de acordo com o que

<p>Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909, publicada no DOU de 9/4/2018.</p>	<p>Art. 130, § 1º, inciso II</p>	<p>Cópia do estatuto social.</p>	<p>dispõe o art. 40 da Portaria.</p> <p><b>Observação 2:</b> o estatuto social deverá estar registrado no <b>Livro A</b> do Cartório de Pessoas Jurídicas, onde se registram os atos constitutivos das pessoas jurídicas, conforme arts. 114 e 116 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.</p>
	<p>Art. 130, § 1º, inciso II c/c art. 40</p>	<p>Estatuto social adequado ao Código Civil.</p>	<p>Da análise do estatuto social, constatou-se a inobservância às disposições do Código Civil, a saber:</p> <p><b>Art. 57 do CC:</b> Não consta cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto.</p> <p><b>Art. 59 do CC:</b> Não estão previstas as competências privativas da Assembleia Geral, a saber, destituição dos administradores e alteração do estatuto; o quórum para as deliberações relativas a esses assuntos; e os critérios de eleição dos administradores.</p> <p>Assim, para prosseguimento, a Associação deve regularizar o estatuto social de forma a adequá-lo às disposições do Código Civil.</p> <p><b>Observação:</b> O estatuto deve ser encaminhado consolidado com todas as alterações e registrado no <b>Livro A</b> do Cartório de Pessoas Jurídicas.</p>
	<p>Art. 130, § 6º, inciso VI</p>	<p>Certidão conjunta negativa de débitos da entidade relativa aos tributos federais e à dívida ativa da</p>	<p>Após consulta ao endereço eletrônico da Receita Federal, verificou-se a impossibilidade de emissão da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União. Por essa razão, solicita-se que a Radiodifusora regularize a</p>



		União, expedida pela Receita Federal.	situação e encaminhe a certidão negativa dos débitos.
--	--	---------------------------------------------	----------------------------------------------------------

4. Importante ressaltar que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).

## CONCLUSÃO

5. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

6. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. **Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.**

7. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: [duvidasradcom@mctic.gov.br](mailto:duvidasradcom@mctic.gov.br).

8. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Pimentel Chaves, Analista**, em 19/09/2018, às 10:08, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 03/10/2018, às 15:01, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3377539** e o código CRC **3EE255F4**.

## Minutas e Anexos

Anexo 3377544.

---

---

**Referência:** Processo nº 53900.050659/2016-03

SEI nº 3377539

**ANEXO 5**  
**MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RÁDIO DIFUSÃO**  
**COMUNITÁRIA**

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:					
Nome Fantasia:				CNPJ:	
Endereço de Sede:					
Município:				UF:	CEP:
Nome do representante legal:					
Endereço eletrônico ( <i>e-mail</i> ):					

Endereço de Correspondência:					
Município:				UF:	CEP:

LOCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:					
Município:				UF:	CEP:
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):		Latitude:	º (N/S)	'	"
		Longitude:	º W	'	"

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município e UF descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.
- VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;



VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;

X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, , por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Cientes de que a **falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis**, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:				UF:	CEP:
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:				UF:	CEP:
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:				UF:	CEP:
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão		CPF:	

		Emissor:			
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

**ATENÇÃO:**

- Os documentos necessários para renovação são aqueles previstos no art. 130 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação do prazo para apresentação do requerimento de renovação.





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar  
CEP: 70044-900 / Brasília-DF  
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 37121/2018/SEI-MCTIC

Ao Senhor  
GUILHERME RAVIZA PERES  
Representante Legal da ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO CULTURAL DE TORRES  
(CNPJ nº 04.649.437/0001-01)  
Avenida do Riacho, nº 35 - Bairro Centro  
95.560-000 / Torres - RS

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.050659/2016-03.**

Senhor Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 21120/2018/SEI-MCTIC**, que trata da análise do processo em referência.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de **30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento deste Ofício, para que essa Entidade se manifeste sobre o assunto e/ou apresente a documentação pendente, sob pena de **indeferimento da renovação da outorga**, nos termos do art. 132 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018.
3. Ressalto que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de **caso fortuito ou força maior devidamente comprovados** e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).
4. Além disso, na resposta a esta notificação, solicito que sejam **indicados o número do processo em referência e o deste Ofício**, a fim de viabilizar o trâmite neste Órgão.
5. Informo, ainda, que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita



encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: [http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/processo\\_eletronico.html](http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/processo_eletronico.html).

6. Por fim, esclareço que a Entidade deve manter o endereço de correspondência sempre atualizado e que qualquer dúvida sobre este Processo ou demais assuntos poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para [duvidasradcom@mctic.gov.br](mailto:duvidasradcom@mctic.gov.br).

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 03/10/2018, às 15:01, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3377546** e o código CRC **9EB84E7A**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 37121/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.050659/2016-03 - Nº SEI: 3377546

**Data de Envio:**

09/10/2018 15:49:06

**De:**

MCTIC/SEARC RENOV (SEI-MC) <searc.sei@mctic.gov.br>

**Para:**

smfernand@terra.com.br  
gui.raviza@gmail.com  
jonil7@yahoo.com.br  
juridicoseils@lorini.adv.br  
tecnicoseile@lorini.eng.br

**Assunto:**

Correspondência Oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

**Mensagem:**

Prezado(a),

Ref: 53900.050659/2016-03

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Radiodifusão  
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.  
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.  
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

**Anexos:**

Oficio\_3377546.html  
Anexo\_3377544\_Anexo\_5\_NOVO.pdf  
Nota\_Tecnica\_3377539.html  
Nota\_Tecnica\_2679986.html

Ilma. Sra.

Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Secretaria de Radiodifusão

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Brasília/DF

Resposta ao Ofício nº 37121/2018/SEI-MCTIC

Processo nº 53900.050659/2016-03

**ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO CULTURAL DE TORRES**, com sede em Torres/RS, neste ato representada por seu Diretor Presidente, tendo recebido Ofício acima mencionado, que encaminhou a **Nota Técnica nº 21120/2018/SEI-MCTIC**, vem a presença de Vossa Senhoria, esclarecer e requerer o que segue.

A Nota Técnica supracitada tem como "Assunto: **CONSTATAÇÃO DE PENDÊNCIAS. EXIGÊNCIA 2 (DOIS)**", sendo que nos itens 1 e 2 menciona que a requerente apresentou tempestivamente resposta a exigência anterior vinda através da N. Técnica nº 3986/2018 e que por força de Norma posterior a essa exigência (Portaria nº 1909/2018 que alterou a Portaria nº 4334/2015) estaria concedendo 3 (três) oportunidades para o cumprimento de exigências.

No item 3, diz que como a nossa entidade já teria sido notificada 1 (uma), essa seria a segunda para o cumprimento das pendências.

Ocorre que as exigências apontadas nessa Nota Técnica nº 21120 não são as mesmas solicitadas na Nota Técnica 3986, ou seja, tanto aquelas exigências quanto essas são inéditas para a requerente.

É evidente que o legislador que antes apontava para 1 oportunidade e agora ao oportunizar 3 (três) vezes o cumprimento de exigências, quis se referir as mesmas exigências e não as exigências diversas, não é mesmo?

Aliás, ambas Notas Técnicas exigiram Alterações Estatutárias distintas, fato que poderia ter sido observado em única análise, o que não

correu, obrigando a entidade a dispender recursos com taxas cartoriais em duas oportunidades, recursos esses que não dispõe.

Em relação as supostas omissões no Estatuto Social da entidade em relação ao que dispõe os Artigos 57 e 59 do Código Civil Brasileiro, respeitosamente divergimos do entendimento equivocada da analista que exige contar expressamente dispositivo *"prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto"*.

Ora, os citados artigos do Código não dizem que o Estatuto das entidades deva, expressamente, constar o que neles estão descritos. Como qualquer outro comando de lei deve ser respeitado e todos submeter-se a ela, não significando que tudo deva ser transcrito nos Estatutos, Contratos e outros instrumentos legais.

O que os analistas do poder público como os particulares devem se ater é se os instrumentos não contrariam as leis ou se falta algum dispositivo que a lei exige constar, basicamente o Princípio constitucional da Legalidade deve preponderar.

De qualquer forma, a requerente promoveu a alteração estatutária em atenção a exigência, registrou no Livro A do Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Torres para a produção dos efeitos legais, conforme cópia anexa (Doc. 1).

No que se refere a Certidão Negativa de Débitos de Tributos Federais, segue a mesma em anexo (Doc. 2).


Sendo assim, requer:

- a) o recebimento tempestivo da resposta;
- b) a consideração de que a presente resposta é o 1º cumprimento das exigências inéditas e não a 2º como constou na Nota Técnica.

Nestes Termos

Pede Deferimento.

Torres/RS, 06 de novembro de 2018.

  
Guilherme Raviza Peres  
Diretor Presidente



**ANEXO 5**  
**MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO**  
**COMUNITÁRIA**

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE							
Razão Social:	Associação de Comunicação Cultural de Torres						
Nome Fantasia:	Rádio Cultura FM			CNPJ:	04.649.437/0001-01		
Endereço de Sede:	Av. do Riacho, nº. 35 – Bairro Centro						
Município:	Torres			UF:	RS	CEP:	95560-000
Nome do representante legal:	Guilherme Raviza Peres						
Endereço eletrônico (e-mail):	<a href="mailto:culturafm@culturafm.com.br">culturafm@culturafm.com.br</a>						

Endereço de Correspondência:	Av. do Riacho, nº. 35 – Bairro Centro				
Município:	Torres	UF:	RS	CEP:	95560-000

LOCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:	Av. do Riacho, nº. 35 – Bairro Centro				
Município:	Torres	UF:	RS	CEP:	95560-000
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude:	29º (N/S) 20' 31,70"			
	Longitude:	49 º W 44 ' 03,10"			

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

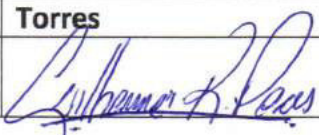
A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município e UF descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**.

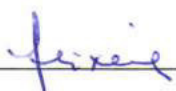
Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:


- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.
- VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;
- IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;
- X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

Nome do dirigente:	<b>Guilherme Raviza Peres</b>				
Cargo:	Diretor Presidente		Tit. Eleitor:	<b>102678970493</b>	
RG:	<b>1080169202</b>	Órgão Emissor:	<b>SSP/RS</b>	CPF:	<b>022.114.230-43</b>
Endereço:	<b>Av. do Riacho, nº 35</b>				
Município:	<b>Torres</b>	UF:	<b>RS</b>	CEP:	<b>95560-000</b>
Assinatura:					

Nome do dirigente:	<b>Maria Márcia Munari Teixeira</b>				
Cargo:	Vice-Presidente		Tit. Eleitor:	<b>047344220493</b>	
RG:	<b>15/R1.530.407</b>	Órgão Emissor:	<b>SSP/SC</b>	CPF:	<b>354.584.020-49</b>
Endereço:	<b>Rua Desembargador Vieira Pires nº 314, apto.703</b>				
Município:	<b>Torres</b>	UF:	<b>RS</b>	CEP:	<b>95560-000</b>
Assinatura:					

Nome do dirigente:	<b>Fernando Pereira Daitx</b>				
Cargo:	Diretor Tesoureiro		Tit. Eleitor:	<b>018721020485</b>	
RG:	<b>8016459391</b>	Órgão Emissor:	<b>SSP/RS</b>	CPF:	<b>089.380.830-04</b>
Endereço:	<b>Rua Pedro Cincinato Borges nº 180, apto. 301</b>				
Município:	<b>Torres</b>	UF:	<b>RS</b>	CEP:	<b>95560-000</b>
Assinatura:					

**ATENÇÃO:**

- Os documentos necessários para renovação são aqueles previstos no art. 130 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação do prazo para apresentação do requerimento de renovação.



# ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO CULTURAL DE TORRES



## ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DOS ASSOCIADOS

### 1 - HORA, DATA E LOCAL:

Às 10 horas do dia 19 de outubro de 2018, na Av. Do Riacho, 35 em Torres/RS.

### 2 – PRESENCAS:

Estiveram presentes mais de 2/3 (dois terços) dos associados, todos em dia com suas obrigações estatutárias.

### 3 - ORDEM DO DIA:

Pelo senhor secretário foi informado aos associados presentes, devidamente convocados na forma do Estatuto, que a assembleia teve por escopo, deliberar sobre a nova redação do Artigo 12 do Estatuto Social para o fim de atender exigência inserida na Nota Técnica nº 21120/2018/SEI-MCTIC, recebida através do Ofício nº 37121/2018 do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

### 4 – MESA:

Por unanimidade foram escolhidos os senhores Guilherme Raviza Peres, e a senhora Maria Márcia Munari Teixeira, respectivamente, para os cargos de presidente e de secretária desta assembleia.

### 5 – DELIBERAÇÕES:

5.1. Conforme ordem do dia, os associados presentes inconformados com a análise realizada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações que, pela segunda vez nesse ano, apontou omissões que julgamos inexistentes no Estatuto Social, pois nada contraria o Código Civil em vigor. Considerando a hipossuficiência e distância de Brasília e a falta de outro meio de comunicação com os analistas do MCTIC para tentar demover das novas exigências, foi deliberado atender na forma que os associados entenderam a suposta inobservância dos Artigos 57 e 69 do CCB, dando nova redação Artigo 12 do Estatuto Social, aprovam por unanimidade conforme redação abaixo:

**“Art. 12 – A assembleia geral se instalará com a presença de qualquer número de Associados e suas deliberações serão tomadas pela maioria dos votos presentes, cabendo um voto a cada Associado, independentemente de sua forma de representação.**

**Parágrafo Primeiro – A exclusão de associado somente poderá ocorrer por justa causa, assim reconhecida pela maioria dos presentes na assembleia geral especialmente convocada para esse fim, oportunizando direito de defesa e recurso a ser apreciado e decidido também pela maioria de votos presentes, em assembleia geral seguinte marcada para esse fim num prazo máximo de 30 (trinta) dias.**

**Parágrafo Segundo – Para a eleição e destituição dos membros da Diretoria e alteração do estatuto social é exigido o voto concorde de 2/3 (dois terços) dos Associados presentes à assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos Associados, ou com menos de 1/3 (um terço) nas convocações seguintes.”**

5.2. Também para atender análise do item 3 da Nota Técnica nº 21120/2018/SEI-MCTIC, que solicita a apresentação da Consolidação do Estatuto Social da entidade, segue a seguir transcrito com as alterações constante no item 5.1. dessa assembleia:

Página 1 de 6





# ESTATUTO SOCIAL

## CAPÍTULO I

### DENOMINAÇÃO, FINS, SEDE E DURAÇÃO

**Art. 1º** – Sob o nome de **Associação de Comunicação Cultural de Torres**, fica constituída uma sociedade civil, nos termos do inciso I do Artigo 16 do Código Civil Brasileiro, dos artigos 121, da Lei Federal nº 6.015/73 e Lei 9.612/98, a qual se regerá por este Estatuto Social.

**Art. 2º** – A Associação tem por finalidade a Publicação de Revista de Divulgação Literária e execução de serviço de Radiodifusão Comunitária com vistas a:

**I** – dar oportunidade à difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais sem discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias;

**II** – oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura, a informação;

**III** – prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;

**IV** – contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;

**V** – permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão com respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida da forma mais acessível possível;

**Parágrafo Único** – Os fins serão desenvolvidos sem objetivo de lucro para a Associação e para seus associados.

**Art. 3º** – A Associação tem sede na cidade de Torres, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. Barão do Rio Branco nº 342.

**Art. 4º** – A Associação durará por tempo indeterminado, iniciando suas atividades após autorização de execução do serviço de Radiodifusão Comunitária emitida pelo Ministério das Comunicações.

## CAPÍTULO II

### ASSOCIADOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS:

**Art. 5º** - É assegurado o ingresso gratuito como Associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, sem fins lucrativos, com domicílio ou sede na área de execução do serviço de Torres/RS.

**Art. 6º** - São as seguintes as categorias dos Associados:

**I** – fundador, aquelas pessoas mencionadas no artigo anterior que ingressaram na entidade na data da constituição;

**II** – não fundadores as que ingressarem após a data da constituição.

**Art. 7º** - São direitos dos Associados:

**I** - Votar e ser votado para todos os cargos que compõe os órgãos diretivos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade nas instâncias deliberativas existentes. No caso de associada pessoa jurídica, por intermédio de seus representantes legais.

**II** – Beneficiar-se, sem distinção com as atividades da Associação elencados no Art. 2º deste Estatuto.

**III** – Desligar-se do quadro de Associados, a qualquer tempo.

**Art. 8º** - São deveres dos Associados:

**I** - cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social;

**II** - contribuir para o fortalecimento da Associação e para a consecução de seus fins;



**III** – desenvolver as tarefas que lhes foram cometidas pela assembleia geral para a consecução dos fins da Associação;

**IV** – prestar as contribuições pecuniárias que forem instituídas aos Associados por deliberação da assembleia geral.

### **CAPÍTULO III**

#### **ASSEMBLEIA GERAL**

**Art. 9º** – A assembleia geral é a reunião dos Associados e funcionará como órgão deliberativo, tendo poderes para decidir todos os assuntos relativos aos fins da Associação e tomar as resoluções que julgarem convenientes a sua defesa e fortalecimento e, especialmente, eleger e destituir os administradores e o Conselho Comunitário, demitir e excluir qualquer associado, aprovar as contas e alterar o presente estatuto social.

**Art. 10** – A assembleia geral será convocada mediante edital a ser remetido ao endereço de cada Associado, com a antecedência mínima de 05 (cinco) dias, o qual conterá, além da hora, data, local e espécie da reunião, a ordem do dia, vedada a utilização de generalidades.

**Art. 11** – Compete ao Diretor Presidente ou a quem o substituir a convocação da assembleia geral.

**Parágrafo Único** – A assembleia geral também poderá ser convocada por qualquer associado se a diretoria retardar por mais de 03 (três) meses a convocação da assembleia geral ordinária, e, no mínimo, por 1/5 (um quinto) dos Associados nos demais casos.

**Art. 12** – A assembleia geral se instalará com a presença de qualquer número de Associados e suas deliberações serão tomadas pela maioria dos votos presentes, cabendo um voto a cada Associado, independentemente de sua forma de representação.

**Parágrafo Primeiro** – A exclusão de associado somente poderá ocorrer por justa causa, assim reconhecida pela maioria dos presentes na assembleia geral especialmente convocada para esse fim, oportunizando direito de defesa e recurso a ser apreciado e decidido também pela maioria de votos presentes, em assembleia geral seguinte marcada para esse fim num prazo máximo de 30 (trinta) dias.

**Parágrafo Segundo** – Para a eleição e destituição dos membros da Diretoria e alteração do estatuto social é exigido o voto concorde de 2/3 (dois terços) dos Associados presentes à assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos Associados, ou com menos de 1/3 (um terço) nas convocações seguintes.

**Art. 13** – Até um mês após o término do prazo de gestão, a diretoria convocará a assembleia geral ordinária para:

**I** – prestar contas de sua administração e relatar os atos administrativos por ela praticados, submetendo-os à deliberação dos presentes;

**II** – eleger os membros da diretoria para o prazo de gestão seguinte;

**III** – fixar o valor da contribuição pecuniária a ser prestada pelos Associados.

**Art. 14** – A qualquer tempo será convocada assembleia geral extraordinária para deliberar sobre assunto que consulte os interesses da Associação.

### **CAPÍTULO IV**

#### **DIRETORIA**

**Art. 15** - A Associação terá uma diretoria composta de um Diretor Presidente, um Diretor Vice-Presidente e um Diretor Tesoureiro, os quais serão eleitos pela assembleia geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, pelo período de gestão de 04 (quatro) anos, podendo ser reconduzida, no máximo uma vez.

**Parágrafo Único** - A eleição dos diretores deve ser precedida da comprovação de que os candidatos:





**I** - residem e declaram por escrito que permanecerão residindo durante o mandato, na área de execução do serviço da estação da rádio comunitária autorizada;

**II** - são brasileiros natos ou naturalizados a mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 (dezoito) anos ou emancipados;

**III** - que não estão no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial;

**IV** - que não participam na condição de dirigente ou sócio de outra entidade detentora de outorga para a execução de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura.

**Art. 16** – Cabe ao Diretor Presidente, isoladamente, a administração e representação ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente da Associação.

**Art. 17** - Os membros da diretoria não respondem solidariamente pelas obrigações da Associação.

**Art. 18** - Compete ao Diretor Presidente:

**I** – presidir a entidade e laborar para a consecução de seus fins;

**II** – convocar e presidir as assembleias gerais;

**III** - promover a movimentação financeira da Associação em conjunto com o diretor tesoureiro.

**Art. 19** – Compete ao Diretor Vice-Presidente:

**I** – substituir o diretor presidente em seus afastamentos ou impedimentos temporários;

**II** – cumprir e fazer cumprir os estatutos e as deliberações sociais.

**Art. 20** - Compete ao Diretor Tesoureiro:

**I** - organizar e manter em funcionamento a secretaria e tesouraria da entidade;

**II** - registrar e controlar as finanças e promover a movimentação financeira em conjunto com Diretor Presidente;

**III** - substituir o Diretor Presidente ou o Diretor Vice-presidente em seus afastamentos ou impedimentos temporários;

**Art. 21** – Os membros da diretoria não serão remunerados.

## **CAPÍTULO V DO CONSELHO FISCAL**

**Art. 22** - O Conselho Fiscal é constituído por 3 (três) membros efetivos, associados ou não, com prazo de mandato de 3 (três) anos, eleitos em assembleia geral da associação, os quais desempenharão as suas funções e atribuições sem remuneração.

**Art. 23** - Os membros do Conselho Fiscal exercerão os seus cargos até a primeira assembleia geral que houver eleição dos membros da diretoria e poderão ser reconduzidos nos seus cargos

**Art. 24** – O Conselho Fiscal tem as atribuições e os poderes que são conferidos por lei.

## **CAPÍTULO VI DO CONSELHO COMUNITÁRIO**

**Art. 25** - O Conselho Comunitário será composto por cinco pessoas no mínimo, representantes indicados pelas entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas de moradores, etc. desde que legalmente instituídas, associada ou não da Associação.

**Parágrafo Único** - Não podem fazer parte do Conselho Comunitário os parentes dos membros da diretoria e do conselho fiscal até o 2º grau, afins e cônjuge.



**Art. 26** - Os membros do conselho comunitário exercerão seus cargos até a primeira assembleia geral que houver eleição dos membros da diretoria e poderão ser reconduzidos nos seus cargos.

**Art. 27** - O Conselho Comunitário tem as seguintes atribuições:

**I** - acompanhar a programação da emissora que a Associação explore, objetivando atender exclusivamente os interesses da comunidade, as quais deverão em sua programação dar preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;

**II** - promoção das atividades artísticas, educativas, culturais, informativas e jornalísticas na comunidade e da integração das culturas nacional e regional;

**IV** - fazer respeitar os valores éticos e sociais da pessoa e da família como: não discriminação religiosa, político-partidária e racial nas relações comunitárias, favorecendo a integração dos membros da comunidade.

**Art. 28** - O Conselho Comunitário elegerá, dentre os seus membros, um Presidente, para presidir suas reuniões ordinárias e extraordinárias.

**Art. 29** - O associado não pode exercer cumulativamente cargos na diretoria, conselho fiscal e comunitário.

## **CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 30** - O patrimônio da Associação e as fontes de recursos para a manutenção da entidade será composto:

**I** - pelas contribuições pecuniárias dos Associados;

**II** - pela aquisição de bens;

**III** - por doações recebidas;

**IV** - pelos patrocínios, sob a forma de apoios culturais, para os programas a serem transmitidos.

**Art. 31** - Os Associados não são solidariamente responsáveis pelas obrigações da Associação.

**Art. 32** - A Associação se extinguirá por deliberação da metade mais um do número de Associados.

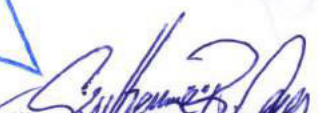
**Art. 33** - Em caso de extinção, o patrimônio remanescente da Associação, após serem saldadas as obrigações, será doado a entidade congênere.

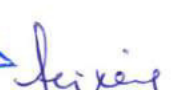
**Art. 34** - Este Estatuto Social poderá, a qualquer tempo, ser parcial ou totalmente reformado por deliberação da assembleia geral, na forma nele contida.

- O -

### **6 - ENCERRAMENTO:**

Nada mais foi tratado. Esta ata foi lida e achada conforme, a qual é elaborada eletronicamente, impressa em folhas soltas e assinada pelo presidente pelo secretário e os demais associados presentes.

  
Guilherme Raviza Peres  
Presidente da Assembleia

  
Maria Márcia Munari Teixeira  
Secretária da Assembleia

  
Maria Cristina Obino Martins Rosito

  
Maria Lúcia Scheffer Teixeira



*Marlene Terezinha Raviza Peres*

Marlene Terezinha Raviza Peres

TABELIONATO  
TORRES-RS

*Fernando Pereira Daitx*  
Fernando Pereira Daitx



TABELIONATO  
TORRES-RS

*DAB/RS 104.559*  
*Luís Henrique Valim Correa*  
*017.744.090-58*

TABELIONATO ESPIG  
A responsabilidade pelo exame  
da documentação do origem é  
das partes constantes.

TABELIONATO ESPIG

Tabelionato de Notas de Torres  
Av. Barão do Rio Branco, esquina Rua 21 de Maio, 1022, Loja 02 - Centro  
CEP: 95560-000 - Fone/Fax: (51) 3664-2500 - Torres - RS  
Tabelião JOSÉ CARLOS GUIZOLFI ESPIG

Reconheço as firmas de **Marlene Terezinha Raviza Peres**, **Fernando Pereira Daitx** e **Luís Henrique Valim Corrêa**, por **SEMELHANÇA** com as existentes no arquivo deste Tabelionato. Dou fé.

Em testemunho da verdade  
Torres, 23 de outubro de 2018

Caroline Godoy Alexandre - Escrevente Autorizada

Emol: R\$ 20,40 + Selo digital: R\$ 4,20 - 0681 01 1800005 20041 e 20043

CAROLINA GODOY ALEXANDRE  
Escrevente Autorizada



REGISTRO DE IMÓVEIS E ESPECIAL DE TORRES  
Av. Benjamin Constant, 51 / Sala 4 - fone: (51) 3664.1191 - CEP 95560-000 - Torres - RS  
RENE PACHECO DE ROSE - Registrador



CERTIFICO que na data de hoje foi feito a Averbação da ATA DE ASSEMBLEIA GERAL, no livro A-15, fls 21 F, sob nº 10, registro origem nº 291 do livro A-4, folha 91F, em 01/11/2018. Protocolado em 23/10/2018, no livro A-8, fls 178, sob nº 19967. O referido é verdade Dou fé. Torres, quinta-feira, 1 de novembro de 2018.

Rafael Borba De Rose - 1º Oficial Substituto

Emolumentos: Total: R\$ 119,70 + R\$ 12,10 = R\$ 131,80  
Exame documentos: R\$ 39,00 (0675.04.1500018.02212 = R\$ 3,30)  
Averbação PJ: R\$ 58,00 (0675.04.1500018.02213 = R\$ 3,30)  
Digitalização: R\$ 13,50 (0675.03.1500018.01110 = R\$ 2,70)  
Processamento eletrônico: R\$ 9,20 (0675.01.1800008.01593, 1596 = R\$ 2,80)

Folha: 06 de 06  
Firma(s) reconhecida(s) na(s) fl(s): 06

**TABELIONATO ESPIG**

Tabelionato de Notas de Torres  
Av. Barão do Rio Branco, esquina Rua 21 de Maio, 1022, Loja 02 - Centro  
CEP: 95560-000 - Fone/Fax: (51) 3664-2590 - Torres - RS  
Tabelião JOSÉ CARLOS GUIZOLFI ESPIG

Reconheço as firmas de **Guilherme Raviza Peres e Maria Marcia Munari Teixeira**, por **SEMELHANÇA** com as existentes no arquivo deste Tabelionato. Dou fé.

Em testemunho da verdade  
Torres, 23 de outubro de 2018

Carolina Godoy Alexandre - Escrevente Autorizada

Emol: R\$ 13,60 + Selo digital: R\$ 2,80 - 0681 01 1800005 20030 a 20033

**CAROLINA GODOY ALEXANDRE**

Escrevente Autorizada

**TABELIONATO ESPIG**

Tabelionato de Notas de Torres  
Av. Barão do Rio Branco, esquina Rua 21 de Maio, 1022, Loja 02 - Centro  
CEP: 95560-000 - Fone/Fax: (51) 3664-2590 - Torres - RS  
Tabelião JOSÉ CARLOS GUIZOLFI ESPIG

Reconheço as firmas de **Maria Cristina Obino Martins Rosito e Maria Lucia Scheffer Teixeira**, por **SEMELHANÇA** com as existentes no arquivo deste Tabelionato. Dou fé.

Em testemunho da verdade  
Torres, 23 de outubro de 2018

Carolina Godoy Alexandre - Escrevente Autorizada

Emol: R\$ 13,60 + Selo digital: R\$ 2,80 - 0681 01 1800005 20032 a 20033

**CAROLINA GODOY ALEXANDRE**

Escrevente Autorizada

**TABELIONATO ESPIG**

Tabelionato de Notas de Torres  
Av. Barão do Rio Branco, esquina Rua 21 de Maio, 1022, Loja 02 - Centro  
CEP: 95560-000 - Fone/Fax: (51) 3664-2590 - Torres - RS  
Tabelião JOSÉ CARLOS GUIZOLFI ESPIG

Reconheço as firmas de **Guilherme Raviza Peres e Maria Marcia Munari Teixeira**, por **SEMELHANÇA** com as existentes no arquivo deste Tabelionato. Dou fé.

Em testemunho da verdade  
Torres, 23 de outubro de 2018

Carolina Godoy Alexandre - Escrevente Autorizada

Emol: R\$ 13,60 + Selo digital: R\$ 2,80 - 0681.01.1800005 20030 e 20031

**CAROLINA GODOY ALEXANDRE**

Escrevente Autorizada

**TABELIONATO ESPIG**

Tabelionato de Notas de Torres  
Av. Barão do Rio Branco, esquina Rua 21 de Maio, 1022, Loja 02 - Centro  
CEP: 95560-000 - Fone/Fax: (51) 3664-2590 - Torres - RS  
Tabelião JOSÉ CARLOS GUIZOLFI ESPIG

Reconheço as firmas de **Maria Cristina Obino Martins Rosito e Maria Lucia Scheffer Teixeira**, por **SEMELHANÇA** com as existentes no arquivo deste Tabelionato. Dou fé.

Em testemunho da verdade  
Torres, 23 de outubro de 2018

Carolina Godoy Alexandre - Escrevente Autorizada

Emol: R\$ 13,60 + Selo digital: R\$ 2,80 - 0681.01.1800005 20032 e 20033

**CAROLINA GODOY ALEXANDRE**

Escrevente Autorizada





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

1 de 1

COMARCA DE Torres  
Torres - CEP 95560000

Av. Benjamim Constant, 51 - Sala 04, FONE: (051) 3664-1191  
Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas  
Rene Pacheco De Rose - Registrador

## CERTIDÃO

Rene Pacheco De Rose - Registrador do  
Ofício dos Registros Públicos desta cidade  
de Torres/RS.

**CERTIFICO**, por me ser verbalmente pedido, e que revendo o Livro de Registro Civil das Pessoas Jurídicas A-4, nele às folhas 91 F, sob o número duzentos e noventa e um (291), em data de 28.04.2004, encontrei registrado o Estatuto Social da **ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO CULTURAL DE TORRES**, portador(a) do CNPJ nº 04.649.437/0001-01, com sede na Barão do Rio Branco, nº 342, Centro, nesta cidade de Torres-RS.-. **Certifico** mais que, na data de 01 novembro de 2018 foi Averbada neste ofício a ATA DE ASSEMBLEIA GERAL, sob nº 10, no livro A-15, folhas 021 F. O referido é verdade e dou fé.-.

Torres, quinta-feira, 1 de novembro de 2018.

  
\_\_\_\_\_  
Rafael Borba De Rose - 1º Oficial Substituto

Emolumentos: Total: R\$ 25,60 + R\$ 5,60 = R\$ 31,20; Certidão PJ (1 pgs): R\$ 8,40 (0675.01.1800008.01594 = R\$ 1,40); Busca: R\$ 8,00 (0675.01.1800008.01595 = R\$ 1,40); Processamento eletrônico: R\$ 9,20 (0675.01.1800008.01593, 1596 = R\$ 2,80)

REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS E ESPECIAL  
RENÉ PACHECO DE ROSE - Oficial  
RAFAEL BORBA DE ROSE - 1.º Substituto  
DANIELA LAUX MARTINS - Escrevente Autorizado  
Torres - RS



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ASSOCIACAO DE COMUNICACAO CULTURAL DE TORRES**  
**CNPJ: 04.649.437/0001-01**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 15:45:51 do dia 18/10/2018 <hora e data de Brasília>.

Válida até 16/04/2019.

Código de controle da certidão: **690E.6F05.1C9C.498A**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

1080169202

01/12/2014

DATA DE EXPEDIÇÃO

**GUILHERME RAVIZA PERES**

NOME

NELSON SARATVA PERES

FILIAÇÃO

MARLENE TEREZINHA RAVIZA PERES

NATURALIDADE

PORTO ALEGRE RS

DATA DE NASCIMENTO

27/03/1991

RG

022.114.230-43

CPF

C/MASC 131902 PORTO ALEGRE RS

4ª ZONA LV A330 FL 179V

ASSINATURA DO TITULAR

152582 / 152582

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

ASSINATURA DO DIRETOR

PORTO ALEGRE, RS

2 VIA

PROIBIDO PLASTIFICAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

**RIO GRANDE DO SUL**

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO-GERAL DE PERÍCIAS

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

**Polegar Direito**

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 15/R.1.530.407 DATA DE EXPEDIÇÃO 26.07.1.988

NOME MARIA MARCIA MUNARI TEIXEIRA

FILIAÇÃO RAULINO MUNARI  
MARIA LENI NATOS MUNARI

NATURALIDADE TORRES-RS. DATA DE NASCIMENTO 07.07.1.964

DOC-ORIGEM Cert.Cas.Nº1.093.L.B-03.Fs.160eV

Cart.Ruy L.F. Filho TORRES-RS.

CPF 354.584.020-49

ASSINATURA DO TITULAR *Dr. José Carlos Antunes*  
Delegado de Polícia

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

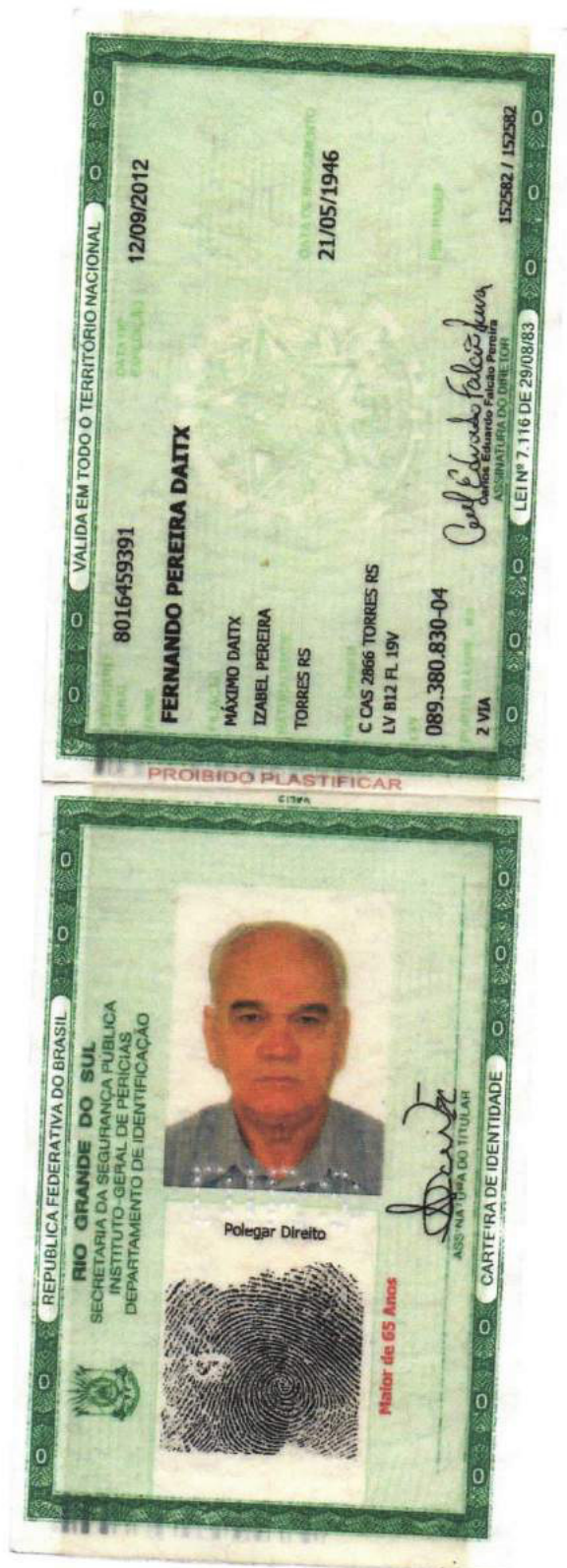
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
DIRETORIA DE POLÍCIA TÉCNICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

*Teixeira*  
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE





## **CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO CULTURAL DE TORRES

**CNPJ:** 04.649.437/0001-01

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 16:32:58 do dia 08/03/2019 (hora e data de Brasília).

Válida até 07/04/2019.

Certidão expedida gratuitamente.



Imprimir

Voltar

IMPRIMIR

VOLTAR



## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 04649437/0001-01  
**Razão Social:** ASSOCIACAO DE COMUNICACAO CULTURAL DE TORRES  
**Endereço:** AV BARAO DO RIO BRANCO 342 / CENTRO / TORRES / RS / 95560-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 20/02/2019 a 21/03/2019

**Certificação Número:** 2019022003182842506583

Informação obtida em 08/03/2019, às 16:34:18.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**


[Menu Principal](#)

BOA TARDE  
**LUIS FELIPE SOUZA DA SILVA**  
 Sistemas Interativos

SRD » » RADCOM » » Consultas » » **Geral** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

## Consulta Geral - RADCOM

### Identificação do Pedido RADCOM

**UF:** RS  
**Município:** Torres  
**Canal:** 198  
**Fase:** 3

**Distrito:**  
**Sub Distrito:**  
**Local Especifico:**

### Dados da Entidade

**Entidade:** ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO CULTURAL DE TORRES  
**Nome Fantasia:** RÁDIO CULTURAL FM  
**Logradouro:** AVENIDA DO RIACHO  
**Telefone:** (61) 0000000000  
**Situação:** Atenção: Entidade devedora (Não bloqueada)

**CNPJ:** 04.649.437/0001-01  
**Bairro:** CENTRO  
**Número:** 35  
**Fax:** Não Informado

### ☐ Dados da Outorga

#### Dados da Entidade

**CNPJ:** 04649437000101

Pesquisar

**Razão Social:** ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO CULTURAL DE TORRES  
**Tipo de Usuário:** Integral

#### Endereço Sede

**País:** Brasil  
**Número do CEP:** 95560000  
**Número:** 35  
**Município:** Torres  
**Telefone:** 61 0000000000

**Logradouro:** AVENIDA DO RIACHO  
**Complemento:**  
**Distrito:**  
**Bairro:** CENTRO  
**SubDistrito:**

**Estado:** RS  
**Fax:**

#### Endereço de Correspondência

**País:** Brasil  
**Número do CEP:** 95560000  
**Número:** 342  
**Município:** Torres

**Logradouro:** AVENIDA BARÃO DO RIO BRANCO  
**Complemento:**  
**Distrito:**  
**Bairro:** CENTRO  
**SubDistrito:**

**Estado:** RS

**Telefone:**   **Fax:**   **E-mail:**

### Dados da Outorga

**Data Publicação Contrato/Convênio:** 30/08/2007  
**Número do Processo:** 537900011262001  
**Caixa:**

**Data Limite Instalação:**   
**Fistel:** 50403414075  
**Sequência:**

### ☐ Documentos Emitidos

#### Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text"/>	145		Portaria	MC	30/03/2006	07/04/2006	Outorga	Jur.
<input type="text"/>	61524		ATO	CMPRL	23/10/2006	25/10/2006	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc.
<input type="text"/>	183		Decreto Legislativo	CN	29/08/2007	30/08/2007	Deliber. do C. Nacional	Jur.
<input type="text"/>	68171		ATO	CMPRL	25/10/2007	26/10/2007	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc.
<input type="text"/>	630		Portaria	MC	12/12/2012	14/12/2012	Multa	Jur.

### ☐ Característica da Estação Instalada



## » Endereços

☐ Estação Transmissora

## Endereço

País: Brasil  
Cep: 95560000  
Número: 35  
Município: Torres

Logradouro: AVENIDA DO RIACHO  
Complemento:  
Distrito:  
Bairro: CENTRO  
SubDistrito:

UF: RS

## Coordenadas Geográficas do Município

Município: Latitude: 29S200024

Longitude: 49W435987

Raio: 40

## Coordenadas Geográficas Estação

Latitude: 29S203100

Longitude: 49W440300

Distância ao Centro  
do Município: Km

Azimute: (Azimute da estação transmissora em relação ao centro da localidade.)

## Informações da Estação

Cota Base Torre: m

Raio da Área de  
Serviço: km☐ Estúdio Principal

País: Brasil  
Cep: 95560000  
Número: 35  
Município: Torres

Logradouro: AVENIDA DO RIACHO  
Complemento:  
Distrito:  
Bairro: CENTRO  
SubDistrito:

UF: RS

## » Estação Principal

☐ Antena Principal

Fabricante: AUAD - CORREA EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA

Modelo: DP0dB

Ganho: 0 dBd

Polarização: Vertical

Orient. NV: graus

Beam-Tilt: graus

Preenchimento de  
nulos: (%)

HCI: 15,5 metros

Descrição:

DIPOLO DE 1/2 DE ONDA

Máximo: 200 Digitados: 21

☐ Transmissor PrincipalCódigo  
Equipamento: 006800300528 ☒ Ex.: (Produto)(Ano)(Solicitante)(Fabricante)

Potência: 25 W

Fabricante: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda

Modelo: SP5025

Validade:

Potência  
Equipamento: WOBS.: Para consultar produtos, [Clique Aqui](#).☐ Linha Transmissão

Fabricante: CABOS ESPECIAIS E SISTEMAS LTDA

Modelo:

Impedância: ohms

Comprimento: m

Atenuação: dB/100m

## » Potência Efetiva Irradiada

☐ Potência Irradiada

ERP<sub>MAX</sub>(P<sub>T</sub> x G x  W Ex.: 1234,5678  
E<sub>F</sub>):

» Número do Processo e Observações Gerais

☐ Num. Processo/Observações

Num. do Processo da Portaria:  .  /  Ex.: 53521.000235/2003

Num. do Processo do Ato de RF:  .  /  Ex.:

Observação:



Este campo será apresentado nas observações da Licença.

Máximo: 200 Digitados: 0

☐ Dados do Licenciamento

Dados da Estação

Entidade: ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO CULTURAL DE TORRES - CNPJ/CPF (04.649.437/0001-01)

Situação: [Atenção: Entidade devedora \(Não bloqueada\)](#)

Município/UF: TORRES/RS

Canal: 198

Indicativo: ZYM498

Dia Início

Dia Fim

Hora Início

Hora Fim

X

X

## DESPACHO

Processo nº: **53900.050659/2016-03**.

Assunto: **Processo tecnicamente instruído.**

1. Informo que o processo nº 53900.050659/2016-03, de interesse da **Associação de Comunicação Cultural de Torres**, entidade que requer renovação da autorização do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Torres / RS**, encontra-se tecnicamente instruído, uma vez que os endereços indicados no requerimento de renovação conferem com os cadastrados no Sistema de Controle de Radiodifusão (SRD) da Agência Nacional de Telecomunicações (3963717).
2. Encaminhem-se os autos para análise dos demais documentos.



Documento assinado eletronicamente por **Luis Felipe Souza da Silva, Analista**, em 12/03/2019, às 15:50 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3963732** e o código CRC **87D201BB**.

### Minutas e Anexos

Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD (3963717)

**Referência:** Processo nº 53900.050659/2016-03

SEI nº 3963732



IMPRIMIR

VOLTAR



## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 04649437/0001-01  
**Razão Social:** ASSOCIACAO DE COMUNICACAO CULTURAL DE TORRES  
**Endereço:** AV BARAO DO RIO BRANCO 342 / CENTRO / TORRES / RS / 95560-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 11/03/2019 a 09/04/2019

**Certificação Número:** 2019031101444510094088

Informação obtida em 14/03/2019, às 14:56:03.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: ASSOCIACAO DE COMUNICACAO CULTURAL DE TORRES (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 04.649.437/0001-01

Certidão nº: 169164967/2019

Expedição: 14/03/2019, às 14:56:47

Validade: 09/09/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO DE COMUNICACAO CULTURAL DE TORRES (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **04.649.437/0001-01**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Processo nº: 53900.050659/2016-03  
Localidade: Torres / RS  
Entidade: Associação de Comunicação Cultural de Torres  
CNPJ 04.649.437/0001-01

Documentos exigidos para a renovação:

1) Requerimento de renovação: fl. 01 (2007150)

1.1) Data de postagem / Protocolo no SEI: 04/07/2017 CADSEI

1.2) Tempestividade: (X) Sim () Não.

1.3) Novo requerimento assinado por todos os dirigentes: fl. 03 (Evento SEI 3537373).

2) Declaração de conformidade: fl. 21 (2007150);

3) Estatuto Social: fls. 05 a 13 (Evento SEI 3537373 – Processo 01250.066233/2018-23) – registrado.

3.1) Adequação à Portaria:

a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 2;

b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: art. 5;

c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: art. 7, I;

d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: art. 7, I;

e) Órgão administrativo e cargos: art. 15;

f) Atribuições do Órgão administrativo: art. 18 a 20;

g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: art. 15 (4 anos);

h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: art. 25 a 29.

3.2) Adequação ao Código Civil:

a) Denominação: art. 1;

b) Fins: art. 2;

c) Sede: art. 3;

d) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: art. 5; 7, III; 9; 12, §1º;

e) Direitos dos associados: art. 7;

f) Deveres dos associados: art. 8;

g) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa: art. 12, §1º;

h) Fontes de recursos para sua manutenção: art. 30;

i) Modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos: art. 9 a 14;

j) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: art. 32; 34;

k) Forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: art. 9;

l) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral e quórum para as deliberações relativas a esses assuntos: art. 12, §2º;

m) Critérios de eleição dos administradores: art. 12, §2º; 13, II; 15;

n) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: art. 11, §único;

o) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: art. 32; 33.

4) Ata de Eleição da Diretoria: fls. 13 a 15 (2007150) – registrada.

Mandato de 29/04/2016 a 29/04/2020.

Presidente: Guilherme Raviza Peres.

Vice-Presidente: Maria Márcia Munari Teixeira.

Tesoureiro(a): Fernando Pereira Daitx.

5) Comprovantes de maioria e nacionalidade: fls. 16 a 18 (2007150); Petição 2897145 – Processo 01250.022300/2018-06.



6) CNPJ: Evento SEI 3377296 – Ativa.

7) Certidão Negativa da Anatel: Evento SEI 3926032 – Positiva c/ Efeito de Negativa.

8) Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação da emissora: fls. 03 a 15 (Petição 2897145 – Processo 01250.022300/2018-06).

9) Certidão que comprove a regularidade da entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS): Certidão FGTS 3971230 – Regular.

10) Certidão expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal: Certidão RFB: fl. 14 (Evento SEI 3537373) – Negativa.

11) Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho: Certidão JT 3971237 – Negativa.

12) Certidões Justiça Federal e Estadual: Após consulta ao sítio do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e da respectiva Seção/Subseção Judiciária do domicílio dos dirigentes, não foram encontradas irregularidades.

### \*\*\*PENDÊNCIAS:

18/09/2018 – Após análise dos autos observou-se a existência de pendências, conforme comunicado à entidade por meio da Nota Técnica nº 3986/2018/SEI-MCTIC. Em resposta, a Radiodifusora protocolizou os documentos solicitados, os quais foram anexados aos autos por meio dos processos 01250.022300/2018-06 e 01250.029230/2018-17.

Assim, após análise da documentação encaminhada e tendo em vista a alteração da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, introduzida pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no Diário Oficial da União em 09/04/2018, que concede à interessada o máximo de três oportunidades para o cumprimento de exigências, conforme o disposto no art. 130, §3º e §4º, será concedida a segunda oportunidade para o cumprimento das pendências elencadas a seguir:

- a) **Estatuto Social:** Adequação ao Código Civil – Não consta Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa; Não estão previstas as competências privativas da Assembleia Geral e quórum para as deliberações relativas a esses assuntos; Ausência dos Critérios de eleição dos administradores. Apresentar Estatuto Social consolidado, devidamente registrado no Livro A de PJ;
- b) Encaminhar novo Requerimento de acordo com o anexo 5 da Portaria;
- c) Encaminhar Certidão conjunta negativa de débitos da entidade relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal.

**14/03/2019** – A entidade atendeu a contento às exigências impostas. Processo tecnicamente instruído.

### \*\*\*CONCLUSÕES:

- Após consulta ao sítio da Anatel, constatou-se a inexistência de débitos.
- A entidade não possui vínculos.
- Após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal e da respectiva Seção e Subseção Judiciária e do Tribunal de Justiça do domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento da renovação da outorga.

- Processo instruído.
- Será elaborado e-mail solicitando informações à CGFI acerca de processos de apuração de infração em andamento ou já concluídos.

CARGO	NOME	D. NASC.	CPF	RG	FILIAÇÃO	TÍTULO	PARTIDO	OBS
Presidente	Guilherme Raviza Peres	27/3/1991	022.114.230-43	1080169202	Nelson Saraiva Peres e Marlene Terezinha Raviza Peres	1026.7897.0493	Não	
Vice-Presidente	Maria Márcia Munari Teixeira	07/7/1964	354.584.020-49	1530407	Raulino Munari e Maria Leni Matos Munari	0473.4422.0493	Não	
Tesoureiro	Fernando Pereira Daitx	21/5/1946	089.380.830-04	8016459391	Máximo Daitx e Izabel Pereira	0187.2102.0485	Não	

**Data de Envio:**

14/03/2019 15:11:46

**De:**

MCTIC/Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária <cgrc.sei@mctic.gov.br>

**Para:**

Lilian <lilian.misquita@mctic.gov.br>

leandro.lima@mctic.gov.br

**Assunto:**

Informação sobre entidade comunitária que pleiteia a Renovação de Outorga

**Mensagem:**

Solicito informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em desfavor da ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO CULTURAL DE TORRES, entidade que requer renovação de outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de TORRES / RS (processo nº 53900.050659/2016-03), devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,


Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária.

Zimbra

natalia.froemming@mctic.gov.br

**Re: Informação sobre entidade comunitária que pleiteia a Renovação de Outorga****De :** Lilian Magalhaes de Misquita Vieira  
<lilian.misquita@mctic.gov.br>

Sex, 15 de mar de 2019 15:00

 1 anexo**Assunto :** Re: Informação sobre entidade comunitária que pleiteia a Renovação de Outorga**Para :** MCTIC <cgrc.sei@mctic.gov.br>

À Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária – CGRC

Em atenção ao e-mail, informamos que foram encontrados registros de processos atribuídos à Interessada no banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e no Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, cujo resultado segue abaixo:

Descrição	Nº Processo	Situação Atual
Registros de PAIs ativos	-	NADA CONSTA
Registros de PAIs concluídos (relação de antecedentes no SRD*)	53000.021332/2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• PAI encerrado. Verificar relatório do SRD (anexo);</li><li>• Portaria nº 630, de 12/12/2012, publicada no Diário Oficial da União de 14/01/2012 - MULTA;</li><li>• Irregularidade apurada: Art. 40, inciso XIII do Decreto 2.615/98</li><li>• Infração: (data de ocorrência: 20/04/2011).</li></ul>

\* SRD - Sistema de Controle de Radiodifusão

**De:** "MCTIC" <cgrc.sei@mctic.gov.br>**Para:** "lilian misquita" <lilian.misquita@mctic.gov.br>, "Leandro Pedro de Lima" <leandro.lima@mctic.gov.br>**Enviadas:** Quinta-feira, 14 de março de 2019 15:11:51**Assunto:** Informação sobre entidade comunitária que pleiteia a Renovação de Outorga

Solicito informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em desfavor da ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO CULTURAL DE TORRES, entidade que requer renovação de outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de TORRES / RS (processo nº 53900.050659/2016-03), devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.



Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária.

--

**Lilian Magalhães de Misquita Vieira**

**SEDEG/CGFI/DECEF/SERAD-MCTIC**

Ramal: 6811

MINISTÉRIO DA  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,  
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES



**SRD - TORRES.pdf**

228 KB

---



Sistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SRD | menu ajuda

## Consulta Geral - RADCOM

### Identificação do Pedido RADCOM

**UF:** RS  
**Município:** Torres  
**Canal:** 198  
**Fase:** 3

**Distrito:**  
**Sub Distrito:**  
**Local Especifico:**

### Dados da Entidade

**Entidade:** ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO CULTURAL DE TORRES  
**Nome Fantasia:** RÁDIO CULTURAL FM  
**Logradouro:** AVENIDA DO RIACHO  
**Telefone:** (61) 0000000000  
**Situação:** Atenção: Entidade devedora (Não bloqueada)

**CNPJ:** 04.649.437/0001-01  
**Bairro:** CENTRO  
**Número:** 35  
**Fax:** Não Informado

### ☐ Dados da Outorga

#### Dados da Entidade

**CNPJ:**  ◀

**Razão Social:** ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO CULTURAL DE TORRES  
**Tipo de Usuário:** Integral

#### Endereço Sede

**País:**  
**Número do CEP:**  
**Número:**  
**Município:**  
**Telefone:** 61 0000000000

**Logradouro:**  
**Complemento:**  
**Distrito:**

**Bairro:**  
**SubDistrito:**

**Estado:**

**Fax:**

#### Endereço de Correspondência

**País:**  
**Número do CEP:**  
**Número:**  
**Município:**  
**Telefone:**

**Logradouro:**  
**Complemento:**  
**Distrito:**

**Bairro:**  
**SubDistrito:**

**Estado:**

**Fax:**

**E-mail:**

### Dados da Outorga

**Data Publicação**  
**Contrato/Convênio:**

**Data Limite Instalação:**

**Número do Processo:**  ◀

**Fistel:**

**Caixa:**

**Sequência:**

### ☐ Documentos Emitidos

#### Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza					
<input type="text"/>	<input type="text" value="145"/>	◀	<input type="text" value="Portaria"/>	◀	<input type="text" value="MC"/>	◀	<input type="text" value="30/03/2006"/>	◀	<input type="text" value="07/04/2006"/>	Outorga	◀	<input type="text" value="Jur."/>	◀
<input type="text"/>	<input type="text" value="61524"/>	◀	<input type="text" value="ATO"/>	◀	<input type="text" value="CMPRL"/>	◀	<input type="text" value="23/10/2006"/>	◀	<input type="text" value="25/10/2006"/>	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	◀	<input type="text" value="Téc."/>	◀
<input type="text"/>	<input type="text" value="183"/>	◀	<input type="text" value="Decreto Legislativo"/>	◀	<input type="text" value="CN"/>	◀	<input type="text" value="29/08/2007"/>	◀	<input type="text" value="30/08/2007"/>	Deliber. do C. Nacional	◀	<input type="text" value="Jur."/>	◀
Autoriza o Uso													

	68171	ATO	CMPRL	25/10/2007	26/10/2007	de Radiofrequência de RADCOM	Téc.
	630	Portaria	MC	12/12/2012	14/12/2012	Multa	Jur.

**+ Característica da Estação Instalada****- Dados do Licenciamento****Dados da Estação****Entidade:** ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO CULTURAL DE TORRES - CNPJ/CPF (04.649.437/0001-01)**Município/UF:** TORRES/RS**Indicativo:** ZYM498**Situação:** [Atenção: Entidade devedora \(Não bloqueada\)](#)**Canal:** 198**Dia Início****Dia Fim****Hora Início****Hora Fim****X**

Domingo

Sábado

07:00

24:00

X



Tela Inicial



Imprimir



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E  
COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)  
2027-6535/6196

---

**PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**

**NUP: 01250.011668/2016-79**

**INTERESSADO: SERAD - SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO**

**ASSUNTOS: RENOVAÇÃO DE OUTORGA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

### **I – Relatório**

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica em execução junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

### **II – FUNDAMENTAÇÃO**

#### **II.I. Preliminarmente**

4. Inicialmente, cumpre esclarecer que o novo regramento infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4334/2015, publicada no Diário Oficial da União em 21 de setembro de 2015.
5. Em virtude disso, o Parecer Referencial Nº 475/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, que fora elaborado à luz da antiga Portaria nº 462/2011, perdeu sua aplicação prática, uma vez que a nova Portaria nº 4334/2015 revogou a referida Portaria anterior, de modo que se faz necessária a elaboração de novo Parecer Referencial, desta vez com base na atual legislação.

#### **II.II. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.**

6. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:



*"ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.*

*O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:*

*I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.*

*II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.*

*Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014*

*LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS"*

7. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

8. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 55% (cinquenta e cinco por cento) dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação - CGJC se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de 700 (setecentos) processos idênticos em tramitação na Secretaria de Radiodifusão, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

9. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

10. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

11. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

12. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas, sob a égide do novel regimento já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

### **II.III. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.**

13. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.

14. Por seu turno, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

15. Atualmente, como assentado nos albores desta peça, o dispositivo infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4.334/2015,

publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015. No que tange especificamente à renovação de outorga de radiodifusão comunitária, assim dispõe a citada norma em seu art. 136:

*“Art. 136. Os pedidos de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária em trâmite no Ministério das Comunicações na data de publicação desta Portaria serão processados em conformidade com as disposições desta Portaria”*

16. No que tange à tempestividade do pedido de renovação, cumpre observar o disposto nos arts. 130, *caput*, e 131, §4º, da indigitada norma:

*“Art. 130. O procedimento de renovação será processado eletronicamente e iniciado por ato do Ministério das Comunicações no prazo de até doze meses antes do termo final da outorga.*

*Art. 131. Instaurado o processo de renovação, a entidade será notificada para, no prazo de trinta dias, manifestar interesse na renovação, mediante a apresentação dos seguintes documentos:*

*(...)*

*§ 4º Independentemente da notificação de que trata o caput deste artigo, a entidade interessada poderá dirigir requerimento ao Ministério das Comunicações, observado o prazo de até um mês antes do vencimento da respectiva outorga”.*

17. Consoante se extrai dos dispositivos suso reproduzidos, a atual Portaria nº 4334/2015 conferiu ao Ministério apenas a atribuição de iniciar o procedimento de renovação no prazo de até doze meses antes do final da outorga, consistindo na instauração do processo, instruído com os documentos arrolados (art. 130, *caput*), e notificação da outorgada para manifestação e juntada dos demais documentos (art. 131, *caput*), não isentando a entidade da intransferível obrigação de formular, tempestivamente, sua manifestação de interesse na renovação da autorização, manifestação esta que deve ter concretude no atendimento da notificação ministerial (art. 131, *caput*) ou na apresentação de requerimento específico, na eventualidade de não ter recebido a notificação da Administração para tanto (art. 131, § 4º). Sobre este especialíssimo aspecto obrigacional, a norma *sub exame* determina:

*“Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:*

*I – não tenha sido observado o prazo do § 4º do art. 131”.*

18. Portanto, na hipótese em que o Ministério não tenha instaurado *de ofício* o processo de renovação da outorga, incumbe à entidade apresentar requerimento em até um mês antes do vencimento da respectiva outorga, sob pena de extinção desta.

19. Impende consignar, ainda, os casos de renovação abarcados pela Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013, que conheceu como tempestivos os requerimentos formulados até 30 de novembro de 2013, mesmo que não atendessem ao prazo previsto na legislação aplicável à época, senão vejamos:

*“Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.*

*§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.*

*§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.*

*§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:*

*I - na hipótese do § 2º deste artigo; e*

*II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação”.*

20. Ultimados os esclarecimentos preambulares pertinentes, urge frisar que a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

21. Igualmente se adequam às disposições da ON AGU nº 55/2014 os casos de inércia da entidade, os quais se configuram quando a interessada sequer formula requerimento de renovação (inércia pura e simples) e quando não são atendidas no prazo as exigências impostas pelo Ministério, conforme disposto nos art. 131, §3º, e 132, inciso II, da Portaria nº 4334/2015:

*“Art. 131. (omissis)*

*(...)*

*§ 3º A interessada será notificada para suprir, no prazo de trinta dias, eventuais omissões ou irregularidades constatadas na documentação apresentada.*

*Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:*

*(...)*

*II - não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações;”.*

22. Destarte, entende-se que também não se vislumbram maiores empecilhos jurídicos quando configuradas as hipóteses de inércia da entidade, seja pela ausência pura e simples de requerimento de renovação, seja pelo não atendimento a contento das exigências impostas, de modo que caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, a ocorrência ou não de inércia da interessada.

23. Verificada a tempestividade do requerimento, bem como a inoccorrência de inércia, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial o art. 131 da Portaria nº 4334/2015:

(1) requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V;

(2) estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(3) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(4) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(5) último relatório do Conselho Comunitário;

(6) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

24. A respeito de tais documentos, cumpre tecer as seguintes considerações.

25. O documento 6 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério da ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

26. Por sua vez, o Estatuto Social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 2 e 3) têm por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua

adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a constatação de irregularidade ou inconsistência nesses documentos em vista do que determina a norma de regência. Neste sentido, o feito somente deverá ser encaminhado à CONJUR em caso de materialização de fundada dúvida jurídica, mediante formulação de consulta específica, devidamente justificada.

27. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 4), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de Identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos; passaporte e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

28. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

29. O relatório do Conselho Comunitário (documento 5) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no art. 116 da Portaria nº 4334/2015.

30. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Assim, constatada a aplicação, de forma definitiva, de pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

31. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento, a inércia e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

32. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da Secretaria de Radiodifusão e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

33. Como antes assentado, nos casos de fundada dúvida jurídica, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR, devendo estar instruídos como manifestação conclusiva da Secretaria de Radiodifusão, explicitando sua opinião técnica a indicar a especificidade da questão a ser dirimida.

### III - Conclusão

34. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

35. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Radiodifusão ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada, conforme delimitado neste Parecer.

À consideração superior.

Brasília, 28 de dezembro de 2016.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA



Assistente Jurídico da União  
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação

**ANEXO**

**PARECER REFERENCIAL Nº 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**  
**RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

	DOCUMENTOS		SIM	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V da Portaria nº 4334/2015.			
1.1.		O requerimento é tempestivo?		
1.2	Em caso de constatação de pendências, a entidade atendeu tempestivamente e a contento às exigências impostas?			
2	Estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
4	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015.			
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
7	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
8	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
9	Relatório de apuração de infrações.			

9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.		

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

---

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 18967103 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 28-12-2016 11:54. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

---



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E  
COMUNICAÇÕES

GABINETE

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)  
2027-6535/6196

---

**DESPACHO n. 03085/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**

**NUP: 01250.011668/2016-79**

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES -  
MCTIC**

**ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO**

1. Aprovo o **PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, de natureza referencial, da lavra do Dr. Julio Cesar Ferreira Pereira, Assistente Jurídico da União e Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação.
2. Encaminhe-se memorando à Secretaria de Radiodifusão, especialmente à Coordenação de Radiodifusão Comunitária, a fim de que sejam cientificados do teor do referido Parecer.

Brasília, 30 de dezembro de 2016.

GIORDANO DA SILVA ROSSETTO  
ADVOGADO DA UNIÃO  
CONSULTOR JURÍDICO ADJUNTO

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

---

Documento assinado eletronicamente por GIORDANO DA SILVA ROSSETTO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 19055384 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): GIORDANO DA SILVA ROSSETTO. Data e Hora: 30-12-2016 14:47. Número de Série: 13149438. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

---



Infrações da 9ª Superintendência do Departamento de Polícia Rodoviária Federal; Relator: Renato Araújo Junior - Ministério da Ciência e Tecnologia. Após a apresentação do Parecer nº 571/2006 foi o mesmo aprovado por unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 204) Processo: 08.660.011.324/04; Interessado: Regina Iara Guterres; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra a decisão proferida pela Junta Administrativa de Recursos de Infrações da 9ª Superintendência do Departamento de Polícia Rodoviária Federal; Relator: Renato Araújo Junior - Ministério da Ciência e Tecnologia. Após a apresentação do Parecer nº 572/2006 foi o mesmo aprovado por unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 205) Processo: 08.660.014.508/2004-65; Interessado: Ruy João Giacomoni; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra a decisão proferida pela Junta Administrativa de Recursos de Infrações da 9ª Superintendência do Departamento de Polícia Rodoviária Federal; Relator: Renato Araújo Junior - Ministério da Ciência e Tecnologia. Após a apresentação do Parecer nº 573/2006 foi o mesmo aprovado por unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 206) Processo: 08.660.011.491/05-75; Interessado: Ademir Jose Argenta; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra a decisão proferida pela Junta Administrativa de Recursos de Infrações da 9ª Superintendência do Departamento de Polícia Rodoviária Federal; Relator: Renato Araújo Junior - Ministério da Ciência e Tecnologia. Após a apresentação do Parecer nº 574/2006 foi o mesmo aprovado por unanimidade, decidindo o Conselho pelo não conhecimento. Nada mais havendo a tratar, pela Presidência encerrados os trabalhos, determinada a lavratura da presente Ata, que, depois de aprovada, será assinada pelos membros titulares ou suplentes de seus respectivos ministérios.

ALFREDO PERES DA SILVA  
Presidente do Conselho

JAQUELINE FILGUEIRAS CHAPADENSE PACHECO  
Ministério das Cidades - Suplente

RENATO ARAÚJO JUNIOR  
Ministério da Ciência e Tecnologia - Titular

FERNANDO MARQUES DE FREITAS  
Ministério da Defesa - Suplente

RODRIGO LAMEGO DE TEIXEIRA SOARES  
Ministério da Educação - Titular

CARLOS ALBERTO F DOS SANTOS  
Ministério do Meio Ambiente - Suplente

EDSON DIAS GONÇALVES  
Ministério dos Transportes - Titular

## Ministério das Comunicações

### GABINETE DO MINISTRO

#### PORTARIA Nº 134, DE 29 DE MARÇO DE 2006

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta nos autos dos Processos nº 53730.000251/1998 e 53000.000056/2002, resolve:

Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 16 de junho de 1998, a permissão outorgada ao SISTEMA TAMBAU DE COMUNICAÇÃO LTDA, pela Portaria nº 139, de 15 de junho de 1988, publicada no Diário Oficial da União de 16 de junho de 1988, para explorar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Santa Rita, Estado da Paraíba. Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

HELIO COSTA

#### PORTARIA Nº 165, DE 3 DE ABRIL DE 2006

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada

pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53670.001057/2002, Concorrência nº 096/2001-SSR/MC, e do PARECER CONJUR/MC/JSN/Nº 0390-2.29/2006, resolve:

Outorgar permissão ao Sistema Jauru de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Jauru, Estado de Mato Grosso. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

HELIO COSTA

#### PORTARIA Nº 166, DE 3 DE ABRIL DE 2006

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53670.001043/2002, Concorrência nº 096/2001-SSR/MC, e do PARECER CONJUR/MC/JSN/Nº 0391-2.29/2006, resolve:

Outorgar permissão à E.F. Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Juscimeira, Estado de Mato Grosso. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

HELIO COSTA

#### PORTARIA Nº 167, DE 3 DE ABRIL DE 2006

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53670.001047/2002, Concorrência nº 096/2001-SSR/MC, e do PARECER CONJUR/MC/JSN/Nº 0392-2.29/2006, resolve:

Outorgar permissão à Rádio Filadélfia FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

HELIO COSTA

#### PORTARIA Nº 168, DE 3 DE ABRIL DE 2006

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53670.001035/2002, Concorrência nº 096/2001-SSR/MC, e do PARECER CONJUR/MC/JSN/Nº 0394-2.29/2006, resolve:

Outorgar permissão à Rádio FM Morena Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Guiratinga, Estado de Mato Grosso. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

HELIO COSTA

#### PORTARIA Nº 169, DE 3 DE ABRIL DE 2006

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53670.001060/2002, Concorrência nº 096/2001-SSR/MC, e do PARECER CONJUR/MC/JSN/Nº 0395-2.29/2006, resolve:

Outorgar permissão à Sampaio & Martins Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Itaúba, Estado de Mato Grosso. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

HELIO COSTA

#### PORTARIA Nº 170, DE 3 DE ABRIL DE 2006

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53670.001060/2002, Concorrência nº 096/2001-SSR/MC, e do PARECER CONJUR/MC/JSN/Nº 0396-2.29/2006, resolve:

Outorgar permissão à Sampaio & Martins Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Itaquira, Estado de Mato Grosso. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

HELIO COSTA

#### PORTARIA Nº 171, DE 3 DE ABRIL DE 2006

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53670.001010/2002, Concorrência nº 100/2001-SSR/MC, e do PARECER CONJUR/MC/MGT Nº 0397-2.29/2006, resolve:

Outorgar permissão à Sistema Alpha de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Goiânia, Estado de Goiás. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

HELIO COSTA

#### PORTARIA Nº 172, DE 3 DE ABRIL DE 2006

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53740.000895/2000, Concorrência nº 093/2000-SSR/MC, e do PARECER CONJUR/MC/MGT Nº 298-2.29/2006, resolve:

Outorgar permissão à Leste Sul Telecomunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Sertaneja, Estado do Paraná. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

HELIO COSTA

#### PORTARIA Nº 173, DE 3 DE ABRIL DE 2006

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53740.000722/2000, Concorrência nº 089/2000-SSR/MC, e do PARECER CONJUR/MC/MGT Nº 399-2.29/2006, resolve:

Outorgar permissão à Mendonça e Rios Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Loanda, Estado do Paraná. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

HELIO COSTA

#### PORTARIA Nº 174, DE 3 DE ABRIL DE 2006

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53630.000143/2001, Concorrência nº 001/2001-SSR/MC, e do PARECER CONJUR/MC/MGT Nº 400-2.29/2006, resolve:

Outorgar permissão à Rádio e TV Maira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Feijó, Estado do Acre. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

HELIO COSTA

#### PORTARIAS DE 30 DE MARÇO DE 2006

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, resolve autorizar as entidades abaixo relacionadas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária. Os atos de autorização somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição.

Nº da Portaria	Nº do Processo	Nome da Entidade	Localidade/UF
142	53710.001701/98	Associação Comunitária Rádio Pontal de Elói Mendes	Elói Mendes/MG
143	53740.001400/98	Associação Comunitária de Marechal Cândido Rondon - RADIOMAR	Marechal Cândido Rondon/PR
144	53103.000771/98	Sociedade Rádio Comunitária Paudalho/FM	Paudalho/PE

145	53790.001126/01	Associação de Comunidade Cultural de Torres	Torres/RS
146	53770.002192/98	Associação Nilopolitana Aparecida	Nilópolis/RJ
147	53670.000570/98	Associação Comunitária, Educativa, Cultural Informativa, Artística, Turística e do Meio Ambiente de Caldas Novas - GO	Caldas Novas/GO
148	53720.000237/99	União dos Moradores da COHEB Sacavém	São Luís/MA
149	53630.000285/01	Associação Beneficente das Comunidades Carentes do Município de Anori - SOBEA	Anori/AM
150	53640.000124/02	Associação de Rádio Comunitária de Central	Central/BA
151	53790.000512/01	Associação Dois Mil para o Desenvolvimento Social Cultural e Artístico de Roque Gonzales	Roque Gonzales/RS

HELIO COSTA





O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 265, de 2 de maio de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária Popular Pontanense ASCOPP para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ponta, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de agosto de 2007.  
Senador RENAN CALHEIROS  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 183, DE 2007

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO CULTURAL DE TORRES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Torres, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 145, de 30 de março de 2006, que outorga autorização à Associação de Comunicação Cultural de Torres para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Torres, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de agosto de 2007.  
Senador RENAN CALHEIROS  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 184, DE 2007

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE DOUTOR MAURÍCIO CARDOSO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Doutor Maurício Cardoso, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 264, de 2 de maio de 2006, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Doutor Maurício Cardoso para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Doutor Maurício Cardoso, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de agosto de 2007.  
Senador RENAN CALHEIROS  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 185, DE 2007

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO RÁDIO ALTINHO FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Altinho, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 48, de 9 de fevereiro de 2006, que outorga autorização à Associação e Movimento Comunitário Rádio Altinho FM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Altinho, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de agosto de 2007.  
Senador RENAN CALHEIROS  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 186, DE 2007

Aprova o ato que outorga permissão à SINCO - SISTEMA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campos Belos, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 190, de 3 de abril de 2006, que outorga permissão à SINCO - Sistema Nacional de Comunicação Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campos Belos, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de agosto de 2007.  
Senador RENAN CALHEIROS  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 187, DE 2007

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RURAL JOSÉ GALDINO DE ANDRADE SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE - PARAIBA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Rio do Peixe, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 445, de 11 de outubro de 2005, que outorga autorização à Associação Comunitária Rural José Galdino de Andrade São João do Rio do Peixe - Paraíba para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Rio do Peixe, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de agosto de 2007.  
Senador RENAN CALHEIROS  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 188, DE 2007

Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO BRASIL ECOAR para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 8 de agosto de 2006, que outorga concessão à Fundação Brasil Ecoar para executar, por 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de agosto de 2007.  
Senador RENAN CALHEIROS  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 189, DE 2007

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE TANQUE D'ARCA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tanque D'Arca, Estado de Alagoas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 270, de 2 de maio de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária de Tanque D'Arca para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tanque D'Arca, Estado de Alagoas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de agosto de 2007.  
Senador RENAN CALHEIROS  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 190, DE 2007

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE SÃO FRANCISCO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Francisco, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 57, de 15 de fevereiro de 2006, que outorga autorização à Associação Cultural de Difusão Comunitária de São Francisco para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Francisco, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de agosto de 2007.  
Senador RENAN CALHEIROS  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 191, DE 2007

Aprova o ato que outorga concessão à ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 25 de novembro de 2003, que outorga concessão à Alagoas Comunicação Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de agosto de 2007.  
Senador RENAN CALHEIROS  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 192, DE 2007

Aprova o ato que outorga permissão à ATUAL SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Cruz Cabralia, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 253, de 2 de junho de 2004, que outorga permissão à Atual Sistema de Comunicação Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Cruz Cabralia, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de agosto de 2007.  
Senador RENAN CALHEIROS  
Presidente do Senado Federal

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação de Processos de Rádio Comunitária

Divisão de Processos de Rádio Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

## DESPACHO

Processo nº: **53900.050659/2016-03.**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO CULTURAL DE TORRES.**

Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual.**

1. Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal e da respectiva Seção e Subseção Judiciária e do Tribunal de Justiça do domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento da renovação da outorga.

2. Encaminhem-se os autos para revisão final.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Pimentel Chaves, Analista**, em 04/04/2019, às 15:23 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4033329** e o código CRC **0F94FC7A**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53900.050659/2016-03

SEI nº 4033329

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação de Processos de Rádio Comunitária

Divisão de Processos de Rádio Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

## **NOTA TÉCNICA Nº 5170/2019/SEI-MCTIC**

Processo nº: **53900.050659/2016-03.**

Assunto: **RENOVAÇÃO DE OUTORGA. REVISÃO FINAL.**

### **SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. O processo versa sobre a renovação da outorga para o Serviço de Radiodifusão Comunitária deferida à **ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO CULTURAL DE TORRES**, na localidade de **Torres**, estado do **Rio Grande do Sul**, por meio da Portaria nº 145, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 07/04/2006 (evento SEI 4033302), e Decreto Legislativo nº 183, publicado no DOU de 30/08/2007 (evento SEI 4033313).

### **ANÁLISE**

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à Entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária expirou em 30/07/2017. A Radiodifusora, que doravante passa a ser tratada como Requerente, protocolou, tempestivamente, pedido de renovação da outorga em 04/07/2017, à fl. 01 (evento SEI 2007150), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e do art. 131 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU, respectivamente, em 9/4/2018 e em 13/4/2018.

REQUERENTE
ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO CULTURAL DE TORRES
QUADRO DIRETIVO
Presidente: Guilherme Raviza Peres Vice-Presidente: Maria Márcia Munari Teixeira Tesoureiro: Fernando Pereira Daitx

3. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e na Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, verificou-se a completa instrução do processo, conforme *check-list* abaixo:

	DOCUMENTOS	FLS. / Nº DO DOCUMENTO
1	Requerimento de renovação tempestivo.	fl. 01 (2007150); Requerimento de acordo com novo Anexo 5 da Portaria: fl. 03 (3537373)
1.1	Após diligências deste Ministério, a entidade atendeu a contento às exigências impostas.	Sim.
2	Estatuto social atualizado e registrado no Livro A do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	fls. 05 a 13, evento SEI 3537373.
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	fls. 13 a 15, evento SEI 2007150.
3.1	Mandato da diretoria em exercício	de 29/4/2016 a 29/4/2020.
4	Comprovantes de nacionalidade e maioria dos dirigentes.	fls. 16 a 18, evento SEI 2007150; Evento SEI 2897145.
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018).	fls. 03 a 15, evento SEI 2897145.
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora se encontra com as instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes na respectiva licença de funcionamento da estação.	fl. 21, evento SEI 2007150.
7	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda, válido e atual.	Evento SEI 3377296.
8	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	Evento SEI 3926032.
9	Certidão que comprove a regularidade da entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).	Evento SEI 3971230.
10	Certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	fl. 14, evento SEI 3537373.



11	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	Evento SEI 3971237.
12	Relatório de apuração de infrações.	E-mail CGFI (3978464)
12.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação da autorização?	Não.

## CONCLUSÃO

4. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária se posiciona pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica, nos termos do Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (4033184).

À consideração superior.

### MINUTA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.050659/2016-03, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação de Comunicação Cultural de Torres, inscrita no CNPJ nº 04.649.437/0001-01, explore pelo prazo de dez anos a partir de 30, de agosto, de 2017, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Torres, estado do Rio Grande do Sul, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 5170/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da

outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.

3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº XXXX, de XX, XXXXXXXXXX de XXXX, publicada no Diário Oficial da União de XX/XX/XXXX.

4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES  
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

PORTARIA Nº MINUTA  
DE DE DE 2019.

**O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53790.001126/2001 e nº 53900.050659/2016-03, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 30 de agosto de 2017, a autorização outorgada à Associação de Comunicação Cultural de Torres, inscrita no CNPJ nº 04.649.437/0001-01, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Torres, estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES  
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Pimentel Chaves, Analista**, em 02/05/2019, às 13:56 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 02/05/2019, às 14:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Karine Braga Monteiro, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização substituto**, em 14/05/2019, às 11:53 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 20/05/2019, às 17:48 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4033429** e o código CRC **D49C7802**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53900.050659/2016-03

SEI nº 4033429

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação de Processos de Rádio Comunitária

Divisão de Processos de Rádio Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

## DESPACHO

Processo nº: **53900.050659/2016-03**.

Entidade: **ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO CULTURAL DE TORRES**.

Assunto: **Minutas de Portaria de Renovação e Exposição de Motivos**

À Secretaria de Radiodifusão,

Em razão da Nota Técnica nº 5170/2019/SEI-MCTIC (evento SEI 4033429), que opinou pelo deferimento do pedido de renovação de outorga apresentado pela **ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO CULTURAL DE TORRES**, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Torres, estado do Rio Grande do Sul, encaminho as minutas da Portaria de Renovação e da Exposição de Motivos, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 22/05/2019, às 14:53 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Karine Braga Monteiro, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização substituto**, em 22/05/2019, às 16:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 23/05/2019, às 18:20 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4220620** e o código CRC **F6912D90**.

---

## Minutas e Anexos

### MINUTA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.050659/2016-03, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação de Comunicação Cultural de Torres, inscrita no CNPJ nº 04.649.437/0001-01, explore pelo prazo de dez anos a partir de 30, de agosto, de 2017, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Torres, estado do Rio Grande do Sul, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 5170/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº XXXX, de XX, XXXXXXXXXX de XXXX, publicada no Diário Oficial da União de XX/XX/XXXX.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES  
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA

**O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53790.001126/2001 e nº 53900.050659/2016-03, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 30 de agosto de 2017, a autorização outorgada à Associação de Comunicação Cultural de Torres, inscrita no CNPJ nº 04.649.437/0001-01, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Torres, estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES  
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

---

**Referência:** Processo nº 53900.050659/2016-03

SEI nº 4220620

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Gabinete da Secretaria de Radiodifusão

## DESPACHO

**Processo nº:** 53900.050659/2013-03

De ordem do Secretário de Radiodifusão, encaminha-se a Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro para providências subseqüentes, tendo em vista o que consta no despacho SEARC (4220620), encaminha-se minuta (4232294).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 27/05/2019, às 11:43 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4232312** e o código CRC **E1B8C23C**.

**Referência:** Processo nº 53900.050659/2016-03

SEI nº 4232312

## MINUTA DE

### Portaria

**O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53790.001126/2001 e nº 53900.050659/2016-03, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 30 de agosto de 2017, a autorização outorgada à Associação de Comunicação Cultural de Torres, inscrita no CNPJ nº 04.649.437/0001-01, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Torres, estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCOS CESAR PONTES**

**Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**

#### AVISO:

***O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.***

*A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.*

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 27/05/2019, às 11:43 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4232294** e o código CRC **7CA9132B**.



# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria-Executiva

Processos de Radiodifusão para a SEXEC

## DESPACHO

**Processo nº:** 53900.050659/2016-03

**Referência:**

**Interessado:** ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO CULTURAL DE TORRES.

**Assunto:** Renovação de Outorga.

Trata-se de minuta de portaria e de exposição de motivos, que visa a renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 30 de agosto de 2017, a autorização outorgada à Associação de Comunicação Cultural de Torres, inscrita no CNPJ nº 04.649.437/0001-01, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Torres, estado do Rio Grande do Sul.

Considerando as manifestações das áreas técnica e jurídica acostadas nos autos do presente processo, manifesto-me favorável ao prosseguimento do trâmite.

À consideração do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

**JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO**

Secretário-Executivo



Documento assinado eletronicamente por **Julio Francisco Semeghini Neto, Secretário Executivo**, em 15/08/2019, às 15:01 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4436955** e o código CRC **0E509C0C**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53900.050659/2016-03

SEI nº 4436955



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
**GABINETE DO MINISTRO**

**PORTARIA Nº 4767/2019/SEI-MCTIC**  
**DE 16 DE SETEMBRO DE 2019**

**O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53790.001126/2001 e nº 53900.050659/2016-03, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 30 de agosto de 2017, a autorização outorgada à Associação de Comunicação Cultural de Torres, inscrita no CNPJ nº 04.649.437/0001-01, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Torres, estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCOS CESAR PONTES**



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 17/09/2019, às 10:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4626993** e o código CRC **AE72856E**.

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República  
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias  
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

**Data de envio:** 19/09/2019 11:50:59  
**Origem:** Secretaria de Radiodifusão  
**Operador:** ISRAEL ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA  
**Ofício:** 5507660  
**Data prevista de publicação:** 20/09/2019  
**Local de publicação:** Diário Oficial - Seção 1  
**Forma de pagamento:** Nota de Crédito

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
12035376	ATO PORTARIA Nº 4749 MIN.rtf	8e3b6d62c2aafc45 3e6985bf827ec6b2	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
12035377	ATO PORTARIA Nº 4761 MIN.rtf	04b6f45135171e36 d3ef09ec0cb28c4d	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
12035378	ATO PORTARIA Nº 4762 MIN.rtf	06d9f8c1638ac491 863d1d261cffc633	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
12035379	ATO PORTARIA Nº 4763 MIN.rtf	605f384e2b411d9a f55470c1ec4584d4	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
12035380	ATO PORTARIA Nº 4764 MIN.rtf	bc84b6b43c01c4d0 a156dee4061fe265	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
12035381	ATO PORTARIA Nº 4765 MIN.rtf	0e59c5c2c35c3c1d 49e07de7ceac4ce0	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
12035422	ATO PORTARIA Nº 4766 MIN.rtf	a55d9df5c031e560 22a07289f0a718b8	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
12035423	ATO PORTARIA Nº 4767 MIN.rtf	5a0bb7f99e27ed95 d06b7b294fc9fbaf	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
12035424	ATO PORTARIA Nº 4768 MIN.rtf	440ddd7d6c957869 26712127bab67365	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
12035425	ATO PORTARIA Nº 4752 MIN.rtf	e22dfafd0aa5beef cf0b4545a7e1e44a	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
12035426	ATO PORTARIA Nº 4753 MIN.rtf	f2747003dd97bcbe 0c0d6dcb9f2be096	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>

12035427	ATO PORTARIA Nº 4754 MIN.rtf	9f7fe1ba361352b9 8ec8db37d84c3f53	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
12035428	ATO PORTARIA Nº 4755 MIN.rtf	ceb8b2e030e71d4e ccb7bbdc049e2018	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
12035429	ATO PORTARIA Nº 4757 MIN.rtf	32d77ccecde382f4 76af43b0d87988bc	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
12035430	ATO PORTARIA Nº 4758 MIN.rtf	e48a4947b483713b 0d360125441996bd	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
12035431	ATO PORTARIA Nº 4759 MIN.rtf	ba8510a8dd2d5c60 940d4e4cf8747bd1	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
12035432	ATO PORTARIA Nº 4760 MIN.rtf	ada99200ad23a27c 3dcfa5b811b1be14	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
<b>TOTAL DO OFICIO</b>			<b>119,00</b>	<b>R\$ 3.931,76</b>



Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 29 de fevereiro de 2018, a autorização outorgada à Associação dos Moradores do Tabuleiro , CNPJ nº 80.294.408/0001-52, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Matinhos, estado do Paraná.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.763-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53740.000764/1999 e nº 01250.058953/2017-34, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 29 de fevereiro de 2018, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Goioerê, CNPJ nº 02.486.123/0001-00, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Goioerê, estado do Paraná.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.764-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53000.011916/2004 e nº 01250.058813/2017-66, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 29 de fevereiro de 2018, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Rio Pardo de Minas, CNPJ nº 06.087.576/0001-14, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Rio Pardo de Minas, estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.765-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53830.000600/2000 e nº 01250.058747/2017-24, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 21 de fevereiro de 2018, a autorização outorgada à Associação Comunitária Alternativa de Lins, CNPJ nº 03.933.150/0001-46, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Lins, estado de São Paulo.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.766-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53100.000152/2004 e nº 01250.003166/2017-55, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 24 de dezembro de 2017, a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário de Jataúba, CNPJ nº 05.102.928/0001-09, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Jataúba, estado de Pernambuco.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.767-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53790.001126/2001 e nº 53900.050659/2016-03, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 30 de agosto de 2017, a autorização outorgada à Associação de Comunicação Cultural de Torres, inscrita no CNPJ nº 04.649.437/0001-01, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Torres, estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.768-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53760.000618/1998 e nº 53900.050630/2016-13, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 30 de agosto de 2017, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão Alternativa de Cocal, inscrita no CNPJ nº 02.057.324/0001-91, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Cocal, estado do Piauí.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

PORTARIA Nº 3.013-SEI, DE 12 DE JULHO DE 2019

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 73, inciso XVII do Anexo XI da Portaria nº 217, de 25 de janeiro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 28 de janeiro de 2019, considerando o Processo Administrativo nº 01250.010441/2019-59, resolve:

Art. 1o Autorizar a Associação Movimento Comunitária Rádio Educativa FM de Cuiabá - MT, a transferir o local de instalação do sistema irradiante da Rua Bahia, s/nº - Praça Cultural do CPA II para a Avenida Brasil, esquina com Rua Mimoso, s/nº - CPA-II, na localidade de Cuiabá / MT. A entidade foi autorizada pela Portaria de Autorização nº 281 / 2005 publicada no Diário Oficial da União em 30 de junho de 2005, a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária. O referido ato de autorização foi deliberado pelo Congresso Nacional, conforme Decreto Legislativo nº 204 / 2006, publicado no Diário Oficial da União em 26 de maio de 2006, conforme consta nos autos do Processo de Autorização nº 53690.000142/1999.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no caput, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 15°33'30"S e longitude 56°02'53"W.

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELIFAS CHAVES GURGEL DO AMARAL

DESPACHO Nº 793-SEI, DE 8 DE SETEMBRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, na Portaria nº 6.197, de 05 de dezembro de 2018, e na Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012, resolve:

Art. 1º Aprovar o local de instalação da estação, a utilização dos equipamentos da TELEVISÃO VERDES MARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.199.664/0001-70, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão Digital, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter primário, na localidade de JAGUARIBE/CE, por meio do canal 32 (trinta e dois), visando a retransmissão dos seus próprios sinais.

Art. 2º Autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.066082/2018-11 e da Nota Técnica nº 14700/2019/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELIFAS CHAVES GURGEL DO AMARAL

DESPACHO Nº 837-SEI, DE 9 DE SETEMBRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 78, do Anexo XI, da Portaria nº 217/MCTIC, de 25 de janeiro de 2019, que estabelece que os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento Interno serão solucionados pelo Secretário de Radiodifusão, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, assim como no art. 7º da Portaria n.º 127, de 12 de março de 2014 e, ainda, o que consta do Processo n.º 01250.007440/2018-46, invocando as razões constantes da Nota Técnica n.º 14026/2019/SEI-MCTIC, resolve:

Homologar a devolução à União, a partir de 09.02.2018, da frequência 1260 MKHz, outorgada à SOCIEDADE RÁDIO VALE DO JAGUARIBE LTDA para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Limoeiro do Norte, no estado do Ceará

ELIFAS CHAVES GURGEL DO AMARAL

DESPACHO Nº 841-SEI, DE 8 DE SETEMBRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, na Portaria nº 6.197, de 05 de dezembro de 2018, e na Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012, resolve aprovar o local de instalação da estação, a utilização dos equipamentos da TV STUDIOS DE JAÚ S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 49.931.645/0001-37, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão Digital, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter primário, na localidade de CERQUEIRA CÉSAR/SP, por meio do canal 24 (vinte e quatro), visando a retransmissão dos seus próprios sinais.

Autorizar, ainda, o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.040095/2019-33 e da Nota Técnica nº 15247/2019/SEI-MCTIC.

ELIFAS CHAVES GURGEL DO AMARAL

DESPACHO Nº 880-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 73, inciso XXII, Anexo XI, da Portaria MCTIC n.º 217, de 25 de janeiro de 2019, e considerando o que consta no processo n.º 01250.018649/2019-16, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RADIO CONFEDERACAO VALENCIANA LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de VALENÇA DO PIAUI-PI, utilizando o canal n.º 215 (duzentos e quinze), classe C, nos termos da Nota Técnica n.º 15819/2019/SEI-MCTIC.

ELIFAS CHAVES GURGEL DO AMARAL

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES  
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO  
GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARÁ, MARANHÃO E AMAPÁ

ATOS DE 12 DE SETEMBRO DE 2019

Outorga autorização para uso de radiofrequência associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado:

Nº 5.655 - RG SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ: 13019295000432.

Nº 5.739 - JORIMA SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ: 08609047000240.

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES  
Gerente

ATO Nº 5.740, DE 16 DE SETEMBRO DE 2019

Outorga autorização de uso de radiofrequência à CARAJAS SEGURANCAS LTDA, CNPJ 29758317000173, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado.

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES  
Gerente



# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

## DESPACHO

Processo nº: **53900.050659/2016-03**.

Entidade: **Associação de Comunicação Cultural de Torres**.

Assunto: **Encaminhamento de Cópia de Processo à Presidência da República**.

Por meio da Portaria nº 4767 de 16 de setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 20/09/2019, renovou-se a outorga da **Associação de Comunicação Cultural de Torres** para o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Torres, estado do Rio Grande do Sul. Dessa forma, em atenção ao § 3º do art. 223 da Constituição, encaminho a cópia do processo nº 53900.050659/2016-03, acompanhado do ato de renovação de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para posterior envio à Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 24/09/2019, às 16:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4655873** e o código CRC **C4C52B8F**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53900.050659/2016-03

SEI nº 4655873

Brasília, 21 de outubro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.050659/2016-03, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação de Comunicação Cultural de Torres, inscrita no CNPJ nº 04.649.437/0001-01, explore pelo prazo de dez anos a partir de 30, de agosto, de 2017, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Torres, estado do Rio Grande do Sul, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 5170/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 4.767-SEI, de 17 de Setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 20 de setembro de 2019.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes*



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 40549/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor  
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53900.050659/2016-03.**

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA  
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 22/10/2019, às 17:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4769384** e o código CRC **78B66178**.